



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES (Mandato 2012-2016)

### ÍNDICE

<b>1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL .....</b>	<b>4</b>
1.1. Um mundo mais desigual e perigoso .....	4
1.2. Intensificou-se o projecto federalista, neo-liberal e militarista da União Europeia .....	5
1.3. Evolução da situação nacional marcada pela resposta dos trabalhadores à política de exploração, desigualdades e empobrecimento .....	6
<b>2. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>12</b>
2.1. Emprego .....	12
2.2. A Formação e a Qualificação Profissional .....	13
2.3. O Desenvolvimento Regional .....	15
2.4. Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social.....	16
2.4.1. Desenvolvimento Sustentável e Ambiente .....	16
2.4.2. Economia Social e Consumidores.....	17
2.5. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos Direitos.....	18
<b>3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>20</b>
3.1. Acção e luta reivindicativa .....	21
3.2. Contratação colectiva .....	25
3.3. Participação institucional .....	28
3.3.1. A actividade no Conselho Económico e Social (CES).....	28
3.3.2. A actividade na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) .....	30
3.4. Participação na negociação colectiva europeia .....	31
<b>4. POLÍTICAS SOCIAIS E POLITICA FISCAL .....</b>	<b>32</b>
4.1 Políticas Sociais.....	32

4.2. Segurança Social e Protecção Social.....	33
4.3 Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) .....	35
4.4 Política Inclusiva .....	35
4.5 Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais .....	35
4.6. Política de Saúde .....	36
4.7. Projecto EURÍDICE - Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral .....	36
4.8. Educação .....	37
4.9. Política Fiscal .....	38
<b>5. SEGURANÇA, HIGIENE, E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES .....</b>	<b>38</b>
5.1 Segurança e Saúde no Local de Trabalho.....	38
5.2. Igualdade entre Mulheres e Homens .....	41
5.3. Igualdade e Combate às Discriminações.....	42
5.4. Cultura e Tempos Livres .....	42
5.4.1. Centro de Arquivo e Documentação .....	44
<b>6. ACTIVIDADE INTERNACIONAL .....</b>	<b>46</b>
6.1. Confederação Europeia dos Sindicatos (CES).....	46
6.2. Movimento Sindical Europeu.....	47
6.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) .....	47
6.4. África.....	47
6.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED) .....	48
6.6. Espaço Latino-Americano .....	48
6.7. Outros Espaços Sindicais .....	48
6.8. Movimento Sindical Mundial.....	48
6.9. Solidariedade Internacional e Paz .....	48
6.10. Globalização e Movimentos Sociais .....	49
6.11. Actividades Comunitárias.....	49
6.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT) .....	50
6.13. Migrações .....	50
6.13.1. Imigração.....	50
6.13.2. Emigração.....	51
<b>7. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS .....</b>	<b>51</b>
7.1. A Organização de Base.....	51
7.1.1. Sindicalização.....	51
7.1.2. Delegados Sindicais .....	52
7.1.3. Representantes para a SST .....	52
7.1.4. Comissões de Trabalhadores .....	54
7.2. Eleições em Sindicatos.....	54

7.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical .....	54
7.3.1. Sindicatos .....	54
7.3.2. Uniões de Sindicatos .....	59
7.3.3. Federações de Sindicatos .....	59
7.4. As Organizações Especificas .....	60
7.4.1. Interjovem/CGTP-IN .....	60
7.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN.....	61
7.4.3. Inter-Reformados/CGTP-IN.....	65
7.5. A Gestão Financeira e os Contratos-Programa.....	68
<b>8. A FORMAÇÃO SINDICAL .....</b>	<b>69</b>
8.1. Apoio à Estrutura.....	69
8.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação .....	70
8.3. Formação Pedagógica de Formadores.....	71
8.4. Actividade de projectos e cooperação interna, nacional e internacional.....	71
<b>9. INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS .....</b>	<b>73</b>
9.1. Informação e Propaganda Sindical.....	74
9.2. Comunicação social.....	77
9.3. Relações Públicas .....	78
<b>10. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO .....</b>	<b>79</b>
<b>11. ANEXOS .....</b>	<b>84</b>
11.1. Lutas realizadas no período do Mandato.....	84

# 1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

## 1.1. Um mundo mais desigual e perigoso

A situação internacional, entre Janeiro de 2012 e Janeiro de 2016, ficou marcada pelo prolongamento da crise estrutural do sistema capitalista, num quadro complexo, de crescente exploração, militarização e de guerra, em que novos focos de tensão e perigos emergiram e se juntaram aos conflitos e às agressões imperialistas que persistem há décadas. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se de forma positiva processos de resistência dos povos e consolidaram-se projectos alternativos e progressistas.

Com o acentuar da crise sistémica do capitalismo, as instituições internacionais e os grupos transnacionais procuraram criar expectativas de que pudesse existir uma mudança de rumo a nível global, particularmente em relação ao emprego, à regulação dos mercados financeiros e ao combate às desigualdades. Mas a realidade está a expor a retórica e a falácia das declarações e compromissos de circunstância: o desemprego disparou, os mercados financeiros ganharam força e generalizaram as chantagens e os paraísos fiscais não foram eliminados. Neles se abriga uma parte significativa da riqueza que continua a fugir ao pagamento de impostos.

Os dados relativos à evolução do PIB, nomeadamente do PIB *per capita*, evidenciam o declínio das economias dos países avançados, com a taxa da média anual de crescimento a passar dos 2,6% na década de 80, para 1,8% na de 90 e 0,8% nos primeiros dez anos do século XXI.

No que diz respeito ao desemprego, este período fica marcado por, pela primeira vez, o número de desempregados ultrapassar os 200 milhões de trabalhadores, sendo a taxa de desemprego próxima dos 6% da população mundial. À escala global, o desemprego continua a afectar mais as mulheres que os homens, sendo que nos jovens a taxa atingiu os 13%, ou seja, 73,6 milhões de jovens viram negado o direito ao trabalho.

Num mundo marcado por desigualdades gritantes e crescentes, 1 em cada 3 trabalhadores auferem menos de 2 dólares por dia de trabalho, perpetuando em pleno século XXI situações de brutal exploração da força de trabalho.

As contradições intrínsecas do sistema capitalista revelaram-se, assim, ainda com maior brutalidade e o recrudescimento e alastramento de conflitos militares, decorrentes de novas ingerências da NATO, dos EUA e da U.E., são consequência directa da procura de alargamento da influência económica e financeira. Uma acção destruidora de vidas, que desestrutura a organização social e obriga milhões de seres humanos a arriscar as suas vidas na fuga para outros países, numa dimensão sem paralelo desde a segunda grande guerra.

No Médio Oriente, o Estado de Israel desencadeou várias campanhas de genocídio do povo palestino na faixa de Gaza, com bombardeamentos indiscriminados contra escolas, hospitais, infra-estruturas básicas e civis, perante a conivência das grandes potências mundiais, num contexto em que a Autoridade Palestiniana conquistou importantes posições no campo diplomático de reconhecimento do Estado Palestino.

Manteve-se a desestabilização e intensificação dos conflitos armados, com o auto denominado Estado Islâmico, criado pelo imperialismo, a ocupar vastos territórios no Iraque e na Síria, onde as forças governamentais resistem, há mais de quatro anos, à ofensiva externa. A guerra, o caos e a miséria, continuam a ser o quotidiano do povo líbio e, no Egipto e outros territórios da região, subsiste a incerteza e a insegurança.

Na América Latina prossegue a ingerência dos EUA, que tentam a todo o custo manter a sua influência na região. Assim se explicam os bloqueios e a sabotagem imperialista contra projecto progressista da Venezuela, bem como os apoios às forças mais reaccionárias no Brasil, num quadro em que, sem prejuízo de contradições internas da política implementada, aquele país se constituiu como um aliado do modelo anti-imperialista em curso na América do Sul, o qual, apesar de ter sofrido um revés com as últimas eleições na Argentina, saiu reforçado com os resultados na Bolívia e no Uruguai.

A solidariedade internacionalista com a luta dos trabalhadores e dos povos, alicerce programático da CGTP-IN, assume toda a actualidade e premência para derrotar e inverter o rumo da agressão militar, exploração, desigualdades e desemprego que resultam do sistema capitalista.

A solidariedade com o povo *saharai* e com a luta do povo cubano, que depois de anos e anos de uma campanha internacional, viu a sua exigência de libertação dos 5 compatriotas detidos ilegalmente nos EUA ser atingida, foram, entre outros, momentos marcantes do mandato.

Em 2014, a CGTP-IN assumiu o Secretariado Executivo da Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) e a responsabilidade de dinamizar a intervenção sindical nesta área.

## **1.2. Intensificou-se o projecto federalista, neo-liberal e militarista da União Europeia**

Os últimos quatro anos na Europa foram de degradação da situação política, económica, laboral e social.

No plano político, num contexto favorecido pela ausência de resposta da U.E. ao cenário de prolongada estagnação económica e elevado desemprego, a classe dominante recorre a movimentos de extrema-direita e neonazis para assegurar a sua influência, nomeadamente em países como a Ucrânia, Hungria e França.

Tentando escamotear as reais causas da crise, aprofundou-se a transferência de soberania dos diferentes estados para uma U.E. cada vez mais subordinada aos ditames do sector financeiro e da Alemanha, num processo marcado por uma intensa campanha ideológica que corrói, de forma crescente, princípios democráticos elementares. A imposição do Tratado Orçamental e da governação económica, bem como a negociação para um eventual acordo do TTIP nas costas dos trabalhadores e dos povos, com consequências que se poderão traduzir num brutal retrocesso social e civilizacional, é mais um exemplo acabado do ataque às soberanias nacionais e de afastamento das instituições europeias em relação aos interesses das populações.

No plano económico e social, a imposição de medidas draconianas no quadro da denominada “ajuda financeira” à Grécia, Portugal, Espanha, Chipre e Irlanda, teve como resultado a explosão das desigualdades, o empobrecimento da generalidade da população, a concentração da riqueza e alienação ao grande capital dos mais rentáveis e importantes activos detidos pelos respectivos Estados, com uma ofensiva sem precedentes contra os direitos laborais, sociais e económicos e uma destruição de riqueza só comparável com os períodos de guerra.

A União Económica e Monetária (UEM), as Instituições que a constituem e os mecanismos e regras pelos quais se rege, revelaram o seu carácter anti-laboral e anti-social, servindo para impor constrangimentos aos trabalhadores e ao povo, ao mesmo tempo que foram canalizadas verbas colossais para salvar o sistema financeiro. A existência de uma moeda comum a países com níveis diferenciados de desenvolvimento que não param de se aprofundar, não podendo ser apontado como causa exclusiva da divergência económica e

social, é um factor que não pode ser negligenciado quando se faz um balanço da presença e existência da UEM.

O cerceamento da vontade soberana das populações materializa-se ainda na imposição de mais flexibilização das relações laborais, novas privatizações e a liberalização de mercados, nomeadamente dos que asseguram a satisfação de necessidades básicas, mercantilizando assim direitos fundamentais. O Plano Juncker, supostamente apresentado para fomentar o investimento, traduziu-se em mais um documento onde são vertidas as receitas neoliberais, ao mesmo tempo que consubstancia a visão de uma Europa a várias velocidades, com a actividade produtiva de alto valor acrescentado concentrada no centro e norte da Europa, remetendo Portugal e outros países para uma situação cada vez mais periférica.

As lutas empreendidas pelos trabalhadores de diferentes países contra a desregulamentação das relações laborais e o desmantelamento da segurança social, na qual se insere a Greve Geral de 14 de Novembro de 2012, em Portugal, constituem-se como elementos positivos da resposta colectiva contra a ofensiva em curso.

### **1.3. Evolução da situação nacional marcada pela resposta dos trabalhadores à política de exploração, desigualdades e empobrecimento**

A acção sindical suportada pela luta dos trabalhadores e do povo foi um factor determinante para obstaculizar a ofensiva do Governo e a implementação de medidas gravosas e conduziu a sucessivas derrotas de PSD e CDS e ao esvaziamento da sua base política, eleitoral e social, como ficou expresso nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias, bem como nas eleições legislativas de 4 de Outubro.

O alcance da alteração política verificada depois das eleições legislativas de 4 de Outubro ganha outro significado uma vez que acontece depois de quatro anos de resistência e de uma luta persistente, tenaz e prolongada, contra a tróica do FMI/BCE/CE e o acordo subscreto com o PS, PSD e CDS, contra as falsas inevitabilidades, contra uma campanha monumental que tentou justificar o injustificável e tornar natural o que é anormal e imoral, ou seja, o aumento das desigualdades, da exploração e do empobrecimento. Em nome do acesso aos mercados financeiros e da sua estabilidade, vilipendiou-se e tornou mais precária a estabilidade das condições de trabalho e de vida e, a pretexto da obsessão da consolidação orçamental sempre prometida e nunca atingida, impuseram-se cortes sem precedentes, quer nos salários dos trabalhadores da Administração Pública, quer em áreas vitais como a educação, a saúde e a segurança social.

As consequências da aplicação do programa da tróica e do seu sucedâneo – o denominado *Acordo para a Competitividade, Crescimento e Emprego* subscreto pelo Governo, os patrões e a UGT –, tal como a CGTP-IN denunciou e combateu, traduziram-se no aprofundamento dos problemas estruturais do país, no aumento das desigualdades, no empobrecimento da generalidade da população, no incremento da exploração e na degradação da coesão social e territorial. Os trabalhadores passaram a trabalhar mais, a receber menos e a pagar mais impostos.

A intensificação das medidas e instrumentos promotores da gigantesca transferência de rendimentos do trabalho para o capital teve repercussões aos mais variados níveis, num processo que fragilizou a democracia, atacou os valores e conquistas de Abril, desestruturou a vida dos portugueses e condenou Portugal à estagnação económica e a um papel subalterno no quadro de uma divisão internacional do trabalho que remete a nossa economia para um plano periférico e secundário.

O flagelo da pobreza generalizou-se e atingiu de forma crescente várias camadas da população: as crianças, porque os seus pais não têm os rendimentos suficientes para lhes dar uma vida digna; os desempregados, que vêem negado o direito ao trabalho, à protecção

e aos apoios sociais; os trabalhadores, porque auferem baixos salários e empobrecem a trabalhar; os reformados com pensões tão baixas que mal têm para comer. Esta foi uma política que pôs em causa direitos humanos.

A dívida pública atingiu valores insuportáveis com os juros e os encargos que dela decorrem a serem superiores ao investimento feito no SNS, dando assim razão à posição há muito defendida pela CGTP-IN de uma renegociação dos prazos, montantes e juros que a compõem.

O desemprego, apesar das manipulações estatísticas, das denominadas “políticas activas de emprego” para reduzir os salários e financiar o patronato e da emigração forçada de centenas de milhares de trabalhadores, manteve-se em níveis elevadíssimos, fruto da opção por uma política que destrói o tecido produtivo nacional e persiste na degradação da qualidade do emprego a todos os níveis.

A riqueza criada no país caiu para os níveis de 2001, enquanto o agravamento das desigualdades acentuou o carácter profundamente injusto da política que foi imposta, reflectindo desta forma a natureza de classe e os reais objectivos do Governo PSD/CDS-PP, como mostra o facto de o Governo ter usado indevidamente verbas do erário público destinadas à satisfação das necessidades do povo e à promoção do desenvolvimento do país, desviando-as desse fim, para acudir aos desmandos do sector financeiro.

Foi neste contexto, e num momento em que era preciso assegurar o acesso a serviços fundamentais para dar resposta às necessidades da população, que o ataque às Funções Sociais do Estado se fez sentir de forma mais intensa. A asfixia e estrangulamento do SNS, os cortes na Segurança Social e o desinvestimento na Educação implicaram a negação do direito à saúde, à protecção social e à educação para as camadas mais vulneráveis da sociedade, numa situação que tenderá a agravar-se, caso se concretize o processo de municipalização das funções sociais do Estado desencadeado pelo Governo. Este é um processo que não só visa a reconfiguração do Estado como subverte o próprio sistema democrático, nascido e consolidado de acordo com os princípios, as causas e os valores de Abril.

Na senda desta política, que não olha a meios para beneficiar o grande capital, o governo optou por manter e agravar um regime de fiscalidade que sobrecarrega os rendimentos de quem trabalha e já trabalhou, quer pela introdução da sobretaxa, quer pelo aumento do IRS, quer pela criação de novos impostos “verdes”, desonerando os rendimentos de propriedade, como fica exemplificado na redução do IRC.

A promoção da coesão territorial foi mais uma vez atacada, com a agravante de o Governo PSD-CDS ter intensificado a alienação do património público, com a privatização de empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento do país.

A acção desenvolvida pelos trabalhadores e o povo nos últimos quatro anos demonstraram que não há inevitabilidades. A luta dos trabalhadores deu um importante contributo para derrotar o Governo do PSD-CDS e assegurar uma nova maioria de deputados na Assembleia da República, A reposição de direitos roubados, bem como a conquista de direitos individuais e colectivos, o direito a uma jornada de trabalho que permita a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, o direito a um salário que permita satisfazer as necessidades e possibilite que os filhos dos trabalhadores tenham uma vida digna, o direito a pensões de reforma que tirem quem trabalhou da situação de miséria e privação, o direito dos mais jovens trabalharem, de viverem e serem felizes no seu país e aqui se realizarem pessoal e profissionalmente, são reivindicações indissociáveis do sentido da exigência de mudança reclamada pelo povo português nas eleições de Outubro de 2015, para a Assembleia da República.

Depois da tomada de posse do novo Governo do PS, a pressão exercida no plano nacional e internacional, pelos interesses políticos, económicos e financeiros instalados, aumentaram exponencialmente e confirmaram a importância da participação activa dos trabalhadores e da população no combate a este tipo de ingerências e à exigência do cumprimento das promessas eleitorais.

Neste quadro, a reversão do processo de entrega a operadores privados da gestão de empresas públicas de transportes de Lisboa e Porto; a reposição do direito de transporte aos trabalhadores reformados ferroviários e do complemento de reforma aos reformados do Metro e da Carris; a redução da sobretaxa de IRS; o fim dos cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública e do SEE; o início do processo para a reposição das 35 horas na Administração Pública; a actualização do Salário Mínimo Nacional que, embora insuficiente, deve ser usado como uma alavanca para todas as grelhas salariais; a revogação de medidas lesivas da dignidade dos professores e a eliminação dos exames do 4º e 6º ano; a reposição do direito das mulheres à IVG; são, entre outras, medidas que foram aprovadas na Assembleia da República e que valorizamos.

No entanto, a persistência na privatização da CP Carga; a solução encontrada para o BANIF (que penaliza os trabalhadores e o povo); a redução da Taxa Social Única dos patrões, a pretexto do aumento do SMN; a não revogação de grande parte das normas gravosas do Código do Trabalho e da caducidade da contratação colectiva; a emissão de despachos ministeriais a restringir o direito constitucional de greve na Petrogal, constituem, por seu lado, iniciativas governamentais que mereceram a oposição da CGTP-IN e a contestação dos trabalhadores.

Neste processo complexo e diferenciado, face às opções políticas e constrangimentos económicos e financeiros decorrentes, nomeadamente, da aplicação do Tratado Orçamental, a CGTP-IN deu o seu apoio às medidas laborais e sociais positivas para os trabalhadores e o país e criticou e combateu as que revelaram negativas e lesivas dos direitos dos assalariados e de cedência a interesses dos grupos económicos e financeiros.

#### **1.4. A Acção Sindical e a Luta**

Ao contrário do que muitos afirmaram, valeu a pena lutar e resistir, porque o desenvolvimento da acção de massas foi um elemento incontornável para que a Assembleia da República, após as últimas eleições, tenha uma nova composição, com uma nova relação de forças que será tanto mais favorável aos trabalhadores e às suas famílias quanto se prossiga e intensifique a luta.

A CGTP-IN, com os seus sindicatos, os seus milhares de activistas e dirigentes sindicais, assumiu um papel determinante ao conduzir um conjunto de poderosas lutas sindicais a nível das empresas, dos sectores, das regiões e no plano nacional, em que participaram, de forma determinada, centenas e centenas de milhares de trabalhadores.

Foi a luta que assegurou as 35 horas na maioria das autarquias e que garantiu a aprovação na Assembleia da República da sua reposição a toda a Administração Pública. Foi a luta que travou a concretização de mais privatizações e concessões nos transportes públicos e que já permitiu reverter alguns desses processos (Carris, Metro de Lisboa e STCP). Foi a luta que destruiu as pretensões patronais para acumular ainda mais lucros à conta da não actualização dos salários e que efectivou as justas reivindicações e resultados positivos em muitas empresas do sector privado.

Foi a luta dos trabalhadores pelo aumento dos salários, pela integração dos trabalhadores precários no quadro de efectivos e pela defesa dos direitos, individuais e colectivos, das diferentes indústrias, do comércio e serviços, da metalurgia, dos mineiros, das indústrias eléctricas e gráfica, dos cerâmicos e vidreiros, das empresas de limpeza e vigilância, das



forças de segurança, dos enfermeiros, dos médicos e do pessoal auxiliar de saúde, dos professores e dos trabalhadores não docentes das escolas, dos trabalhadores da cultura e da justiça, dos ferroviários, do metro e das empresas de transportes públicos, dos trabalhadores das autarquias e da administração central, dos operários e dos empregados que, agindo para melhorar as suas condições de trabalho e de vida, elevaram a sua consciência social e política e contribuíram decisivamente para derrotar a coligação PSD/CDS.

**Particular destaque é justificado relativamente às três extraordinárias Greves Gerais, realizadas durante o actual mandato, em 22 de Março e 14 de Novembro de 2012 e em 27 de Junho de 2013. Estas foram acções que deram expressão a anos de intensas lutas, constituindo-se um grande êxito, e um factor incontornável para o crescente isolamento, que conduziu à derrota do Governo PSD/CDS.**

Das inúmeras acções de massas que a CGTP-IN desenvolveu, a todos os níveis da estrutura, e num extraordinário trabalho de organização, esclarecimento, mobilização e realização de lutas diversificadas – greves, concentrações, manifestações, etc., ao nível dos locais de trabalho, sectores, regiões e nacionais, importa salientar, em 2012, a realização de gigantescas manifestações, nomeadamente a grandiosa **Manifestação Nacional de 11 de Fevereiro, em Lisboa, com destino ao Terreiro do Paço, sob o lema: “Não à exploração, às desigualdades e ao empobrecimento – outra política é possível e necessária”**, a qual teve lugar no momento em que o Governo do PSD-CDS, o grande patronato e a UGT assinaram o denominado “*acordo para o crescimento, competitividade e o emprego*”; a 9 e 16 de Junho, no Porto e em Lisboa respectivamente, manifestações pela defesa do emprego, salários, direitos, serviços públicos e pela mudança de política; a 29 de Setembro, uma das maiores Jornadas de Luta Nacionais realizadas, no Terreiro do Paço, contra o roubo dos salários e das pensões; contra a ruína das famílias e a destruição do país; a 8 e 15 de Dezembro, no Porto e Lisboa, respectivamente, Manifestação Nacional “*Contra o programa de agressão e a política de direita, Por uma Nova Política, Pela Defesa das Funções Sociais do Estado, Pela Democracia e Defesa das Liberdades, Por um Portugal Desenvolvido e Soberano!*”

Ainda em 2012, a **CGTP-IN realizou duas grandes Marchas pelo emprego e contra a precariedade**, a primeira entre 16 e 25 de Janeiro, “*Marcha da juventude contra a precariedade*” que passou por Braga, Famalicão, Porto, Setúbal, e Lisboa; a segunda, “*Marcha Nacional Contra o Desemprego – Trabalho com Direitos, Portugal com futuro*”, com início no dia 5, com duas colunas (Braga e Faro) e chegada a Lisboa, no dia 13 de Outubro.

**O ano de 2012 também ficou marcado pela realização de 6 vigorosas Concentrações de protesto e exigência ao Governo:** no dia 18 de Janeiro, Concentração de activistas sindicais junto à AR, no dia em que terminou o prazo para a entrega de pareceres sobre a proposta de lei n.º 36/XII que estabelece o aumento dos períodos normais de trabalho sem acréscimo de retribuição; 28 de Março, Concentração de activistas contra o “pacote da exploração e empobrecimento”, na Assembleia da Republica, onde a Proposta de Lei do Governo para a alteração do Código do Trabalho estava a ser debatida na generalidade; a 9 de Maio, Concentração de activistas e outras camadas da população de Lisboa e Setúbal, na Assembleia da República, quando da votação da proposta de lei n.º 46/XII (revisão do Código do Trabalho); a 17 de Maio, Concentração junto do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, pela defesa do sistema público, universal e solidário da Segurança Social; a 4 de Outubro, Concentração de dirigentes, delegados, activistas sindicais contra as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, junto à Residência Oficial do 1º Ministro; a 27 de Novembro, dia da votação do OE/2013, grande Concentração na Assembleia da República, sob o lema: “*Por um novo rumo, por um Portugal de Progresso, Desenvolvido e Soberano. Emprego, Salários, Direitos, Serviços Públicos*”.

No ano de 2013 desenvolveram-se grandes acções que envolveram os trabalhadores do

sector público, empresarial do Estado e privado, como a Grande Jornada Nacional de Acção e Luta, de 16 de Fevereiro, em todos os Distritos do Continente e Regiões Autónomas, com o lema: *Contra a Exploração e o Empobrecimento. Trabalho com Direitos! Saúde, Educação e Segurança Social para Todos*”; entre os dias 27 de Fevereiro e 9 de Março, a Semana de luta em defesa do Sector Empresarial do Estado, com uma participação articulada dos diversos sectores, regiões e sindicatos com a CGTP-IN, contra a ofensiva aos Serviços Públicos e a intenção de privatização das empresas que os garantem; em Fevereiro e Março com a Acção Geral de Protesto, Proposta e Luta, com greves, paralisações, concentrações e manifestações em todo o país; no dia 13 de Março, com a Acção Nacional pela revogação das normas que visam impossibilitar a publicação das Portarias de Extensão, com um desfile até ao Ministério da Economia; nos dias 30 de Maio e 5 de Outubro, duas acções de protesto em todo o país, nos locais de trabalho dos sectores privado e público, contra o roubo dos feriados e o trabalho gratuito; **no dia 19 de Outubro, as Marchas Por Abril – Contra a Exploração e o Empobrecimento – Salários – Emprego – Saúde – Segurança Social – Educação, no Porto e em Lisboa**, com passagem a pé, pela Ponte do Infante, e de autocarro pela Ponte 25 de Abril, respectivamente, depois do Governo do PSD-CDS ter impedido, ilegitimamente, a passagem a pé na última; entre os dias 16 a 20 de Dezembro, Semana de luta com acções públicas com trabalhadores e população, em todas as regiões, pelo aumento dos salários, do Salário Mínimo Nacional e das pensões, contra os cortes nos salários e pensões, pelo emprego com direitos, pela protecção social para todos os desempregados. Esta iniciativa teve expressão pública, em Lisboa, no dia 19 de Dezembro, com uma concentração/vigília junto à Presidência da República. Para além desta, em 2013 realizaram-se mais duas grandes concentrações, em Belém, no dia 25 de Maio – Grande concentração sob o lema: *“Todos a Belém: Contra a Exploração e o Empobrecimento – Mudar de Política, Governo Rua”*, e a 6 de Julho, para exigir ao Presidente da República a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas; na AR, nos dias 1 e 26 de Novembro, contra o OE/2014 que, num quadro de confronto com a Constituição da República, aprofundou o roubo aos trabalhadores e ao povo e colocou em causa a Soberania Nacional.

**A CGTP-IN organizou ainda, entre 6 e 13 de Abril, a Marcha contra o Empobrecimento sob o lema: “Contra o Empobrecimento – Mudar de Política e de Governo; Pelo Emprego – Salários – Direitos – Serviços Públicos – Funções Sociais do Estado”, que percorreu 42 cidades do continente e das regiões autónomas e que culminou com uma grande Manifestação no dia 13 de Abril, na Assembleia da República, em Lisboa.**

Em Fevereiro de 2014, no dia 1, a CGTP-IN organizou um Dia Nacional de Luta, contra a exploração e o empobrecimento, em todos os Distritos do país e nas regiões Autónomas, com greves, paralisações, concentrações e manifestações, pelo emprego e contra os despedimentos e a destruição de postos de trabalho, o aumento dos salários, a defesa dos direitos sociais e da contratação colectiva, a melhoria das condições de trabalho, a defesa das Funções Sociais do Estado e dos serviços públicos, pela demissão do Governo, pela convocação de eleições antecipadas, pela afirmação e cumprimento da Constituição da República e pela Defesa do Regime Democrático. Em Lisboa, realizou-se um desfile, com os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, para os Restauradores; no dia 27, realizaram-se marchas nocturnas com grande impacto e adesão, “Contra a violação dos direitos fundamentais; Pelo emprego, salários, saúde, educação, protecção social, em Lisboa, Leiria, Coimbra (dia 28) e no Porto. Em Lisboa, a “Marcha para S. Bento teve como ponto de partida 3 pré-concentrações nos Ministérios do Trabalho, Saúde e Educação, seguida de desfile até à residência oficial do Primeiro-Ministro; entre 8 e 15 de Março, decorreu **a Semana Nacional de Protesto e Luta, com início em 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, até 15 de Março, envolvendo todos os trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado, pela exigência de resposta às suas reivindicações laborais e sociais**; no dia 8 de Abril, Concentração junto do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sob o lema: “Mais Salários, Mais Contratação Colectiva, 35 Horas de Trabalho”; entre os dias 26 e 31 de Maio, Semana de Luta, centrada

nos locais de trabalho com greves, paralisações e manifestações, contra os bloqueios à contratação colectiva e pelo aumento dos salários e aplicação do aumento do salário mínimo nacional para os 515€, a partir de 1 de Junho; nos dias 14 e 21 de Junho, no Porto e em Lisboa, respectivamente, Manifestação com o lema “Acabar com esta política de direita – Governo Rua! – Por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana”; a 10 e 25 de Julho, Manifestação para a AR, contra o roubo dos direitos, salários e pensões, dando expressão à vontade dos trabalhadores e do povo em pôr termo a este Governo ilegítimo, exigindo a sua demissão, a convocação de eleições antecipadas e a ruptura com a política de direita, por uma política de Esquerda e Soberana; **em Agosto foi desenvolvida uma Campanha “Agosto, mês de esclarecimento, acção e luta” em todas as regiões do país contra o roubo dos salários, pensões e direitos**; de 23 de Setembro a 5 de Outubro teve lugar uma Quinzena de acções de informação, reivindicação e lutas, nos locais de trabalho do sector público e privado; no dia 13 de Novembro, Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta nos locais de trabalho do sector público, privado e empresarial do Estado; **entre 22 e 25 de Novembro realizámos uma Marcha Nacional, com início no dia 21 em Braga no Porto e Faro que terminou no dia 25 em Lisboa, coincidindo com a parte final da discussão e votação do OE para 2015, com iniciativas de luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, convergindo com outros sectores da população** (desempregados, reformados e pensionistas, estudantes, utentes de serviços públicos, etc.), em todas as regiões do país, tendo como objectivos a defesa dos seus interesses, a promoção das funções sociais do Estado e a valorização dos Serviços Públicos com o fim das privatizações, o aumento da produção nacional e a demissão do Governo para abrir portas a uma alternativa política, de Esquerda e Soberana; no dia 10 de Dezembro, em Lisboa, teve lugar uma Iniciativa Pública de âmbito nacional, sobre a Conciliação/Horários de Trabalho, em torno da qualidade do emprego e dos horários de trabalho que possibilitem a efectiva conciliação trabalho/família, trazendo para a opinião pública a realidade vivida pelas trabalhadoras e trabalhadores nos locais de trabalho, no sector privado e no sector público, através de testemunhos reais, juntando a denúncia à reivindicação, proposta e responsabilização, inserida no “Ano europeu da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Em 2015, a CGTP-IN promoveu a **Campanha pelos Direitos: “Valorizar o trabalho, trabalhar com direitos”**, que decorreu durante todo o primeiro trimestre e foi centrada nos locais de trabalho e em pólos de atendimento a funcionar nas Uniões Distritais, de divulgação e acção pelos direitos, integrando várias actividades; no dia 7 de Março, realizou-se uma Jornada Nacional de Luta, sob o Lema “*Romper com a política de direita! Construir uma alternativa de Esquerda e Soberana!* (Salários – Emprego – Direitos – 35 Horas Semanais – Educação – Saúde – Segurança Social – Serviços Públicos); com acções de massas nos distritos do Continente e nas Regiões Autónomas, com características de manifestações/concentrações, assentes na participação de trabalhadores e populações locais. Em Lisboa realizaram-se duas pré-concentrações: no Cais do Sodré (Setúbal e distritos a Sul) e no Campo das Cebolas (Lisboa e distritos a norte) para os Restauradores; entre os dias 23 e 28 de Março a Interjovem promoveu uma Marcha nacional, designada “**Juventude em Marcha – Trabalho com direitos! Contra a precariedade e a exploração**”, com iniciativas em todos os distritos, designadamente a realização de contactos, esclarecimento e mobilização dos jovens nas empresas, exortando os jovens, entre outras reivindicações, a exigir que as suas habilitações e competências sejam valorizadas e a actividade profissional dignificada; a 22 de Julho, realizámos uma Grande Concentração de Trabalhadores na Assembleia da República com os seguintes objectivos: protestar, denunciar e combater um novo pacote de medidas anti-laborais e anti-sociais, defender as Funções Sociais do Estado, combater a política de exploração e o empobrecimento; no dia 28 de Novembro, em Lisboa e no Porto, a CGTP-IN efectuou uma Acção nacional com concentrações em Lisboa, no Porto e em Braga para exigir o respeito pela Constituição e a vontade de mudança manifestada nas eleições legislativas.

**A Grande concentração de 10 de Novembro convocada pela CGTP-IN para a Assembleia da República, quando que teve lugar a votação das moções que**

rejeitaram o programa do Governo minoritário do PSD/CDS-PP e, conseqüentemente, a sua derrota e demissão. Esta concentração culminou uma importante vitória dos trabalhadores, depois de uma prolongada etapa, de muitas batalhas e inúmeras lutas, que tiveram como objectivos centrais a rejeição do programa do Governo do PSD/CDS; a reafirmação da exigência de respostas positivas às reivindicações da CGTP-IN e dos trabalhadores; a exigência de uma nova política que coloque os trabalhadores, o povo e o país como referência do desenvolvimento da economia e de afirmação dos direitos, valores e conquistas de Abril.

**As comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio**, foram realizadas sempre numa perspectiva de luta, pela defesa dos direitos e conquistas que aquelas datas simbolizam e constituíram-se como momentos altos da mobilização dos trabalhadores dos sectores privado e público, para afirmarem o seu descontentamento, indignação e protesto face à injustiça das políticas seguidas e num apoio inequívoco às reivindicações e propostas da CGTP-IN.

**O dia Internacional da Mulher, o dia Nacional da Juventude e o dia 1 de Outubro, Aniversário da CGTP-IN**, foram sempre assinalados com a realização de acções de esclarecimento, mobilização e luta, sendo potenciados para dar expressão aos problemas específicos das mulheres e dos jovens e à necessidade da luta organizada desenvolvida pelo Movimento Sindical Unitário.

Tal como antes, também hoje, o novo rumo que queremos seguir depende da participação de todos: dos trabalhadores com vínculos efectivos e precários; dos desempregados, reformados, aposentados e pensionistas; dos jovens, das mulheres e todos os outros sectores e camadas que foram atingidos pela política de direita. É preciso responder à chamada e intensificar a luta pela mudança inadiável que se deseja, exige e justifica, rumo a um Portugal Soberano, Desenvolvido e de Progresso Social.

## **2. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

### **2.1. Emprego**

Em consequência das políticas desastrosas inscritas no *“memorando de entendimento”/programa de agressão*, subscrito pelo Governo do PS/Sócrates e que o Governo do PSD/CDS pôs em prática, a situação do emprego deteriorou-se profundamente: o número de postos de trabalho baixou fortemente em 2012 e 2013, não tendo ainda sido recuperado em 2015 o nível que existia em 2011; o desemprego e o subemprego dispararam, atingindo em 2015 mais 1 milhão e 200 mil trabalhadores; a precariedade acentuou-se; a emigração ressurgiu em força com a saída do país de muitos milhares de trabalhadores (quase 500 mil entre 2011 e 2014), nomeadamente, de jovens com qualificações superiores.

A CGTP-IN teve uma intervenção activa no combate a estes problemas, em simultâneo com a apresentação de propostas e reivindicações para a sua resolução e a exigência de um modelo de desenvolvimento orientado para a aposta na produção nacional, o crescimento económico e a concretização de políticas que assegurem o pleno emprego, de acordo com a Constituição da República.

Neste período o movimento sindical empreendeu uma luta pela segurança no emprego e contra a precariedade no trabalho e por melhores salários, mediante uma acção continuada de denúncia das injustiças, assim como lutou, também, pela integração como trabalhadores permanentes de todos os que desempenham tarefas não temporárias. Este trabalho concretizou-se através da actividade diária dos sindicatos nos locais de trabalho, mas também de acções levadas a cabo pelas Uniões e pela CGTP-IN.

Prosseguiu o pronunciamento regular sobre os problemas do desemprego e da deterioração da qualidade do emprego, tanto a nível nacional como regional, tendo as Uniões de sindicatos um papel muito activo junto dos órgãos de comunicação social locais e das populações, potenciando o apoio que a CGTP-IN continuou a prestar com o envio de dados relativos ao desemprego registado por concelho e à qualidade de ofertas de emprego, recolhidas pelos centros de emprego.

Foram realizadas grandes iniciativas, destacando-se, em 2012, a realização da Marcha Contra o Desemprego, que envolveu desempregados, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores e as populações dos locais por onde passou. Denunciou-se a situação de desemprego e foram apresentadas propostas e reivindicações para a criação de emprego com direitos, e que passam, nomeadamente, pelo aumento da produção nacional, aproveitando os recursos do país. A CGTP-IN prestou apoio à realização da marcha, elaborando documentos sobre várias temáticas, fazendo o mesmo em 2013, aquando da realização da Marcha Contra o Empobrecimento.

Ainda em 2013, a CGTP-IN apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça sobre os abusos nos contratos emprego-inserção, que se traduzem na ocupação de postos de trabalho permanentes por desempregados subsidiados, inclusivamente em órgãos e serviços da Administração Pública Central e Local, queixa a que foi dado provimento pelo Provedor de Justiça em 2014.

Em 2015 a CGTP-IN entregou, na Assembleia da República, a Petição pelo Direito ao Emprego e à Protecção Social no Desemprego, lançada em 2014 e subscrita por mais de 27 mil trabalhadores, onde se exigiu uma resposta a este flagelo, nomeadamente a alteração das políticas no sentido de fomentar o crescimento económico e a criação de emprego com direitos, combater o desemprego e apoiar os desempregados a encontrar emprego, e reforçar o direito à protecção no desemprego.

A problemática dos créditos dos trabalhadores que perderam os postos de trabalho em consequência do encerramento das empresas mereceu uma particular atenção neste período, embora nos tivéssemos deparado com muitas dificuldades e insuficiente resposta no levantamento das situações.

A CGTP-IN pronunciou-se sobre todos os projectos relativos às políticas activas de emprego e formação profissional, destacando-se as medidas no âmbito do Impulso Jovem e da Garantia Jovem, designadamente os apoios à contratação e os estágios, que visam embaratecer, com dinheiros públicos, os custos do trabalho e apagar desempregados das estatísticas. Deu ainda parecer sobre a lei-quadro da política de emprego e a orgânica e estatutos do IEFP, criticando a extinção da Comissão de Fiscalização.

A intervenção da CGTP-IN nos diferentes órgãos em que tem assento no que diz respeito ao emprego e à formação, nomeadamente no Conselho de Administração do IEFP, pautou-se pela denúncia, nomeadamente da falta de qualidade das colocações efectuadas, onde predominam os contratos a termo e os baixos salários mas, também, pela apresentação de propostas e reivindicações de melhoria do funcionamento dos centros de emprego e da formação profissional.

Em 2015 a CGTP-IN realizou, também, uma iniciativa central, com o tema “O emprego como factor determinante da sustentabilidade das políticas sociais”.

## **2.2. A Formação e a Qualificação Profissional**

Ao longo dos últimos quatro anos, a CGTP-IN desenvolveu uma actividade diversificada no âmbito da Formação Profissional. Ao nível nacional, a actividade da central centrou-se na

representação junto das entidades oficiais ligadas à área, concretamente na ANQEP, IEFP e DGERT e IPQ (Comissão Técnica de Normalização de Gestão de Sistemas Formativos), bem como na emissão de pareceres e documentos informativos diversos sobre a temática da formação profissional.

No plano comunitário, a CGTP-IN assumiu diversas funções representativas, como a participação no ACTV (Comité Consultivo da União Europeia para a Formação Vocacional), o *Lifelong Learning Group* da CES (Grupo de Trabalho para a Formação ao Longo da Vida) e o CEDEFOP (Centro Europeu para a Formação Profissional).

Durante este período a CGTP-IN bateu-se sempre pela afirmação da formação profissional enquanto elemento estruturante de um trabalho qualificado e de um emprego com qualidade e direitos. Um dos aspectos mais marcantes desta acção foi a constante denúncia da falta de uma política consequente para a formação profissional de adultos por parte do Governo PSD/CDS. Na contratação colectiva também se fizeram sentir os problemas no que respeita a concretização do direito à formação profissional dos trabalhadores. O patronato, ao bloquear a contratação colectiva, também impediu que a este nível se discutisse e regulamentasse o direito à formação profissional e o seu conteúdo.

A CGTP-IN esteve presente nas discussões sobre Formação Vocacional e Ensino Técnico Profissional, quer através da participação no Grupo Bilateral Tripartido Portugal/Alemanha para a implementação do Modelo de Aprendizagem Dual no Ensino Técnico Profissional, quer através da intervenção na ANQEP, no âmbito da valorização da rede CQEP (Centros de Qualificação e Ensino Profissional). A CGTP-IN assumiu sempre uma postura no sentido de se valorizarem as políticas de qualificação inicial como elementos fundamentais para a integração futura dos jovens no mercado de trabalho.

No âmbito do IEFP e das políticas públicas de emprego e formação profissional, a CGTP-IN criticou as orientações do governo do PSD/CDS relativamente ao papel da formação profissional e ao papel do IEFP, contestando sempre a política de branqueamento do desemprego através de medidas, como os estágios no âmbito da Garantia Jovem, ou o Programa Vida Activa, que eram utilizados para falsear os números do desemprego, ao invés de servirem, efectivamente, para qualificar a população trabalhadora. Apresentou, também, diversas propostas e reivindicações para a melhoria da formação profissional dos trabalhadores.

Outra linha de reivindicação nesta área foi a importância de se reforçarem as capacidades e competências da DGERT no âmbito da Certificação dos Centros de Formação. Também nesta área o governo PSD/CDS procedeu ao corte de custos e, com isso, degradou todo o sistema de formação profissional de adultos, com consequências nefastas para aqueles trabalhadores cuja oportunidade de reconversão profissional foi negada. A ausência de uma política consequente de formação de adultos foi identificada pela CGTP-IN, por diversas vezes, como uma lacuna que, a não ser resolvida, votará à pobreza centenas de milhares de trabalhadores desqualificados, por falta de oportunidades de emprego.

Assistimos, também neste período, ao lançamento do Cheque-Formação, pelo IEFP, programa financiado por fundos comunitários. A CGTP-IN denunciou a intenção governamental de financiar indirectamente a formação profissional das empresas, com prejuízo dos interesses dos trabalhadores e do erário público.

A nível central realizou-se, em 2015, uma iniciativa integrada no projecto da CGTP-IN “Intervir para qualificar, qualificar para crescer”, dirigida aos quadros sindicais, no sentido de os sensibilizar para a importância da luta pelo aumento das qualificações dos trabalhadores e para alterar o modelo de desenvolvimento, de forma a basear-se em produções de elevado valor acrescentado, assente em investimento produtivo, inovação e trabalho com direitos.

Por fim, a CGTP-IN interveio directamente na área da formação profissional, quer através do INOVINTER (Centro Protocolar com o IEFP), quer através do Instituto Bento de Jesus Caraça, ou quer através da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça. Para além de proporcionar um contributo efectivo para a consecução de uma oferta formativa de qualidade, a participação nestas entidades, tem permitido à CGTP-IN dar uma resposta efectiva às necessidades de qualificação do movimento sindical, por um lado, e por outro, também permite recolher experiência efectiva tão importante para uma participação política consequente.

### **2.3. O Desenvolvimento Regional**

No período 2012-2015 acentuou-se a tendência de perda de população em todo o país com o recrudescimento da emigração, e em especial nas regiões mais deprimidas, evolução intimamente ligada ao aprofundamento das assimetrias regionais, ao encerramento de empresas e ao fecho de serviços públicos.

A CGTP-IN continuou a apoiar às uniões distritais do continente, prosseguindo com o envio de dados e análise relativa ao desemprego registado por concelho, mas também prestando apoio técnico na elaboração de documentos de caracterização socioeconómica regional, usados quer nos congressos das uniões, quer em iniciativas descentralizadas de enfoque regional ou de resposta a pedidos específicos, tanto no continente, como nos Açores e na Madeira.

Prosseguiu a participação nos Conselhos Consultivos Regionais e Locais do IEFP, apesar do seu funcionamento irregular, nos Conselhos Regionais das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e, ainda, nos órgãos de acompanhamento do QREN 2007-2013 e do Acordo de Parceria 2014-2020, designadamente nas comissões de acompanhamento dos programas operacionais temáticos e dos programas operacionais regionais.

No período de programação dos fundos comunitários, iniciado em 2007 e terminado em 2013, constatou-se que a maioria dos apoios comunitários não foi usada onde era mais necessária, quer ao nível nacional, quer regional. Houve um claro enviesamento em direcção às empresas exportadoras, que são uma minoria e são sobretudo de grande dimensão. A formação profissional ficou muito aquém dos objectivos de qualificação dos portugueses, nomeadamente dos trabalhadores, tendo a sua execução sido fortemente condicionada pela redução da despesa, no quadro do programa de agressão/memorando da tróica, dada a componente pública da comparticipação nacional.

Relativamente ao período actual, a CGTP-IN pronunciou-se sobre o Acordo de Parceria/Portugal 2020, apresentando propostas para garantir que a utilização dos fundos contribua para o desenvolvimento do país, para diminuir as assimetrias regionais e responder à satisfação das necessidades das populações. Por outro lado, tem prestado apoio às uniões e aos representantes sindicais nos programas operacionais regionais na elaboração de pareceres sobre documentos regionais relacionados com esta matéria.

No contexto da participação nas comissões de acompanhamento dos programas operacionais actuais, onde os sindicatos perderam peso relativamente ao período do QREN, a CGTP-IN tem chamado a atenção para o facto de não se vislumbrarem alterações substanciais no sentido na melhoria da aplicação dos fundos. Neste novo quadro a intenção do Governo foi: acentuar a concessão dos apoios às empresas exportadoras; a submissão aos objectivos da Estratégia Europa 2020 e dos Planos Nacionais de Reforma; a subalternização dos trabalhadores e da sua participação, bem como das áreas da educação, formação profissional e do emprego, no que significará um aprofundamento do modelo de exploração seguido até agora.

Por outro lado, a introdução extensiva de instrumentos financeiros nos programas operacionais, mais não são do que a transferência de dinheiros públicos para o sector financeiro, que se destinam não apenas às empresas, mas também a entidades do sector público, como as autarquias, e à chamada economia social, para satisfazer necessidades que compete ao Estado satisfazer.

A CGTP-IN tem denunciado estas opções e tem apresentado propostas e reivindicações concretas para que os fundos estruturais sirvam efectivamente as prioridades de desenvolvimento do país.

## **2.4. Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social**

Nesta área, a CGTP-IN actuou directamente sobre algumas matérias prioritárias, complementares entre si, nos domínios do ambiente, defesa dos consumidores e economia social e solidária, sendo o desenvolvimento sustentável o fio condutor transversal a estes domínios.

Foram promovidas actividades de sensibilização, formação e análise dirigidas aos quadros e dirigentes sindicais, úteis para a formação nos sindicatos. No mesmo sentido foi assegurada a intervenção e realização de pareceres e tomadas de posição em diversos órgãos e iniciativas de âmbito nacional e internacional.

Foram editados artigos de formação, informação e de opinião na página Internet dedicados ao Desenvolvimento Sustentável, no Site da CGTP-IN.

Como parceiro social, a CGTP-IN com a colaboração dos membros do Núcleo de apoio e do GES – Gabinete de Estudos, respondeu a diversos inquéritos e pareceres de nível europeu e nacional, sobre projectos legislativos ou propostas políticas sobre estas matérias.

### **2.4.1. Desenvolvimento Sustentável e Ambiente**

Neste período, marcado pelos fracos resultados da Cimeira internacional Rio+20, a CGTP-IN assumiu o objectivo de verificar a aplicação do desenvolvimento económico sustentável num real equilíbrio entre os princípios económicos, ambientais e sociais que foram objecto de reflexão, para ajudar à intervenção sindical sobre esta realidade.

O 3º Inquérito Nacional dirigido ao MSU mostrou que é cada vez maior a preocupação da estrutura sindical, aos diversos níveis, para que a defesa do ambiente seja objecto de acções e propostas nos cadernos reivindicativos a apresentar às empresas para defender uma real participação dos trabalhadores nas medidas de defesa do ambiente, conjuntamente com a defesa de melhores condições de trabalho e trabalho digno, bem como a aplicação da responsabilidade social das empresas.

Durante os últimos quatro anos procedeu-se à reflexão sobre variadíssimos assuntos, nomeadamente: resultados da Cimeira Internacional sobre o Ambiente - RIO+20, e consequências na acção sindical; a água, o seu valor e importância para o mundo do trabalho e a luta sindical; importância das energias renováveis e empregos ditos verdes; visita à Central Fotovoltaica de Amareleja; o desenvolvimento sustentável e o trabalho digno; o Compromisso Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde e tomadas de posição da CGTP nas consultas públicas; o amianto e os seus efeitos na saúde e no ambiente; a recolha e reutilização eficiente de resíduos, com visita à Central de Valnor; o TTIP - Parceria Transatlântica de Comércio Internacional, entre a UE e os EUA; as metas da UE e de Portugal, para as energias renováveis e o clima, a COP 21 e o papel dos sindicatos.

Além da contribuição dos seus quadros e dirigentes, a CGTP-IN colaborou com diversas entidades ligadas às áreas de defesa do ambiente e desenvolvimento sustentável, como a



Quercus, OIKOS ou a AidGlobal, a Plataforma das ONGD de Portugal, e participou em diversas estruturas, mais alargadas. Também participou na Campanha desenvolvida pelo Movimento “Água é de Todos”, coordenada pelo STAL e com a participação de diversos sectores sindicais, para recolher assinaturas, entregar e defender a Petição Pública em favor da gestão pública da água e uma petição, do mesmo género, ao nível europeu.

A CGTP-IN, como membro do CNADS – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e do Grupo de Trabalho de DS na CES, deu um contributo consistente para defender posições que respeitem a integridade dos direitos e das condições de trabalho e, também, os próprios trabalhadores enquanto consumidores.

De relevar, ainda, a participação da CGTP-IN em inúmeros encontros, seminários e conferências relativas às temáticas acima referidas e onde tivemos diversas vezes a possibilidade de apresentar as nossas posições como oradores, em diversos painéis sobre estas matérias.

#### **2.4.2. Economia Social e Consumidores**

A CGTP-IN é membro do Conselho Nacional dos Consumidores e, nessa qualidade, continuou a dar o seu contributo às actividades do Conselho, embora nestes últimos anos de governo PSD/CDS não tenha sido dado relevo ao funcionamento desta estrutura consultiva.

Um Encontro do Grupo de Reflexão nacional foi dedicado à problemática do trabalhador/consumidor e os efeitos da austeridade nos rendimentos dos trabalhadores, tendo sido abordadas várias questões, tais como: a evolução dos rendimentos reais dos trabalhadores de 2002 a 2014, incluindo o salário mínimo; as consequências do crédito selvagem, versus o crédito responsável; o papel das associações de consumidores; os desafios para a acção sindical.

No âmbito da Economia Social e solidária acompanhámos a evolução política e legislativa deste sector e participámos em vários seminários e conferências, onde se reflectiu a nova legislação sobre a Economia Social e a nova legislação das IPSS – Instituições Particular de Solidariedade Social, avaliando os seus efeitos em termos de orientação das IPSS e sobre os utentes.

O Núcleo de Apoio do Departamento visitou ainda a cooperativa Louricoop, da Lourinhã, e uma empresa de agricultura biológica, a que se seguiu uma reunião do núcleo de reflexão para debater a importância da economia social, as condições de trabalho, as dificuldades vividas neste sector e os efeitos possíveis nos consumidores e nas redes alternativas à sociedade de grande consumo.

A CGTP-IN esteve representada na Academia organizada pela OIT sobre a Economia Social e Solidária, Inovação Social no Mundo do Trabalho, que teve lugar na África do Sul, de 27 a 31 de Julho de 2015, na qual participaram 41 países, e onde estiveram representantes de todos os países de língua oficial portuguesa. Esta foi a 5ª Academia triangular que se realizou sobre a cooperação Sul-Sul, promovida pelos escritórios da OIT nos respectivos países, que permitiu aprofundar o relacionamento entre os países da CPLP e promover a realização de acções comuns sobre Economia Solidária.

Foram elaborados e publicados artigos de informação, opinião e dicas no Site Internet da CGTP-IN, para informar os trabalhadores, e a população em geral, sobre estas matérias, do ponto de vista sindical.

## 2.5. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos Direitos

Nos últimos quatro anos, a pretexto da crise económico-financeira, da intervenção da tróica e da necessidade de equilibrar as contas públicas e reduzir a dívida pública, o ataque aos direitos dos trabalhadores quer do sector privado, quer do sector público intensificou-se fortemente, traduzindo-se numa violenta ofensiva contra o direito do trabalho.

As sucessivas alterações ao Código do Trabalho operadas neste período, com especial destaque para a revisão de 2012, tiveram como objectivo essencial ampliar desmesuradamente o poder patronal, entregando aos patrões mais poder para despedir, para alterar os horários a seu belo prazer e generalizar a precariedade, reduzir os salários e outras formas de retribuição, destruir a contratação colectiva substituindo-a pela relação individual de trabalho, eliminar feriados e dias de férias, tendo como consequência um enfraquecimento sem precedentes da posição dos trabalhadores na relação laboral.

Neste quadro, destacamos:

- A desregulação e prolongamento do tempo de trabalho através, nomeadamente, de uma maior flexibilização do tempo de trabalho (em particular, novos regimes de banco de horas individual e grupal), e da redução do número de dias de férias e de feriados;
- A redução do valor do trabalho suplementar e eliminação dos descansos compensatórios;
- A facilitação dos despedimentos, com a alteração das regras relativas à cessação do contrato de trabalho por extinção do posto de trabalho e por inadaptação (declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional e posteriormente revistas com a introdução de vários critérios para atingir os mesmos objectivos);
- As sucessivas e brutais reduções das compensações por despedimento, acompanhadas da criação dos chamados Fundos de Compensação do Trabalho, alegadamente para dar maior protecção dos trabalhadores, mas na realidade para mascarar este embaratecimento das compensações;
- A redução dos prazos de caducidade e sobrevivência das convenções, bem como a possibilidade de suspensão da própria convenção;
- O aprofundamento da chamada “descentralização” da contratação colectiva, com a tentativa de deslocar a negociação sectorial para o nível da empresa;
- A possibilidade de adesão individual às convenções, inclusive por trabalhadores não sindicalizados;
- O prolongamento da suspensão das cláusulas dos instrumentos de regulamentação colectiva com disposições mais favoráveis que as do Código de Trabalho, com relevo para o pagamento do trabalho suplementar (que o Tribunal Constitucional veio entretanto a considerar inconstitucional);
- A forte restrição das regras para a publicação de portarias de extensão.

Também os trabalhadores da Administração Pública foram fortemente atingidos pela ofensiva do Governo PSD-CDS/PP, que veio fragilizar ainda mais a relação jurídica de emprego público, nomeadamente com a publicação da nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Os trabalhadores do sector público foram particularmente atingidos pelas políticas de austeridade adoptadas durante este período, através da redução directa dos seus salários e o congelamento da progressão nas carreiras, do aumento do horário de trabalho para as 40 horas semanais, da redução do valor do trabalho suplementar e da

imposição de um gravoso regime de requalificação conducente ao despedimento, entre muitas outras medidas igualmente gravosas.

A precariedade das relações laborais cresceu como nunca, tendo surgido a par dos contratos a termo, dos contratos temporários e dos falsos recibos verdes, outras formas contratuais precárias, quer institucionalizadas como os contratos de muito curta duração – cujo regime também foi alargado – quer completamente à margem da lei. Por outro lado, a possibilidade de renovação extraordinária dos contratos a termo certo, legislada em 2012 e depois prolongada até ao presente ano, bem como o incentivo a novas formas de contratação precária (contratos emprego-inserção, estágios) promovido através de toda uma geração de medidas activas de emprego vieram também contribuir para o aumento da precariedade laboral.

O incumprimento da legislação laboral generalizou-se, induzido por um lado pelo medo do desemprego e o fantasma da crise utilizados pelos patrões como formas de pressão sobre os trabalhadores para os obrigar a aceitar condições de trabalho cada vez mais duras e injustas; e por outro lado, potenciado pela quase paralisação da actividade inspectiva da ACT, privada dos meios humanos e materiais necessários ao exercício das suas competências.

Aliás, a actividade da ACT tem sido também dificultada pela via da supressão de uma série de obrigações de informação, comunicação e pedidos de autorização a que as entidades patronais estavam adstritas e que tinham como escopo o controlo do cumprimento de obrigações laborais, funcionando como importantes ferramentas de trabalho da ACT e como contra-prova da veracidade dos documentos publicitados nas empresas. O enfraquecimento e supressão destas obrigações, também têm contribuído para a generalização do incumprimento das normas e para o sentimento de impunidade dos patrões.

No sector da justiça, assistimos à implementação do chamado “mapa judiciário” que teve como característica mais marcante o afastamento dos tribunais das populações que passaram, em alguns casos, a ter de percorrer mais de uma centena de quilómetros para testemunharem num processo para onde foram notificadas, ou para realizarem os seus direitos enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores.

Por outro lado, assistiu-se a uma redução dos meios necessários ao funcionamento dos tribunais, designadamente através da redução do número de funcionários judiciais e desinvestimento na formação e nos equipamentos informáticos, o que tornou a justiça ainda mais lenta e ineficaz e com maior dificuldade de acesso.

Nos tribunais do trabalho ocorreu, ainda, uma redução no número de juizes e de procuradores, em especial nos tribunais de maior dimensão, como seja o Tribunal de Trabalho de Lisboa onde de o número desses profissionais foi reduzida a metade, com as consequências em termos de eficácia do aparelho judiciário.

De registar que, no período do mandato que agora termina, aumentaram os obstáculos ao acesso à justiça e aos tribunais, por parte dos cidadãos mais pobres, em que se inclui boa parte dos trabalhadores, quer pelo afastamento físico dos tribunais, quer pela manutenção de um regime de apoio judiciário que perpetua um modelo que se caracteriza, em matéria de recurso ao sistema judiciário, pela existência de uma justiça para os pobres e outra para os ricos.

O enfraquecimento da ACT, na vertente de Inspeção, também contribuiu para tornar mais ineficaz o sistema de aplicação das leis, designadamente do trabalho.

### **3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL**

A acção sindical desenvolvida no período do mandato que agora termina caracterizou-se, nas suas linhas fundamentais, em três vertentes prioritárias de intervenção. Uma forte intervenção nos locais de trabalho, no sentido da organização e mobilização dos trabalhadores para a acção e a luta reivindicativas, tendo como principais objectivos o aumento dos salários e a melhoria das condições de trabalho, a defesa da contratação colectiva e dos direitos, a manutenção dos postos de trabalho e o combate à precariedade, a valorização do trabalho e dos trabalhadores e o combate à desregulação dos horários. A acção reivindicativa nos locais de trabalho foi articulada com o reforço da organização sindical de base, prosseguindo com a adopção de medidas tendentes à consolidação e reforço da acção sindical integrada e, dessa forma, apesar de permanecerem atrasos que é necessário ultrapassar, foram também sedimentadas práticas mais consistentes que, em muitos casos, foram determinantes para a obtenção de mais e melhores resultados, porque tornaram mais eficaz a intervenção sindical e, nessa medida, conferiram mais força aos sindicatos e à luta organizada dos trabalhadores.

Uma segunda vertente de intervenção foi dirigida para o combate à política de exploração e empobrecimento dos trabalhadores. Depois de quatro décadas de aprofundamento da política de direita, a situação do país e dos trabalhadores agravou-se dramaticamente nos últimos anos com a imposição das medidas, denominadas de austeridade, contidas quer nos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) do Governo PS/Sócrates, quer do programa de agressão da tróica, denominado “memorando de entendimento”, quer de outras medidas impostas pelo Governo do PSD/CDS-PP que agravaram ainda mais a vida dos trabalhadores no plano dos salários, do emprego, da precariedade, dos direitos e da protecção social. Tais medidas provocaram outros impactos igualmente muito graves, desde a diminuição geral do nível de vida das famílias, ao aumento da pobreza, à diminuição dos direitos sociais e ao agravamento das desigualdades. O forte combate de resistência à concretização e implementação destas medidas, no plano legislativo e na aplicação prática nas empresas e locais de trabalho, foi articulado com o desenvolvimento da luta reivindicativa, com expressão em milhares de greves sectoriais e de empresas, bem como na Administração Pública.

A terceira vertente de intervenção assentou numa forte dinâmica da luta de massas, decorrente de um mandato marcado por um intenso confronto de classes.

Assumindo como objectivo central da luta dos trabalhadores e do povo a ruptura com a política de direita e a construção de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana, a CGTP-IN organizou e mobilizou os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os desempregados, os jovens e outras camadas da população, para grandes manifestações, concentrações e outras importantes acções de luta contra a continuação das medidas de exploração e empobrecimento e pela reposição dos salários, pensões e outros direitos roubados aos trabalhadores e pensionistas; contra as revisões da legislação laboral para facilitar ainda mais os despedimentos, aumentar a precariedade e reduzir os custos do trabalho e pela revogação das normas gravosas do código do trabalho; contra o desmantelamento das Funções Sociais do Estado e a privatização ou encerramento de serviços públicos e pela defesa e melhoria da Segurança Social Pública, do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública; contra as privatizações e pela defesa da economia nacional, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores; contra o agravamento das desigualdades e o aumento da pobreza e por uma política fiscal mais justa que agrave a contribuição do capital e alivie a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e dos pensionistas.

A conjugação destas três vertentes da acção sindical e da luta dos trabalhadores confirmou a justeza das orientações e foi determinante quer para obter aumentos salariais e melhorar

condições de trabalho, quer para resistir aos ataques do patronato contra a contratação colectiva, manter postos de trabalho e defender direitos, quer para alargar o campo de contestação e de exigência pela demissão do Governo do PSD/CDS-PP, contribuindo dessa forma para desgastar a sua base social de apoio e conduzir a uma pesada derrota nas eleições de 4 de Outubro último, com a perda da maioria absoluta de deputados e a rejeição do seu programa de Governo na AR, que afastou, definitivamente, a hipótese da coligação continuar a governar o país.

Na actual situação, em que o Governo do PS tem mostrado hesitações e recuos quanto a questões que carecem de respostas imediatas aos problemas dos trabalhadores e o patronato desenvolve novos ataques aos direitos e à contratação colectiva, a luta nos locais de trabalho continua a ser o elemento decisivo, no quadro da acção sindical mais geral, para exigir a concretização de medidas positivas para os trabalhadores e os pensionistas.

Sendo certo que com a derrota do Governo PSD/CDS-PP se iniciou uma nova etapa da vida política, não é menos verdade que a intensificação da acção sindical e a luta dos trabalhadores, nas suas diversas vertentes, continuam a ser uma exigência de todo o movimento sindical unitário para romper definitivamente com a política de direita e pela adopção de uma política de Esquerda e Soberana, indissociável do crescimento económico e do progresso social ao serviço dos trabalhadores e do povo, rumo a um Portugal Desenvolvido, Independente e Soberano.

### **3.1. Acção e luta reivindicativa**

Nos últimos quatro anos, a política de direita que foi prosseguida e aprofundada pelo Governo do PSD-CDS/PP produziu resultados desastrosos. No quadro da sujeição de Portugal ao programa de agressão das tróicas, essa política agravou os problemas dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e, simultaneamente, também agravou os problemas financeiros e económicos do país, relativamente aos quais o Governo justificou todas as medidas antilaborais e recessivas que acentuaram a exploração e o empobrecimento dos portugueses.

Através do Orçamento do Estado, em cada ano, o Governo do PSD/CDS-PP prosseguiu com particular dureza o ataque aos trabalhadores da administração pública e do sector empresarial do Estado, ao mesmo tempo que agravou os cortes na despesa social e aprovou outras medidas que preconizaram uma ofensiva anti-laboral e anti-social, por via de sucessivas alterações da legislação laboral, nos sectores privado, empresarial do Estado e na administração pública.

O “memorando de entendimento” teve um forte impacto nas alterações ao quadro legislativo, particularmente quanto às revisões do código do Trabalho, com a inclusão de disposições específicas sobre o mercado de trabalho

A ofensiva do patronato e do Governo PSD/CDS-PP centrou-se, principalmente, na redução dos salários e remunerações, no aumento e alargamento do horário de trabalho, no aumento do desemprego e na generalização da precariedade, na facilitação e embaratecimento dos despedimentos, no ataque à contratação colectiva e de outras medidas que visam a desvalorização do trabalho face ao capital.

O desemprego atingiu, em 2013, o valor mais elevado desde que vivemos em democracia, sendo que o desemprego de longa duração afecta quase dois terços da população desempregada. Com a agravante de ter diminuído, ainda mais, a protecção social aos trabalhadores, verificando-se que mais de 60% dos desempregados não tem acesso a quaisquer prestações de desemprego.

A obsessão do Governo PSD/PSD-PP em perpetuar a política de baixos salários levou-o a insistir no falso argumento de os salários serem o factor que mais influencia o desempenho da competitividade. Procuraram, assim, justificar o prolongamento das medidas de empobrecimento que acentuaram a quebra do rendimento disponível das famílias, quer através das medidas impostas aos trabalhadores da Administração Pública (cortes salariais e eliminação de subsídios, congelamento de carreiras e progressões, da tabela salarial única, revisão dos suplementos remuneratórios, entre outras reduções de componentes retributivas) quer por via da manutenção do congelamento dos salários e pensões, quer do roubo dos subsídios de férias e de Natal, da eliminação de dias de férias e feriados e diminuição do pagamento do trabalho extraordinário e em dia feriado, quer da redução das prestações sociais quer, ainda, pelo agravamento da tributação fiscal e imposição de taxas contributivas sobre os salários, pensões e outros rendimentos familiares.

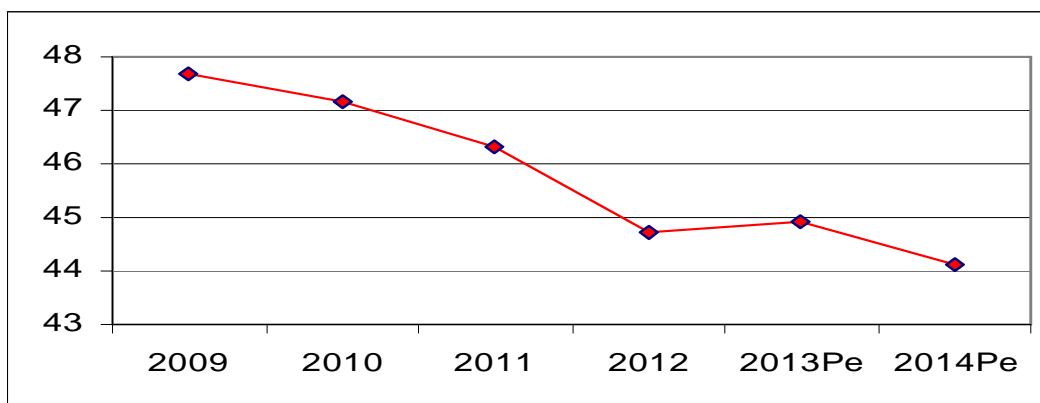
O poder de compra dos salários baixou drasticamente, de tal modo que em 2015 mais de um terço dos trabalhadores recebia um salário líquido até 600 euros. O salário médio em Portugal corresponde, actualmente, apenas a metade dos salários praticados nos países da zona euro. O IRS aumentou brutalmente para os trabalhadores, enquanto o IRC baixou para as grandes empresas e os lucros dos grupos económicos atingem níveis muito elevados e são canalizados para os paraísos fiscais.

O desprezo dos Governos da política de direita pela vida dos trabalhadores está bem patente na desvalorização do salário mínimo nacional. Depois do Governo do PS/Sócrates ter rasgado o acordo sobre a actualização anual do salário mínimo, congelando o aumento para 500€ que devia ter sido efectuado em Janeiro de 2011, o Governo do PSD/CDS-PP manteve a violação do acordo durante quase quatro anos. Devido à luta persistente dos trabalhadores sob a direcção e organização da CGTP-IN e dos seus sindicatos, o Governo viu-se forçado a aumentar o SMN em Outubro de 2014, de 485€ para 505€. A partir de Janeiro deste ano o valor foi actualizado para 530€ mas, ainda assim, está longe de corresponder às necessidades dos trabalhadores, pois o valor líquido é de apenas 471€, ou seja, situado no limiar da pobreza.

Mas o Governo do PS foi ainda mais longe que o anterior ao usar o SMN como um instrumento de chantagem para alimentar a subsidiodependência do patronato da Segurança Social e do Orçamento do Estado, uma vez que não só manteve a medida do Governo do PSD-CDS, de redução de 0,75% pp na Taxa Social Única dos patrões para os trabalhadores com o SMN, como decidiu promover o seu alargamento a todos os assalariados que em 31 de Dezembro de 2015 auferiam uma retribuição base não superior a 530€. Ao contrário do que antes era afirmado, que tinha carácter excepcional, esta medida tende para ser cada vez mais utilizada, constituindo mais um estímulo à não actualização dos salários e a maiores dificuldades na negociação da contratação colectiva, como dá cobertura à manutenção do modelo de baixos salários e de trabalho precário.

Por outro lado, o impacto das medidas de exploração e empobrecimento, com particular relevância na redução dos salários e outras componentes da retribuição, teve o efeito de aprofundar as desigualdades na distribuição do rendimento. Em termos relativos, observa-se uma queda abrupta, desde 2009, da parte das remunerações dos trabalhadores assalariados no PIB, incluindo as contribuições patronais para a segurança social, o que representa uma baixa de 3,5 pontos percentuais entre 2009 e 2014 e, em termos nominais, representa 7,3 mil milhões de euros que foram retirados aos rendimentos líquidos dos trabalhadores, devido ao desemprego e à baixa salarial, para serem transferidos para o capital.

### Parte das remunerações no PIB (%)



Fonte: INE, Contas Nacionais; e = dados preliminares

Acresce que as desigualdades também se acentuaram devido a outros factores (aumento do tempo de trabalho em muitas empresas e, particularmente, na Administração Pública, queda dos salários nas novas contratações, etc.) os quais fizeram alastrar as situações de empobrecimento, com a pobreza a atingir 11% da população empregada.

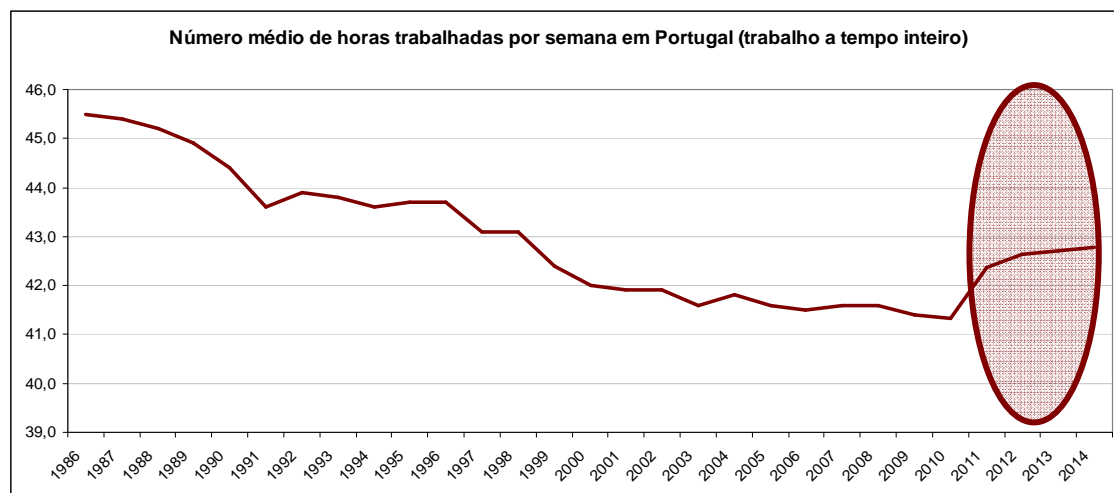
As sucessivas revisões do Código de Trabalho e as alterações na legislação laboral da Administração Pública, nomeadamente a aprovação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, tiveram o mesmo objectivo de, em nome da “harmonização”, fazer regredir as condições de trabalho de todos os trabalhadores portugueses pelos mais baixos níveis que for possível nos salários, nos horários, nos direitos laborais e na protecção social.

O patronato prosseguiu o objectivo sempre constante de desregulação dos horários, assestando baterias para todas as componentes da prestação do trabalho em que procura aumentar a mais-valia e, conseqüentemente o máximo lucro, designadamente por via do aumento da jornada de trabalho (“bancos de horas” e outras formas de “flexibilizar” e aumentar a duração dos horários de trabalho), da redução dos tempos de descanso, entre muitas outras formas de desregulação, que constituem aspectos centrais da política de direita, orientada para o embaratecimento do custo do trabalho, a intensificação dos ritmos de trabalho, a desvalorização da contratação colectiva, a par da ausência de meios para uma efectiva fiscalização das condições em que é prestado o trabalho.

Incentivado e protegido pelos Governos da política de direita, o patronato também intensificou a acção repressiva nas empresas para subverter a seu favor a jornada de trabalho, tornando uma prática, cada vez mais corrente, o trabalho a tempo parcial; o contrato ao dia e à hora, sem dia de descanso ou férias; o desconto das pausas na contagem do tempo de trabalho; as falsas isenções de horário de trabalho, ou as horas extraordinárias não pagas; o trabalho por objectivos sucessivos, forma “moderna” da “empreitada”; a contratação da força de trabalho de “falsos trabalhadores por conta própria” (recibos verdes) e, ainda, a repressão, que induz ao medo de perder o emprego, não ser promovido ou perder o prémio, que empurram os trabalhadores para o prolongamento do horário diário, e a prestação de trabalho aos sábados, feriados e aos domingos, sem remuneração.

Estima-se que entre 2012 e 2014, os trabalhadores por conta de outrem tenham tido um acréscimo de trabalho não pago que ultrapassa 3,8 mil milhões de euros, considerando apenas o corte nos dias de férias e feriados a partir de 2013 e a redução, para metade, do valor pago pelo trabalho extraordinário a partir de 2012, e tendo por base de cálculo o rendimento médio mensal líquido (Estatísticas do Emprego, INE)

Quanto à evolução da jornada de trabalho, é visível o retrocesso resultante da política de direita, especialmente nos últimos anos. Entre 2011 e 2014, foram quase mais duas horas de trabalho por semana a que os trabalhadores foram obrigados a trabalhar, o que representa um recuo de mais de 15 anos, pois não se trabalhavam tantas horas por semana como no final da década de 90, apesar de todos os avanços tecnológicos e a melhoria da produtividade desde então.



Fonte: Eurostat

A política de exploração e empobrecimento impôs a emigração forçada a centenas de milhares de trabalhadores, com especial incidência para os mais jovens. A pobreza absoluta que hoje atinge milhares de trabalhadores, reformados e as suas famílias, reflecte-se também numa elevada taxa de pobreza entre crianças e idosos.

Perante tão grande ofensiva, a acção da CGTP-IN, com os seus sindicatos, os seus dirigentes e milhares de activistas sindicais, assumiu um papel determinante no desenvolvimento da acção dirigida a todas as frentes de intervenção sindical, com prioridade para o esclarecimento, o reforço da unidade e a mobilização convergente de todos os trabalhadores. A dinamização da acção reivindicativa nos locais de trabalho, em articulação com a negociação colectiva, constituiu uma prioridade sindical, com resultados muito positivos na obtenção de aumentos salariais e outras reivindicações, na defesa e manutenção de direitos sociais e na resistência aos ataques das forças do capital.

Os resultados estenderam-se, também, a uma efectiva melhoria do trabalho de direcção e coordenação aos diversos níveis da estrutura sindical e quanto a um maior número de trabalhadores envolvidos na luta reivindicativa, reflectindo-se quer no aumento das reivindicações apresentadas nas empresas quer nas lutas realizadas e nos resultados conquistados.

Nesse quadro, a CGTP-IN conduziu um vastíssimo conjunto de poderosas lutas sindicais a nível de locais de trabalho, empresas, sectores, regiões e no plano nacional, articulando a luta reivindicativa para defesa dos salários e dos direitos, do emprego e combate à precariedade, pela contratação colectiva e contra a aplicação nas empresas das matérias gravosas contidas no código do trabalho, com a luta mais geral contra a política de direita, consubstanciada nas medidas de "austeridade", de exploração e empobrecimento; por uma ruptura com o programa de agressão; pela demissão do Governo e por uma alternativa política, de Esquerda e Soberana.

Foram milhares as lutas que a CGTP-IN desenvolveu a todos os níveis da estrutura, num constante e intenso trabalho de organização, esclarecimento, mobilização e realização de acções diversificadas (plenários, tribunas públicas, greves e paralisações, concentrações, desfiles e manifestações, marchas etc.).



### 3.2. Contratação colectiva

No período que decorreu desde o último Congresso continuou, com maior intensidade, o aprofundamento das restrições ao direito de contratação colectiva. No quadro das medidas de austeridade e da ofensiva anti-laboral, a negociação e a contratação colectiva foram marcadas por três aspectos essenciais de natureza interdependente: a situação de bloqueio quase generalizado ao exercício da negociação colectiva, a diminuição dos rendimentos do trabalho e a alteração do quadro legislativo.

Se com a publicação do código do trabalho, em 2003, foram introduzidas regras que desequilibram a relação de forças a favor do patronato, fragilizando dessa forma o direito à contratação colectiva - caducidade das convenções, eliminação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, explicitação da adesão individual às convenções; arbitragem obrigatória; ataque ao direito de greve, introdução dos regimes de adaptabilidade horária, etc. – desde então, várias revisões foram efectuadas, todas no mesmo sentido da eliminação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, com particular destaque para as alterações operadas pela mão dos Governos do PS, e do PSD/CDS-PP, decorrentes da aplicação dos PEC e do *programa de agressão* assinado com a tróica estrangeira, mas também do acordo denominado “*compromisso para o crescimento, a competitividade e o emprego*”, entre o Governo, as confederações patronais e a UGT, com o apoio do PS, onde se inscreveram novas regras para agravar a exploração dos trabalhadores.

Constituem exemplos de tal ofensiva legislativa, para aumentar a exploração, as seguintes alterações: maior facilitação dos despedimentos e diminuição das indemnizações, para tornar o despedimento individual mais fácil e mais barato; redução do número de dias de férias e de feriados; introdução na lei a chamada “descentralização” da negociação colectiva, ou seja, deslocar a negociação sectorial para o nível de empresa (processo que foi acompanhado da tentativa de atribuir o papel de negociação a organizações não sindicais, mas que falhou devido à luta dos trabalhadores); aprofundamento da desregulação dos regimes relativos à mobilidade geográfica e funcional e à organização e gestão dos tempos de trabalho, neste caso com a introdução do “banco de horas” individual e grupal; “agilização” da legislação relativa à redução ou suspensão dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial, entre outras mediadas igualmente gravosas.

Esta situação, aliada à recessão ou baixo crescimento, teve como resultado uma ainda maior desvalorização do trabalho e uma ofensiva mais intensa contra a contratação colectiva. Desde logo, com acção directa dos sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS-PP na administração pública, quer por via da farsa “negocial”, que fez com que não tenha havido uma verdadeira negociação colectiva no sector público nos últimos anos, quer devido à imposição da lei geral do trabalho em funções públicas, quer, ainda, pela reintrodução de cortes salariais, a imposição da tabela salarial única e a revisão dos suplementos de remuneração, o congelamento de carreiras e escalões salariais, entre outras medidas gravosas, passando pelo impedimento, ilegal, da aplicação dos cerca de 600 ACEP negociados com as autarquias e outras entidades públicas.

Por outro lado, os Governos do PS, PSD e CDS-PP incentivaram e deram total cobertura ao patronato para boicotar os processos de negociação colectiva e, simultaneamente, aprofundaram as alterações na legislação laboral, todas no mesmo sentido da eliminação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e das suas organizações de classe, especialmente dos sindicatos, procurando dar aos patrões, por via da lei, aquilo que não conseguem impor na contratação, devido à resistência e luta dos trabalhadores.

Outras alterações ao código do trabalho foram também aprovadas, visando acentuar a fragilização da contratação colectiva e reforçar o poder patronal, para mais facilmente embaratecer os custos do trabalho, aspecto central da política de exploração levada a cabo pelos sucessivos governos. São exemplo: as modificações na lei que visam derrogar as normas da contratação colectiva pela legislação do trabalho e dar maior relevância ao

contrato individual de trabalho; a redução dos prazos relativos à caducidade e sobrevivência das convenções colectivas e a suspensão destas; limitar quer o direito de greve quer a própria acção sindical nos locais de trabalho, de forma a subverter a protecção constitucional do trabalho na sua relação com o capital; impor o prolongamento da suspensão das cláusulas dos instrumentos de regulamentação colectiva com disposições mais favoráveis que as Código de Trabalho, com relevo para o pagamento do trabalho suplementar.

Também se verificaram alterações na legislação de trabalho na Administração Pública, em que se destaca: a aplicação aos trabalhadores do sector público das regras menos favoráveis do sector privado, em nome de uma cínica “uniformização”, pois do que se trata é da diminuição geral das condições de trabalho de todos os trabalhadores; a aprovação do regime de “requalificação”, antecâmara para o despedimento, que o Tribunal Constitucional veio a declarar inconstitucional; o aumento da semana de trabalho de 35 para 40 horas, entre outras alterações.

Quanto à evolução dos salários, o balanço dos quatro últimos anos é muito negativo, agravando-se o empobrecimento dos trabalhadores, apesar da baixa inflação verificada, como consequência da retracção económica. Como o número de trabalhadores abrangidos anualmente pelos salários contratuais foi muito baixo, e o período médio de eficácia das tabelas salariais foi sendo cada vez mais alargado, (43,6 meses em 2015, depois de ter atingido 13,7 em 2009; 15,9 em 2010; 19,9 em 2012; 30,7 em 2013 e 37,1 em 2014) o que indica um período longo de desactualização salarial, conclui-se que o impacto nas actualizações dos salários contratuais foi muito reduzido.

Os trabalhadores da Administração Pública e do SEE foram particularmente atingidos pelas medidas de “austeridade” quer no que respeita aos salários, em que as medidas mais importantes incluíram cortes nos salários de base, quer pela não aplicação de normas relativas a carreiras profissionais. Estas medidas, tomadas sem o acordo dos sindicatos, imperaram sobre disposições acordadas e consagradas na legislação e em convenções colectivas de trabalho. Depois dos salários terem sido congelados em 2010 e diminuídos 5% em 2011, sofreram novas reduções devido à conjugação dos cortes nos subsídios de férias e de natal com a redução do número de trabalhadores, determinando uma significativa diminuição dos salários e outros rendimentos dos trabalhadores do Estado.

As perdas do poder de compra dos trabalhadores portugueses foram muito elevadas em termos líquidos, devido sobretudo ao agravamento da fiscalidade directa (IRS), designadamente pelo agravamento que resultou da diminuição do número de escalões, dos cortes nas deduções, da sobretaxa extraordinária de 3,5%, da contribuição extraordinária de Solidariedade e das tabelas de retenção na fonte. Todos estes factores tiveram efeitos directos na redução do poder de compra dos salários, empurrando cada vez mais trabalhadores para o empobrecimento.

Foi, ainda, neste contexto que se procedeu à revisão da norma relativa à publicação das portarias de extensão, sendo que numa primeira fase foi suspensa e, depois, fortemente restringida, passando a exigir-se que, em regra, a parte patronal subscritora da convenção colectiva tenha ao seu serviço, pelo menos, 50% dos trabalhadores do sector de actividade, no âmbito geográfico, pessoal e profissional de aplicação pretendido, ou a respectiva associação patronal ser constituída, pelo menos, em 30% por micro, pequenas e médias empresas. A prova que as alterações anularam praticamente a emissão das portarias de extensão está demonstrada no facto de em 2015 terem sido publicadas apenas 36 portarias, enquanto em 2010 tinham sido publicadas 116 (12 em 2012; 9 em 2013 e 13 em 2014).

A evolução da contratação colectiva no período do mandato mostra uma diminuição significativa do número de instrumentos de regulamentação colectiva publicados face a anos imediatamente anteriores, assim como um número menor de trabalhadores abrangidos, pois que apesar de ter aumentado um pouco em 2015, a taxa de cobertura mantém-se bastante

baixa. Quando comparados estes indicadores com o período anterior à entrada em vigor do código do trabalho, a situação é ainda mais grave.

**Evolução da contratação colectiva: Principais indicadores**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº IRC publicados	259	234	182	93	97	161	145
Aumento salarial – tabelas (%)	2,9	2,4	1,5	1,4	1,0	1,0	0,7
Vigência das tabelas (meses)	13,7	15,9	15,9	19,9	30,7	37,1	43,6
Nº trabalhadores (mil)	1303,4	1294,6	1202,9	306,2	186,6	246,6	495,1
Inflação (%)	-0,8	1,4	3,7	2,8	0,3	-0,3	0,5
Emprego remuneração (mil)	4091,7	4066,2	3985,3	3795,3	3711,1	3788,5	3792,3

Fonte: MTSS; IRC = instrumento de regulamentação de trabalho.

Emprego remunerado (óptica das Contas Nacionais); o valor de 2015 é estimado.

O valor de 2014 inclui a PCT Trabalhadores administrativos (78,5 mil)

A quebra na contratação colectiva, no sector privado, vista num contexto temporal mais amplo, mostra que as políticas definidas pelos sucessivos governos não foram orientadas para a recuperação da dinâmica negocial, mas antes destinadas a aprofundar a lógica da desregulamentação das relações de trabalho, particularmente incisiva com as alterações introduzidas com o código do trabalho de 2003, e posteriores revisões, em particular com a eliminação das cláusulas de renovação automática das convenções livremente acordadas entre as partes do processo negocial, contrapondo a introdução de normas que impõem a redução dos períodos de vigência e sobrevivência e que permitem a caducidade das convenções.

É, também, disso exemplo, o facto de no período deste mandato se ter verificado um recrudescimento quer do número de propostas patronais para a denúncia das convenções, quer do número de publicações de avisos de caducidade, a confirmar que este mecanismo constituiu um instrumento privilegiado de chantagem utilizado pelo patronato para acelerar, simplificar e agilizar por todos os meios possíveis os processos de caducidade das convenções em vigor, a fim de liquidar os direitos dos trabalhadores nelas consagrados e promover a celebração de novas convenções, que reflectam o novo equilíbrio de forças na relação laboral resultante das revisões da lei entretanto verificadas, isto é, menos direitos para os trabalhadores e poderes mais latos, em todos os aspectos, para os patrões.

O boicote à negociação colectiva expressou-se, ainda, na apresentação de propostas patronais inaceitáveis, com o objectivo de reduzir ou mesmo eliminar direitos laborais e sociais, ou introduzir regimes de «adaptabilidade», quer se trate do «banco de horas», do «trabalho suplementar não remunerado», da «adaptabilidade grupal» ou dos «horários concentrados», entre outras formas, todas elas visando alargar os mecanismos de flexibilização do tempo de trabalho.

Ao contrário do falso discurso de modernidade apregoado pelo patronato e o governo, estas medidas visam legalizar o que é ilegal, ou seja legalizar a precariedade, tendo como objectivo o prolongamento generalizado dos tempos de trabalho, que podem chegar a 60 horas semanais, além de implicarem reduções dos salários, dos subsídios de turnos, do trabalho nocturno, do trabalho prestado em dia de descanso semanal e realização de trabalho não remunerado, porque a adaptabilidade de horários prevista permite mais horas de trabalho sem o acréscimo de custos decorrente do pagamento de trabalho suplementar.

A justificação da “crise”, os cortes salariais na Administração Pública, as novas alterações às regras que regulam a contratação colectiva e a não actualização do salário mínimo nacional, foram, assim, factores convergentes que agravaram as dificuldades e de que o patronato se

aproveitou ao máximo, para não negociar, apostando na regulação individualizada das relações de trabalho.

Como consequência da vasta ofensiva do patronato e do Governo, a contratação colectiva permaneceu bloqueada, principalmente no que respeita aos contratos de âmbito sectorial. A tendência de declínio do número de convenções colectivas de trabalho negociadas e acordadas acentuou-se nos últimos quatro anos, verificando-se, igualmente, que também diminuiu drasticamente o número de trabalhadores abrangidos pelas convenções publicadas.

Quanto aos instrumentos de apoio administrativo para a resolução de conflitos, nomeadamente a conciliação, mediação e arbitragem, manteve-se a situação existente desde há muitos anos, isto é, são mecanismos cada vez menos utilizados porque se tem mostrado que são ineficazes ou, então, não são requeridos, como é o caso da arbitragem.

Perante a situação de continuados ataques à contratação colectiva, a acção da CGTP-IN foi dirigida a todas as frentes possíveis de intervenção sindical, assumindo a prioridade ao esclarecimento, reforço da unidade e mobilização convergente de todos os trabalhadores. Apesar dos graves retrocessos, que decorrem da ofensiva desencadeada pelo patronato e caucionada pelas medidas do Governo, a situação seria hoje muito pior se não tivessem sido realizadas inúmeras lutas de resistência dos trabalhadores para defender os seus interesses.

No quadro da coordenação cometida à CGTP-IN para definição e implementação das linhas orientadoras referentes à política reivindicativa e ao Plano Integrado de Acção Sindical, os Departamentos de Acção Reivindicativa e de Organização efectuaram, conjuntamente, reuniões de trabalho com as Federações, Uniões e Sindicatos Nacionais, com vista a dinamizar os objectivos traçados e a concretizar as metas estabelecidas, consolidando o trabalho que tem vindo a ser realizado nesta frente de acção sindical.

Em Setembro de 2012 e em Maio de 2014, realizaram-se dois Encontros Nacionais sobre o tema da Acção Reivindicativa, Contratação Colectiva e o Reforço da Organização Sindical de Base. Para além destes debates, com o envolvimento de toda a estrutura sindical, foi também dinamizada a intervenção e a luta nesta importante frente de acção sindical, a partir da política reivindicativa da CGTP-IN, aprovada em cada ano, e da sua transposição para a contratação sectorial e de empresa e, também, nas reivindicações nos locais de trabalho.

### **3.3. Participação institucional**

#### **3.3.1. A actividade no Conselho Económico e Social (CES)**

A CGTP-IN participou nas diversas actividades do Conselho Económico e Social, intervindo no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores e do país, quer para denunciar as consequências da política de direita e das medidas de “austeridade” decorrentes do “memorando das tróicas”, quer para se opor a medidas governamentais e patronais de índole regressiva dos direitos laborais e sociais quer, ainda, para reclamar respostas e soluções no campo do crescimento económico, do emprego e dos salários, do investimento e aumento da produção, do desenvolvimento e da justiça social.

A especificidade dos Pareceres do CES elaborados no período do presente mandato determinou que o trabalho prévio à sua aprovação em Plenário fosse desenvolvido sobretudo no âmbito das Comissões Especializadas (CEPES e CDROT). A CGTP-IN participou e contribuiu com muitas propostas que enriqueceram os debates e melhoraram os pareceres produzidos, sobre os seguintes temas: 1) Conta Geral do Estado de 2010, 2011 e 2012; 2) Proposta de Orçamento do Estado para 2013, 2014 e 2015; 3) Orçamento Rectificativo do OE para 2013; 4) Conta Geral do Estado de 2011, 2012 e 2013; 5) Proposta

de Grandes Opções do Plano para 2013, 2014, 2015 e 2016-2019; 6) Documento de Estratégia Orçamental (DEO) para o período 2012-2016, 2013-2017 e 2014-2018.

Foram, também, elaborados os seguintes pareceres solicitados pela Assembleia da República, relativamente aos seguintes documentos: 1) Proposta de Lei 81/XII, que altera vários diplomas aplicáveis a trabalhadores que exercem funções públicas e regula a aplicação a estes dos regimes regra dos feriados e do Estatuto do Trabalhador Estudante, previstos no Código do Trabalho (2012); 2) o documento de trabalho intitulado "Consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população" (2013); 3) Estudo sobre a Competitividade das cidades, coesão social e ordenamento do território" (2013); 4) Programa Nacional de Reformas no Quadro do Semestre Europeu (2014).

De um modo geral os pareceres do CES adoptaram muitas das posições expressas pela CGTP-IN, reiterando as críticas expressas em anteriores pareceres sobre as políticas seguidas, nomeadamente quanto à incapacidade de o Governo dar respostas para a saída da crise financeira, económica e social em que mergulhou o país e quanto aos impactos sociais fortemente negativos que não cessam de agravar a situação já existente.

A CGTP-IN participou, ainda, em diversos Seminários, Encontros e Debates promovidos pelo CES, dos quais salientamos:

- Seminário "Diálogo social e desenvolvimento", em parceria com a representação da OIT em Portugal, O Centro de Estudos da Universidade de Coimbra e o Secretariado Executivo da CPLP.
- Encontro-Debate "Relatório para o Crescimento Sustentável – Uma visão Pós-Troika", realizado pela Plataforma para o Crescimento Sustentável.
- Encontro entre parceiros sociais austríacos e portugueses, que incidiu sobre os seguintes temas: políticas económicas de Portugal e da Áustria; iniciativas dos Parceiros Sociais no âmbito da crise; flexibilização do mercado de trabalho; repercussões do programa da tróica em Portugal; mudanças da estrutura económica.
- Encontro com uma delegação de 12 Eurodeputados, de diversos grupos políticos da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, com vista à discussão das reformas em curso e das medidas de recuperação da economia portuguesa.
- Discussão do "Acordo de Parceria" (Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020) – o projecto de acordo foi apresentada pelos Secretários de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, do Desenvolvimento Regional e da Agricultura.
- Conferência "Consensus e Reforma Institucional", promovida pelo Banco de Portugal, o Conselho Económico e Social e a Fundação Calouste Gulbenkian. Debate acerca da importância da cooperação institucional em processos de ajustamento; reflexão sobre a especificidade nacional em termos de reformas estruturais e das instituições nacionais.
- Encontro-debate com o Prof. Freeman (Universidade de Harvard), perito em economia do trabalho, com trabalhos publicados no domínio das relações laborais, da negociação colectiva, da estrutura salarial e dos jovens no mercado de trabalho, entre outros.
- Seminário "Envelhecimento da população: consequências económicas, sociais e organizacionais", no Auditório do Montepio Geral - Durante o encontro foi apresentado o parecer de iniciativa do CES no âmbito da temática bem como o estudo contratualizado à Universidade Católica Portuguesa que serviu de base àquele parecer.
- Reunião com uma Delegação tripartida Indiana - a reunião teve o objectivo de intercambiar experiências e boas práticas no âmbito da protecção social e da resposta à crise. A delegação integrou responsáveis de alto nível, tanto do Ministério do Trabalho e do Emprego como de organizações de trabalhadores e de empregadores daquele país.

- Seminário “Apoio Domiciliário e Trabalho Doméstico: Perspectivas de Emprego” – teve o objectivo de promover o debate da problemática referente ao trabalho domiciliário e trabalho doméstico, com especial ênfase nos problemas ligados ao apoio domiciliário. Foi apresentado o estudo da Fundação Europeia para a melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound).
- Reunião com uma delegação de jornalistas alemães – esta reunião teve como objectivo partilhar com os jornalistas alemães alguns aspectos da evolução recente económica e social portuguesa bem como perspectivas para o futuro.

Em todas estas actividades, a nossa participação orientou-se pela denúncia da situação vivida em Portugal decorrente das políticas seguidas, com destaque para as políticas de exploração e empobrecimento, agravadas com os programas de *austeridade* e a ingerência externa (os PEC e o “memorando de entendimento” / programa de agressão), bem como a afirmação das posições e reivindicações da CGTP-IN.

A CGTP-IN participou, ainda, em diversos Seminários, Encontros e Debates promovidos por diversas entidades. No âmbito do CES salientamos ainda:

- Reunião com deputados portugueses no Parlamento Europeu, com vista a debater o processo de intervenção da tróica no nosso país.
- Reunião entre parceiros sociais austríacos e portugueses, que incidiu sobre: as políticas económicas dos dois países, as iniciativas dos parceiros sociais no âmbito da crise, a flexibilização do mercado de trabalho, as repercussões do programa da tróica em Portugal e as mudanças da estrutura económica.
- Visita de uma Delegação de Malta, evento que decorreu no seguimento da visita da Ministra da Família e Solidariedade Social de Malta a Portugal e teve como objectivo conhecer a missão do Conselho Económico e Social e a negociação, na concertação social, de matérias no âmbito da protecção e da segurança social.
- Visita da *AK Vorarlberg* – Câmara do Trabalho Austríaca, que integrou o presidente e diversos membros do *Executivo Board da AK Vorarlberg*. Esta visita teve como objectivo uma troca de impressões sobre o Conselho Económico e Social e Social, bem como o papel da concertação e do diálogo social em Portugal.
- Visita de uma Delegação Coreana, composta por 14 representantes da *Korea Social Enterprise Promotion Agency*, para recolha de informações sobre o Conselho Económico e Social.

### **3.3.2. A actividade na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)**

O Governo do PSD/CDS-PP, seguindo o exemplo de anteriores Governos, levou ainda mais longe a instrumentalização da concertação social como espaço de governamentalização. Na determinação das políticas e quanto à forma de participação dos parceiros sociais, o padrão seguido foi o anúncio de medidas, depois de negociadas entre o Governo e a tróica estrangeira, ainda que os parceiros sociais tenham tido, nalguns casos, reuniões com a tróica.

O acordo designado de “*Compromisso para o Crescimento, Competitividade e o Emprego*”, assinado em 2012, entre as Confederações Patronais, o Governo do PSD/CDS-PP e a UGT, com o apoio do PS, confirmou-se como um bom acordo para os patrões, mas péssimo para os trabalhadores, o povo e o país, uma vez que aquele acordo continha as medidas mais gravosas que o Governo veio depois a legislar e a implementar.

A CGTP-IN participou em várias reuniões com o Governo e as Confederações Patronais, no âmbito da Comissão Permanente da Concertação Social, para debater diversos temas do domínio da política económica e social e da preparação das posições a tomar pelo Governo nas Cimeiras Europeias.

Nas reuniões efectuadas com a tróica estrangeira (FMI, BCE e BM), no âmbito das avaliações trimestrais da aplicação do programa de austeridade imposto aos trabalhadores, ao povo e ao país, a CGTP-IN reafirmou as posições transmitidas desde sempre aos representantes daquelas instituições, designadamente a urgência de um novo rumo para Portugal, de ruptura com o caminho que tem sido seguido, reiterando as suas posições de oposição às medidas de austeridade que geram empobrecimento e miséria, de rejeição de outras medidas que visam aumentar a exploração do trabalho através da ofensiva contra a legislação do trabalho e a destruição da contratação colectiva, de repúdio pelo ataque às funções sociais do Estado e aos serviços públicos, pela renegociação da dívida, da defesa da Constituição da República e da soberania nacional.

De entre os temas debatidos em sede da Comissão Permanente da Concertação Social salientam-se os seguintes: proposta de alteração ao Código do Trabalho, para dar cumprimento ao que se encontra vertido no Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego (CCCE) assinado pelo Governo, as Confederações Patronais e a UGT; preparação das avaliações trimestrais do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) entre as tróicas nacional e estrangeira; política de rendimentos e discussão sobre a actualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida; medidas contidas no “Guião da Reforma do Estado”; medidas de estímulo à natalidade e conciliação da vida familiar com a vida profissional e políticas activas de emprego; apresentação das linhas gerais da “Reforma do Estado”; propostas do Governo de alteração à legislação laboral; racionalização das medidas activas de emprego e análise da alteração à portaria que regula o Programa Formação – Algarve; apreciação do relatório sobre diferenciações salariais por ramos de actividade; análise da situação do Fundo de Garantia Salarial e das medidas activas de emprego; anteprojecto da Reforma do IRS, designada “Uma Reforma do IRS orientada para a Simplificação, a Família e a Mobilidade Social”; discussão sobre uma iniciativa legislativa no âmbito do Fundo de Garantia Salarial; relatório de avaliação da execução da Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego, entre outros temas que enquadram a política económica e social nacional.

### **3.4. Participação na negociação colectiva europeia**

A CGTP-IN acompanhou a actividade da CES nas áreas da negociação colectiva europeia bem como do Diálogo Social Europeu. Esta participação foi activa e efectivou-se por via da intervenção nos órgãos de direcção da CES (Congresso e Comitês Executivos), das suas estruturas internas e da sua actividade, sendo de salientar o Comité de diálogo social, o Comité de Coordenação da negociação colectiva e a participação directa nalgumas das negociações com o patronato. Num outro nível, é de referir que algumas das Federações tiveram intervenção na negociação colectiva europeia no âmbito das Federações europeias em que estão filiadas.

Algumas Federações intervieram na negociação colectiva europeia de âmbito sectorial, no âmbito das Federações Europeias em que estão filiadas.

Este período foi caracterizado como de crise não apenas na negociação colectiva europeia como no diálogo social em geral, em resultado de vários factores. São de realçar as políticas de *austeridade* e a natureza cada vez mais neoliberal das instituições europeias, as quais em boa parte alimentaram a posição agressiva do patronato a nível europeu, bem como na OIT. Destaca-se, nesta, o conflito sobre o reconhecimento do direito de greve. A Confederação Europeia do patronato (*Business Europe*) distinguiu-se como a ponta de lança do patronato europeu.

As políticas da UE, articuladas com a dos Governos nacionais, tiveram um impacto directo e profundo no diálogo social quer europeu quer nacional. As políticas de austeridade foram empreendidas um pouco por toda a Europa, desde os países de Leste, aos “países da assistência financeira” (Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha) e a outros países, como a Finlândia, a Itália, o Reino Unido e a Bélgica. Por outro lado, as autoridades europeias passaram a ter, por via da designada *nova governação económica*, um papel mais activo com vista á desregulamentação dos mercados de trabalho, interferindo nas políticas nacionais relacionadas com os salários, a negociação colectiva e a segurança social. Um terceiro instrumento tem sido o uso de programas específicos de desregulamentação, como o *Refit*.

Não surpreende, assim, a crise do Diálogo Social Europeu e da negociação colectiva europeia, a qual levou mesmo ao seu reconhecimento por Juncker, que afirmou ser necessário um “novo começo”, se bem que não haja resultados visíveis até à data. No período de 2012 a Fevereiro de 2016 não foi subscrito nenhum acordo europeu ao abrigo dos artigos 153 e 154 do Tratado. Os outros acordos feitos, entre a CES e as organizações patronais europeias, têm um impacto limitado e, nalguns casos, inserem conteúdos controversos.

São de destacar dois processos em concreto: o Quadro de Acções sobre o emprego jovem (Junho de 2013), focado nos problemas de inserção dos jovens no emprego e na redução do desemprego juvenil, e a Análise Conjunta sobre o mercado de trabalho. A CGTP-IN acompanhou directamente este último processo, que decorreu durante 2014 e 2015, através da sua participação na equipa de negociação. Pronunciámo-nos desfavoravelmente quanto à sua adopção, por entendermos que o seu conteúdo é regressivo em vários assuntos indo no sentido do aprofundamento da desregulamentação do emprego e do enfraquecimento da segurança social.

A CGTP-IN acompanhou também a aplicação em Portugal dos resultados da negociação europeia, através de informação enviada à CES; participou em actividades da CES com implicações na negociação colectiva e no diálogo social europeu (em que se destaca uma iniciativa sobre as reestruturações); interveio no debate e nas medidas a tomar com vista à negociação colectiva nas empresas multinacionais; participou em iniciativas de promoção do Diálogo Social Europeu, a última das quais foi realizada em Helsínquia em Novembro de 2015, em que estiveram em debate a implementação dos Acordos e Acções-Quadro nos respectivos países da EU (mercados de trabalho inclusivos, teletrabalho, stress no trabalho, assédio, emprego jovem). A CGTP-IN também participou e deu o seu contributo para a adopção de mandatos de negociação, como foi o caso da análise do mercado de trabalho (2013) e do envelhecimento activo (2015).

## **4. POLÍTICAS SOCIAIS E POLITICA FISCAL**

### **4.1 Políticas Sociais**

Os últimos quatro anos vieram confirmar a natureza de classe do Governo do PSD/CDS, por um lado, retirando direitos e impondo mais sacrifícios aos trabalhadores e desempregados, aos reformados e pensionistas e às camadas mais desprotegidas da sociedade, por outro, canalizando mais recursos para os grupos económicos e financeiros, que continuaram a ser favorecidos por via da descida do IRC, das benesses e privilégios fiscais, dos contractos SWAP e das parcerias público-privadas, entre outras mordomias, ruinosas para o erário público, mas altamente rentáveis para o capital e seus interesses.

Com efeito, a desvalorização dos salários, pensões e prestações sociais, a par da obsessão pelo cumprimento do Tratado Orçamental aprovado pelos partidos do anterior Governo, mas também pelo PS, perspectivando cortes na despesa social, intensificaram as desigualdades sociais e a regressão das condições de vida dos trabalhadores, dos desempregados, dos



reformados e pensionistas na medida em que acentuou a exploração e o empobrecimento na sociedade. Em consequência dessa política, registou-se ainda uma degradação contínua dos serviços públicos, e nas Funções Sociais do Estado, designadamente, nas áreas da saúde, segurança social e educação,

Ficou assim bem patente o resultado desastroso dessa política de afronta permanente à Constituição da República, que garante a satisfação das necessidades colectivas de acordo com princípios de universalidade, solidariedade e justiça social. Nesse sentido, a CGTP-IN priorizou a intervenção no plano da luta de massas, não descurando nenhum dos planos em que intervém na sociedade com o intento de defender e reafirmar os direitos Constitucionais e as Funções Sociais que ao Estado incumbe assegurar.

#### **4.2. Segurança Social e Protecção Social**

Para a CGTP-IN a salvaguarda da segurança social para todas as gerações, passa por um outro modelo de desenvolvimento e de crescimento, reafirmando, que não se trata de uma dádiva mais ou menos arbitrária do Estado, sujeita ao imponderável das mudanças políticas e legislativas, mas sim, de um direito Constitucional, assente num verdadeiro compromisso entre o Estado e os cidadãos e como tal deve ser respeitado e cumprido.

Foi na expressa violação desse direito, que o Governo do PSD/CDS aprovou, entre outros, o Decreto-Lei que alterou o regime jurídico da protecção social no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, reduzindo o nível de protecção, quer através da redução dos períodos de concessão das prestações, quer através da diminuição dos respectivos montantes. Alterações que foram no sentido de aumentar a precariedade no trabalho e pressionar a redução dos salários.

Por outro lado, a norma que visava sujeitar ao pagamento de uma taxa de 5% sobre os subsídios de doença atribuídos por incapacidades superiores a 30 dias e 6% sobre o subsídio de desemprego e o subsídio de desemprego a tempo parcial, foi considerada Inconstitucional, mas a devolução dos valores devidos aos trabalhadores no período compreendido entre Agosto e Dezembro de 2013 não foi concretizada. Por esse facto, a CGTP-IN intercedeu junto do Provedor de Justiça no sentido de que a devolução dos valores em causa fosse efectivamente concretizada.

Foram modificados os regimes jurídicos do sistema previdencial, relativos à protecção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção, e ainda na eventualidade de morte, bem como foram alterados os encargos familiares do subsistema de protecção familiar, do rendimento social de inserção e da condição de recursos, no âmbito do sistema de protecção social de cidadania e, também, do estatuto das pensões de sobrevivência. Diplomas que contemplando um vasto leque de alterações dos regimes jurídicos de várias prestações sociais, quer no âmbito do sistema previdencial (contributivo), quer do sistema de protecção social da cidadania (não contributivo), conciliaram num denominador comum – a redução do nível de protecção social dos cidadãos. A CGTP-IN rejeitou a generalidade das alterações para os diferentes regimes jurídicos de protecção social visados, considerando que têm como consequência a redução dos direitos de segurança social dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, num momento em que mais deles carecem.

O Governo do PSD/CDS veio a estabelecer e regular pela primeira vez no nosso ordenamento jurídico, um regime de protecção no desemprego para trabalhadores enquadrados no regime dos trabalhadores independentes, que designam como «*trabalhadores independentes economicamente dependentes*», definindo-os como os trabalhadores independentes que prestam serviços maioritariamente a uma única entidade contratante. A CGTP-IN opôs-se a este projecto desde o início, na medida em que através dessa regulamentação e a pretexto de garantir a esses trabalhadores tradicionalmente muito

desprotegidos, mais protecção social, o que, na realidade se pretendeu fazer foi conferir uma aparência de legalidade a uma forma de contratação normalmente ilegal, titulada por falsos recibos verdes.

Quanto à Lei de Bases da Segurança Social foi concretizada a alteração no sentido da flexibilização do enquadramento geral do regime de pensões. A CGTP-IN alertou atempadamente quando a notícia começou a ser ventilada na comunicação social, na medida em que se traduz pela introdução de cláusulas abertas que visam permitir a livre arbítrio do Governo a modificação tanto da idade normal de acesso à pensão, como do ano de referência para o cálculo do factor de sustentabilidade, mediante a invocação de razões como a evolução demográfica ou a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Reafirmámos, que ao invés do que defendem os inimigos da Segurança Social pública, solidária e universal, o que coloca em causa a sustentabilidade não é o envelhecimento da população nem o valor das pensões, mas sim a política de exploração e empobrecimento assente no modelo de baixo valor acrescentado, no elevado desemprego, nos baixos salários e na precariedade, na medida em que afecta fortemente o sistema previdencial, uma vez que o seu financiamento depende dos salários e da criação de emprego com direitos, (níveis de emprego e redução do desemprego), e por conseguinte, do cumprimento do comando Constitucional que incumbe ao Estado promover a execução de políticas de pleno emprego.

O valor nominal da generalidade das pensões de velhice e invalidez do regime de Segurança Social, bem como das pensões de reforma, aposentação, invalidez e outras atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, mantém-se congelado desde 2010. Igualmente suspenso se manteve o regime de actualização do Indexante dos Apoios Sociais, valor que se mantém desde 2009 nos € 419,22, resultando na não actualização da generalidade das prestações e apoios sociais. Por sua vez, os apoios à mobilidade foram reduzidos ou até suprimidos, privando assim os reformados do direito à deslocação, expondo-os ao isolamento forçado; dificuldades que originam, ainda, o abandono dos lares por falta de rendimentos próprios ou, porque as famílias não dispõem de meios para continuar a suportar os elevados encargos financeiros, devido à falta de respostas sociais por parte do Estado.

Este violento ataque, desencadeado contra quem trabalha ou já trabalhou, combinado com o agravamento da carga fiscal, em particular o verificado em sede de IRS de natureza confiscadora; com o aumento da idade da reforma e do agravamento do “factor de sustentabilidade” das pensões; com o aumento dos preços de bens e serviços essenciais; com o aumento das despesas com a saúde; com o aumento das rendas de casa e a facilitação de despejo, entre outros, significou um agravamento sem precedentes das condições de vida, revelando uma deliberada opção de classe pela acentuação das injustiças e desigualdades na distribuição do rendimento nacional, aumentando o fosso entre a pobreza da maioria da população e a acumulação da riqueza e dos privilégios de uma minoria social – os grupos económicos e financeiros. Com efeito, segundo dados do Eurostat, o empobrecimento generalizou-se na sociedade, com as crianças em risco de pobreza e de exclusão social a constituírem 28,6% das pessoas com menos de 18 anos. Portugal apresenta assim um valor claramente acima da média da UE e encontra-se no grupo dos países da zona euro onde assume valores mais elevados.

Relativamente ao ano europeu (2012) do envelhecimento activo e da solidariedade entre as gerações, a CGTP-IN divulgou um Manifesto a denunciar a hipocrisia reinante nas instituições europeias que defendem o envelhecimento activo e a solidariedade entre as gerações, que são as mesmas que aplicam as políticas ditas de “austeridade”, que destroem empregos e aumentam as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão, promovem o individualismo em nome dos mercados, impõem o aumento da idade legal da reforma e o retrocesso social e civilizacional, atacam as pensões e não dignificam o trabalho nem os

trabalhadores, nomeadamente os mais velhos, como é revelado no chamado livro branco da Comissão Europeia, sobre pensões.

Neste quadro, perante uma ofensiva sem precedentes desencadeada pelo Governo do PSD/CDS contra os direitos sociais, a CGTP-IN, com os seus sindicatos, assumiu um papel determinante ao conduzir um conjunto de lutas sindicais a nível das regiões e no plano nacional, em que participaram, de forma determinada, milhares de trabalhadores, desempregados, reformados e pensionistas. Avançámos ainda com uma campanha nacional de esclarecimento, mobilização e luta, concretizando um conjunto de iniciativas em defesa das Funções Sociais do Estado e promovendo encontros/Debate ao nível Nacional, Regional e Local.

Promovemos ainda duas Petições Públicas suportadas em manifestos e estudos que desmontaram a argumentação do Governo do PSD/CDS. A Petição Pública “*Em Defesa das Funções Sociais do Estado*”, (Petição n.º 250/XII/2ª), entregue na Assembleia da República com mais de 90 000 subscrições, submetida à discussão na Sessão Plenária, no dia 6 de Dezembro.

Por sua vez, a Petição Pública nº 308/XII (3ª), “*Contra o Roubo nas Pensões e o Aumento da Idade da Reforma*”, que recolheu até Novembro de 2013, e em apenas três meses, 61.184 subscrições, foi apreciada na especialidade em sede de Comissão de Segurança Social e Trabalho, que nomeou como relatora a Deputada Sónia Fertuzinhos, do Partido Socialista. A audição obrigatória só foi cumprida no passado dia 22 de Janeiro, concluindo assim, passados três anos, os requisitos legais para a Petição poder ser submetida à discussão no Plenário da Assembleia da República.

#### **4.3 Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)**

A alteração introduzida pelo Governo do PSD/CDS com a Portaria 216-A/2013, de 2 de Julho, obrigou a substituição dos activos detidos, por dívida pública portuguesa até ao limite de 90% da carteira, medida, que significou o fim da respectiva diversificação expondo o Fundo a cenários que poderão originar consequências perversas, designadamente a irreversível degradação de uma parte substancial do seu valor. A CGTP-IN foi a única organização no Conselho Consultivo a votar contra a alteração do Regulamento, considerando abusivo e inaceitável que um património dos trabalhadores e beneficiários do sistema público de segurança social seja desbaratado ao bel-prazer do Governo que se apropriou dos recursos do sistema de segurança social, pondo em causa a sua sustentabilidade financeira e, em última instância, a sua própria existência. Nesse sentido, a CGTP-IN formalizou queixa ao Provedor de Justiça.

#### **4.4 Política Inclusiva**

Os ataques aos direitos dos trabalhadores influenciaram de forma muito particular as pessoas com deficiência; os requisitos da inclusão foram reduzidos e até nalguns casos suprimidos, seja no direito à saúde e à protecção social, seja no direito à educação inclusiva. O Governo do PSD/CDS marcou um ataque sem precedentes aos direitos sociais e à ausência de políticas de protecção e criação de emprego com direitos e em particular do emprego para pessoas com deficiência.

#### **4.5 Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais**

O regime existente continua a não reparar integralmente o trabalhador por danos causados. Em 2009 foi publicado o novo Regime Reparatório dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (Lei n.º 98/2009). Por sua vez, o Acórdão nº 172/2014, do Tribunal Constitucional, veio declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do nº2 do artigo 75º da referida Lei, que aprovou o regime da reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, na parte em que impede a remição parcial e facultativa de

pensões anuais e vitalícias atribuídas a beneficiários com incapacidade inferior a 30%, cujo valor seja superior a 6 salários mínimos. Este regime de remição de pensões por incapacidade excluía da possibilidade de remição parcial e facultativa as pensões por incapacidade inferior a 30%, que não fossem obrigatoriamente remíveis, por o seu valor ser superior a 6 salários mínimos, o que correspondia a uma diferença de tratamento dos beneficiários destas pensões, já que os beneficiários com incapacidades superiores (mais graves) podiam aceder a esta remição parcial.

A CGTP-IN denuncia a fragilização e as deficiências de funcionamento e resposta aos problemas dos trabalhadores, operadas com a extinção do Centro de Doenças Profissionais, Instituto Público. A especificidade das suas funções ficaram subalternizadas e descaracterizadas com a transferência para um departamento do Instituto de Segurança Social.

#### **4.6. Política de Saúde**

O ataque do Governo do PSD/CDS a esta relevante conquista de Abril manteve marcha acelerada por via dos cortes orçamentais inseridos na política de terrorismo social, e pelo acentuar da ofensiva contra os trabalhadores do sector, ofensiva conjugada que colocou em causa o direito à saúde dos Portugueses. Em suma, com a política “dita de austeridade”, agravaram-se as dificuldades no acesso à prestação de cuidados e a degradação da qualidade do serviço público prestado aos cidadãos.

Enquanto produziam, cinicamente, declarações sobre a sua dedicação à defesa do SNS e dos serviços públicos de saúde, PSD e CDS aplicavam a política criminosa que acelerava o seu desmembramento progressivo por via do encerramento de serviços e da asfixia financeira das instituições, o que, conseqüentemente tenderia a conduzir à sua falência, levando ainda mais portugueses à negação do direito à prestação de cuidados e sujeitos a uma política, que se não fosse travada, os condenaria a uma morte prematura.

Depois de durante anos, terem espoliado o SNS dos meios humanos de que necessitava, com o objectivo de cortar na despesa – o Governo continuou a condicionar a prática profissional das diversas profissões da saúde, promovendo por esta via o afastamento de trabalhadores, muitos dos quais foram forçados à emigração devido à degradação das suas condições de trabalho e à desvalorização das profissões e dos salários. Por sua vez, o combate à ofensiva desencadeado pelos trabalhadores do sector no plano da luta organizada e a partir dos locais de trabalho, permitiu obstaculizar e travar a concretização de muitos dos objectivos pretendidos pelo Governo do PSD/CDS.

A CGTP-IN assume a defesa do Serviço Nacional de Saúde, Público, Universal e Gratuito, que realize e aprofunde os valores da solidariedade, da gratuitidade e da coesão social e foi com este desígnio que interveio aos diversos níveis, promovendo e participando ao longo do mandato, em diversas iniciativas em defesa do SNS, nomeadamente, Encontros/Debate organizados de modo descentralizado. Assinalámos os 35 anos do Serviço Nacional de Saúde a 2 de Abril de 2014, dia da promulgação da Constituição, promovendo um Encontro/Debate no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

#### **4.7. Projecto EURÍDICE - Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral**

Continuámos a parceria com o *Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)* nas autarquias do Seixal, Sesimbra e Palmela e na empresa – Águas Públicas do Alentejo, SA. Realizaram-se diversas acções de sensibilização, abrangendo centenas de trabalhadores. Ainda no âmbito da prevenção nas dependências, apresentámos o projecto EURIDICE no Encontro Técnico-Científico – Consumos aditivos em meio laboral organizado em parceria pelo SICAD e a ACT. Participamos ainda no Fórum Nacional Álcool e Saúde e no grupo restrito de intervenção em meio laboral

## 4.8. Educação

Os últimos quatro anos, também na Educação, foram marcados pela fortíssima ofensiva da direita para, no governo, levar por diante o seu projecto neoliberal para o sector. Num primeiro momento, o objectivo foi o de reduzir custos, tendo Portugal, por esse motivo, sido remetido para um dos últimos lugares da lista de países da OCDE no que respeita a investimento na Educação. Recente relatório da OCDE veio confirmar isso mesmo, com Portugal a ser o que mais cortou na Educação depois de 2010.

A estratégia utilizada foi a de aproveitar medidas aprovadas pelos governos anteriores para, aprofundando-as, reduzir o financiamento de um sector que é vital para o desenvolvimento do país. Assim, foram encerradas ainda mais escolas do 1.º ciclo, criados mais e maiores mega-agrupamentos, empobrecidos os currículos escolares, com a eliminação de algumas disciplinas e a desvalorização de outras, aumentado o número de alunos por turma e também desrespeitados os limites previstos para as turmas que integram alunos com necessidades educativas especiais, manipulados os horários de trabalho de forma a aumentar a carga lectiva dos docentes e tudo isto resultou, no que respeita a docentes, numa redução superior a 30%, correspondendo a mais de 40.000 professores. As medidas adoptadas levaram ainda à redução de assistentes operacionais e técnicos, bem como de técnicos especializados, desde logo psicólogos, sendo Portugal um dos que tem o maior número de alunos por psicólogo, qualquer coisa como 1.700.

Já no último ano da Legislatura, e obtido um dos objectivos estabelecidos – a redução da verba inscrita no OE para a Educação – o governo iniciou a aplicação de outras medidas, essencialmente impostas por razões de ordem ideológica, destacando-se a municipalização da Educação, a privatização, em escala ainda mais elevada, de um número crescente de respostas educativas, a desqualificação das formações com a entrada, em grande força, dos cursos vocacionais e, no ensino superior, dos chamados cursos técnicos superiores profissionais, o acentuar de soluções de segregação destinadas a alunos com dificuldades de aprendizagem, enfim, um caminho que o Governo PSD/CDS pretendia acentuar na Legislatura que agora se inicia, consolidando as políticas postas em prática na anterior. Nesse sentido, as duas traves mestras em que assentava o programa do anterior Governo para a Educação eram a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e a concretização da reforma do Estado.

Relativamente aos profissionais do sector, os quatro anos passados foram, em consequência, muito difíceis. A instabilidade afectou todos os trabalhadores, contratados a termo ou com vínculos permanentes. O desemprego disparou brutalmente, a precariedade instalou-se, a mobilidade especial foi aplicada, bem como as rescisões ditas por mútuo acordo, as carreiras estiveram bloqueadas e o tempo de serviço foi perdido, os salários mantiveram-se reduzidos, as condições de trabalho, incluindo os horários, agravaram-se e as condições para a aposentação tornaram-se ainda mais negativas. Foram quatro anos em que o governo revelou a sua face antidemocrática, impondo estas péssimas condições aos trabalhadores, retirando-lhes direitos e roubando retribuição, tudo à margem de qualquer processo de negociação efectiva.

A coligação PSD/CDS, porém, ao perder mais de setecentos mil votos e a maioria que detinha na Assembleia da República, deixou de ter condições para governar, o que significa a sua incapacidade para prosseguir caminho tão negativo como o que pretendia. Para esta nova situação política que, efectivamente, trava o rumo que estava a ser seguido e cria condições para uma mudança significativa, contribuíram os trabalhadores e as suas organizações sindicais representativas que, mesmo em condições desfavoráveis, nunca baixaram os braços, assumindo a luta contra quem, atacando violentamente as Funções Sociais do Estado, pretendeu destruir a matriz democrática da Escola Pública. Foram muitos os dias de greve realizados, as manifestações, concentrações e vigílias promovidas, os plenários, os abaixo-assinados e petições entregues e, sobretudo, uma actividade centrada

nos locais de trabalho, envolvendo os trabalhadores no debate, na tomada de posição e na mobilização para as acções e lutas necessárias.

Nestes quatro anos tornou-se fundamental a promoção da Escola Pública, razão por que em muitas iniciativas esta esteve presente, não apenas ao nível da exigência abstracta, mas com exemplos concretos sobre a sua importância e o seu significado para uma sociedade democrática como se pretende que seja a nossa.

#### **4.9. Política Fiscal**

A CGTP-IN reivindicou e lutou por uma política fiscal alternativa, mais justa e globalmente progressiva, que vise uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza, que faça incidir os impostos sobre os rendimentos do capital e desonere os do trabalho, considerando que é da justiça da política fiscal e da sua cabal aplicação que se reforça a capacidade do Estado, para, designadamente, promover mais e melhores políticas sociais e serviços públicos de qualidade. Ao invés, a política de consolidação orçamental, promovida pelo Governo do PSD/CDS, assente na “chamada austeridade”, provocou cortes drásticos nos salários e nas pensões e agravou a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, desonerando as empresas e o rendimento do capital. Em suma agravou as desigualdades sociais, também no plano fiscal. A denominada “fiscalidade verde” é mais um exemplo que veio em linha com esse propósito.

### **5. SEGURANÇA, HIGIENE, E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES**

#### **5.1 Segurança e Saúde no Local de Trabalho**

Durante o período deste mandato a ofensiva do governo do PSD/CDS, na administração pública, e do patronato, nos locais de trabalho, contra os trabalhadores e trabalhadoras, agravou a deterioração das condições de trabalho e retrocesso na aplicação da legislação de segurança e saúde no trabalho.

Neste contexto, o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho desenvolveu um conjunto de iniciativas e acções de divulgação e de sensibilização e deu resposta a pedidos de informação e documentação das estruturas sindicais.

No âmbito da intervenção da CGTP-IN, foram analisados e emitidos pareceres, nomeadamente, sobre a proposta de Lei 156/XII, que alterou a Lei 102/2009, sobre o regime jurídico de promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e foram analisados e emitidos vários pareceres sobre diversas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o Projecto de Portaria – prestação de cuidados de saúde primários do trabalho e sobre a estratégia nacional para a segurança e saúde no trabalho (SST) 2015/2020.

A CGTP-IN respondeu a diversos inquéritos europeus e internacionais: estudo da OIT sobre a evolução da intervenção na SST dos países desenvolvidos e em desenvolvimento; consulta pública da Comissão Europeia sobre a Estratégia Europeia de SST; levantamento do ETUI/CES sobre a participação dos trabalhadores nas questões de SST (*Safety REPs*); estudo sobre o impacto das políticas de austeridade na SST no nosso País; e a Avaliação da Directivas Europeias ligas à SST.

#### **Informação e sensibilização**

Foi reforçada a edição de artigos de informação e sensibilização para colocar no *SITE* Internet temático da Segurança e Saúde no Trabalho, após reformulação do mesmo, com o

apoio do Programa Operacional Potencial Humano (POPH – Eixo 10)/QREN, através da actividade “Reorganização telemática para amplificação da eficácia comunicacional dos *sítes* temáticos da CGTP-IN”, visando apoiar os representantes dos trabalhadores (RT’s) para a SST, delegados, dirigentes e activistas sindicais no tratamento das questões de segurança e saúde no trabalho.

A sensibilização também foi feita através das iniciativas realizadas em torno do 28 de Abril como Dia Internacional de comemoração da Prevenção dos Acidentes de Trabalho e da SST, denunciando a deterioração das condições de trabalho, o conseqüente aumento dos acidentes e doenças profissionais e as alterações à legislação que contribuem para uma menor protecção dos trabalhadores nos locais de trabalho.

### **Formação e colaboração com o IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça**

O trabalho sindical no âmbito da segurança e saúde no trabalho (SST) é essencial para criar locais de trabalho seguros e saudáveis, sendo necessário uma aposta muito forte na sensibilização, eleição de representantes dos trabalhadores/as (RT’s) para a SST e formação adequada ao desempenho da actividade desses RT’s.

Neste sentido, foram multiplicadas acções de formação dos representantes de trabalhadores na área da SST, em colaboração com os organismos formativos da CGTP-IN e as estruturas sindicais, a fim de dotá-los de instrumentos e conhecimentos que garantam uma intervenção de qualidade.

Através do Instituto Bento de Jesus Caraça (IBJC), foram realizadas diversas acções de formação, visando melhorar as competências técnicas dos nossos quadros e RT’s para a SST ou candidatos a RT’s, que desenvolvem ou visam desenvolver a sua actividade na prevenção e promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho.

Para reforçar a participação das estruturas sindicais nesta área, no sentido de discutir as questões da segurança e saúde no trabalho, realizámos um Encontro alargado com diversas estruturas sindicais para analisar as principais preocupações ligadas à SST e estabelecer orientações de acção comuns. No âmbito deste Encontro, foram criados dois Grupos de Trabalho, um sobre o Amianto e outro sobre Riscos Psicossociais.

No âmbito da intervenção da CGTP-IN na ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, participámos activamente nas reuniões do Conselho Consultivo para a Prevenção da Segurança e Saúde no Trabalho e na discussão das actividades do Ponto Focal Nacional da Agência Europeia para Segurança e Saúde no Trabalho. Por outro lado, intervimos em diversos Grupos de Trabalho, nomeadamente sobre os seguintes assuntos: discussão do novo regulamento de gestão de projectos, em que a CGTP-IN denunciou e expressou a sua oposição aos cortes que afectam este serviço do Estado, tanto ao nível da acção inspectiva como ao nível das políticas públicas de promoção da segurança e saúde no trabalho; preparação do Inquérito Nacional sobre as condições de trabalho; elaboração da nova Estratégia Nacional SST 2015-2020; acção de prevenção sobre o Amianto.

Neste quadro, a CGTP-IN impulsionou e apoiou a intervenção das diversas estruturas sindicais que participam em campanhas nacionais de prevenção organizadas pela ACT na área da SST, nomeadamente, a Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho (com a FESAHT, FIEQUIMETAL, FEVICOM, CESP e STAL); a Campanha para a Melhoria Contínua das Condições de Trabalho na Indústria do Calçado (com a FESETE); a Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho no Sector da Pesca (com a Federação dos Sindicatos da Pesca); a Campanha Nacional para a Melhoria das Condições de Trabalho no Sector dos Transportes Rodoviários (com o STRUP e a FECTTRANS) e a Prevenção da SST nas escolas (com a FENPROF).

Além disso a CGTP-IN promoveu, em colaboração com a ACT, uma reunião em que participaram vários inspectores do trabalho, incluindo o Inspector-Geral do Trabalho, dirigentes da CGTP-IN e de vários sectores, que teve o objectivo de discutir situações de bloqueio da acção inspectiva e formas de colaboração que contribuam para ultrapassar os problemas existentes.

**No quadro da normalização da segurança nos equipamentos e máquinas,** a CGTP-IN progrediu na análise da importância da participação dos sindicatos neste processo, tendo diversas estruturas sectoriais participado em dois grupos de reflexão, sendo o primeiro com o representante da ETUI/CES e o segundo com o Presidente do Instituto Português da Qualidade (IPQ), que gere o processo de normalização em Portugal. Dos encontros constatou-se a importância da normalização para a melhoria das condições de trabalho, pelo que a participação dos sindicatos na discussão das normas se torna essencial.

Ainda no quadro do processo de normalização, várias estruturas sindicais têm participado nas Comissões Técnicas que estão a funcionar em algumas áreas, nomeadamente: Segurança contra incêndios, com um representante do STAL; Máquinas e Equipamentos – com um representante da FIEQUIMETAL e aguardamos a indicação de representantes do STAL para a os Sistemas de Saneamento Básico e da FEVICOM para a Protecção nos Trabalhos em Altura. O Departamento de SST está a representar a CGTP-IN na Comissão de Gestão da SST e na de Gestão da Formação, bem como na de Responsabilidade Social das Empresas e espera ainda a inscrição de mais estruturas sindicais noutras Comissões Técnicas.

A CGTP-IN também apoiou a definição de um projecto especial para experimentar a metodologia europeia de avaliação das normas de SST em equipamentos, chamada *Feedback Method*, apresentado pelo STAD e apoiado pela ACT.

**No quadro de outras relações institucionais, a CGTP-IN** reuniu com diversas associações relacionadas com a gestão da SST: a APTPS – Associação Portuguesa de Técnicos de Prevenção e Segurança; a AEST – Associação de Empresas de Saúde e Segurança no Trabalho; a APSO – Associação Portuguesa de Psicologia da Saúde Ocupacional; com a Quercus, sobre as questões do amianto; a Associação Nacional das Empresas e Técnicos de Trabalhos em Altura (ANETTA); o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), relativamente ao Inquérito europeu sobre a Avaliação da Implementação das Directivas da EU em matéria de SST nos Estados Membros; com o Grupo Centralmed - Saúde, Higiene e Segurança e o grupo *Bureau Veritas Certification Portugal*.

**Ao nível europeu,** a CGTP-IN reforçou a sua intervenção no Comité Consultivo para a Segurança e Saúde no Trabalho, onde passou a integrar o Grupo de Trabalho “Campos Electromagnéticos”, e manteve a sua participação nas reuniões da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, em Bilbao.

Importa referir que na área específica da normalização a CGTP-IN assumiu, desde Janeiro de 2014, a co-presidência da Rede “ETUI/CES Normalização”, com a central sindical FNV, da Holanda e passou a integrar o contencioso da Direcção da CES, nesta área.

De resto, a CGTP-IN fez-se representar e interveio, em Portugal e no estrangeiro, em diversos seminários e conferências, nomeadamente, sobre os riscos químicos, os campos electromagnéticos, os riscos psicossociais, riscos ligados às nanotecnologias e outros seminários sobre a normalização.

Em termos gerais, o Departamento de SST deu resposta à resolução de problemas específicos apresentados por estruturas sindicais e trabalhou no sentido de a CGTP-IN implementar, em colaboração com os representantes dos trabalhadores, o sistema de gestão em segurança e saúde no trabalho.



## 5.2. Igualdade entre Mulheres e Homens

A reivindicação e a luta sindical pela igualdade entre mulheres e homens foram e continuam a ser inseparáveis da luta mais geral pela defesa do regime democrático e pelos princípios, valores e projecto de sociedade consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Neste quadriénio foram agravados os problemas do desemprego, e em particular do desemprego feminino, comprovando-se que o desemprego, em particular o de longa duração, afectou mais fortemente as mulheres; que a precariedade foi a maior causa do desemprego, enquanto uma em cada duas jovens se encontrava nessa dramática situação; que o trabalho a tempo parcial afectou maioritariamente as mulheres que não conseguiram encontrar emprego a tempo inteiro.

Também mostrou que, apesar da sua escolarização, as mulheres continuaram a predominar em actividades de baixos salários e em profissões com baixo nível de qualificação profissional; que subsistiram dificuldades de progressão nas carreiras e de acesso a cargos de chefia; persistiram as discriminações no exercício dos direitos de maternidade e de paternidade.

Definida no XII Congresso como uma área de intervenção sindical prioritária, enquadrada na intervenção sindical mais geral e na luta sindical desenvolvida pela CGTP-IN e pelo movimento sindical unitário, efectivou-se uma aprofundada e alargada acção sindical no âmbito da igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens, num quadro político de agravamento das condições de vida e de trabalho e da situação económica do País.

As mulheres trabalhadoras participaram, de forma significativa, nos milhares de lutas travadas neste quadriénio, nos locais de trabalho e na rua, no sector privado, no sector empresarial do Estado e no sector público, incluindo uma elevada adesão nas três greves gerais realizadas.

A actividade desenvolvida neste mandato, nas vertentes relativas às mulheres trabalhadoras, centrou-se nas seguintes temáticas:

- Qualidade do emprego
- Conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal
- Igualdade salarial e evolução profissional
- Direitos de parentalidade
- Assédio moral
- Doenças profissionais (lesões músculo-esqueléticas)

As linhas de trabalho desenvolvidas pelo Departamento, em estreita ligação com a organização específica (CIMH/CGTP-IN), desenvolveram-se em torno dos seguintes objectivos:

- **Acção Sindical Integrada na Vertente da Igualdade (ASIVI)**, através da identificação de locais de trabalho estratégicos, por sector e região, visando mais sindicalização de trabalhadoras, mais eleição de delegadas sindicais e de representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho, mais acção reivindicativa e mais formação sindical específica, a par da constituição de mais Comissões de Igualdade nos Sindicatos, nas Federações e nas Uniões, com resultados positivos;
- **Efectivação do princípio da igualdade e da não discriminação salarial** (salário igual para trabalho igual ou de igual valor), através da intervenção nos locais de trabalho (cadernos reivindicativos), na contratação colectiva, junto das instituições, em especial da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho);

- **Defesa do emprego com direitos**, do aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional e de horários de trabalho dignos que permitam a conciliação/articulação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal;
- **Exigência do respeito e efectividade dos direitos de parentalidade** (maternidade e paternidade), bem como a criação e reforço de infra-estruturas sociais de apoio a crianças e idosos;
- **Combate e eliminação da precariedade laboral, do desemprego e de todas as formas de violência contra as mulheres** (assédio moral e sexual, violência doméstica, prostituição, tráfico de seres humanos, etc.);
- **Defesa das Funções Sociais do Estado** (Serviço Nacional de Saúde, Escola Pública e Segurança Social pública e universal) e do acesso à habitação e à justiça, que são indissociáveis da efectiva igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho e na vida.

### 5.3. Igualdade e Combate às Discriminações

No mandato que agora termina, foram efectuados contactos e reuniões com várias organizações para estabelecimento de relações de cooperação e apoio no combate às discriminações nos locais de trabalho e na sociedade. A acção do Departamento de Igualdade e Combate à Discriminação desenvolveu iniciativas de sensibilização e luta contra as discriminações em função da religião, orientação sexual, toxicodependência, deficiência ou por ser portador de HIV.

Ao longo do mandato, a CGTP-IN pronunciou-se publicamente sobre matérias relacionadas com a discriminação através de pareceres e posições públicas. Em 2015 a CGTP-IN tomou posição, saudando a aprovação no parlamento, dos projectos que permitiram a adopção por casais do mesmo sexo.

Durante o ano de 2015 foi iniciada a preparação de um plano de trabalho cujas linhas de acção principais são o combate às discriminações, dando especial atenção à sensibilização e formação a trabalhadores de contenciosos, delegados e dirigentes sindicais.

### 5.4. Cultura e Tempos Livres

No período compreendido entre o XII e o XIII Congressos, o Departamento de Cultura e Tempos Livres deu continuidade à promoção da criação e divulgação cultural entre os trabalhadores, através da organização de exposições, da edição de livros e boletins. A recuperação e tratamento do acervo documental constituiu uma prioridade da CGTP-IN, privilegiando a documentação cujo estado de conservação inspirava maiores cuidados e a criação de ferramentas de trabalho que permitam dar continuidade ao trabalho de descrição e divulgação do património documental desta central sindical. Neste sentido, realizaram-se as seguintes actividades:

#### Edições publicadas

- Reedição, no âmbito do centenário de Álvaro Cunhal, em 2013, da sua intervenção no 25.º aniversário da CGTP-IN, em 1995.
- *CGTP-IN: 43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens (1970-2013)* (Setembro de 2014).
- Elaboração de um folheto/lista das edições CGTP-IN, para divulgação junto do MSU e no sítio do CAD (2014).

- *CGTP Cultura* (boletim): publicação de 5 números (Janeiro e Outubro de 2012; Julho e Novembro de 2013; Dezembro de 2015).
- *Perfeito de Carvalho: um sindicalista da Primeira República (1908-1922)*, de Francisco Canais Rocha (Janeiro de 2016).

### **Cartão CGTP**

- No âmbito do projecto *Cartão CGTP*, que tem por objectivo facilitar o acesso dos trabalhadores aos bens e serviços culturais, foram celebrados protocolos de colaboração com o Teatro da Rainha e o Parque de Campismo de Idanha-a-Nova (2012).
- Ainda neste âmbito, a CGTP-IN e a Fundação INATEL celebraram, em 2013, um protocolo de colaboração que prevê um conjunto de benefícios, na área das actividades de lazer, para os dirigentes, quadros, funcionários sindicais e trabalhadores sindicalizados na estrutura associativa da Intersindical.

### **Fundação INATEL**

- Acompanhamento da actividade da Fundação, nomeadamente através da participação nas reuniões do seu Conselho Consultivo e do Conselho Geral.
- Face ao atraso na nomeação dos membros do Conselho Geral e Conselho Consultivo da Fundação, após a designação do novo Conselho de Administração, a CGTP-IN denunciou-o publicamente, tendo solicitado uma reunião, sem resposta, ao Ministro da Solidariedade e da Segurança Social no sentido de esclarecer esta situação e de abordar outros assuntos, tais como: a proposta de integração do fundo de pensões na Segurança Social; o desenvolvimento dos programas sociais; a questão da equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) da Fundação e consequente isenção do pagamento de IRC; o prolongamento do prazo para finalizar o processo de registo e licenciamento das suas unidades hoteleiras (2012).

### **Colaboração com organizações externas**

- Com a Biblioteca do ISCTE, na exposição de documentação bibliográfica intitulada “Sindicalismo e Relações Laborais”, organizada por aquela biblioteca, em Maio de 2012, através da cedência de documentação bibliográfica.
- Com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o Instituto de Ciências Sociais (ICS) e o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica de Lisboa, na “Sessão de Formação em ICA-AtoM”, realizada em 22 de Junho de 2013, no espaço daquela Faculdade. Esta sessão teve por objectivo dar a conhecer e formar para a utilização de uma aplicação de código-fonte aberto para a descrição de documentos de arquivo. O CAD, como utilizador desta ferramenta desde 2011, interveio com a comunicação intitulada *A implementação e utilização do ICA-AtoM no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN*.
- Com a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP), em 2013, no âmbito da preparação da exposição evocativa da manifestação de 21 de Abril de 1989. Esta colaboração concretizou-se com a cedência da reprodução digital de negativos oriundos do Arquivo Fotográfico da CGTP-IN.
- Com a Associação José Afonso, na divulgação e impressão de material promocional relativo ao concerto comemorativo dos 26 anos da Associação, intitulado “Enquanto há força”, que teve lugar na Casa da Música, Porto, em 20 de Outubro de 2013.
- Com a Fundação INATEL, na realização da exposição “1.º de Maio: 40 anos em Liberdade” (2014).

- Com a editora *Althum*, na apresentação do livro *Lisboa: modos de habitar. Topografia íntima*, da autoria de Domingos Lobo. A apresentação decorreu no dia 19 de Março de 2015, no auditório da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC), em Lisboa.
- Com as Edições Colibri e a EPBJC, na apresentação do livro *Memória e vida em tempos de Abril: estórias de liberdade e de libertação*, da autoria de Maria José Maurício. A apresentação decorreu no dia 29 de Outubro de 2015, no auditório da CGTP-IN, em Lisboa.
- Com a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, na apresentação do livro *Movimento Operário Portuense: nascimento e evolução (1850-1914)*, da autoria de Vítor Ranita. A apresentação decorreu no dia 3 de Dezembro de 2015, no auditório da CGTP-IN, em Lisboa.

#### 5.4.1. Centro de Arquivo e Documentação

- Inventário do Arquivo da Coordenação Geral, tendo sido descritas as séries “Intervenções” (de Manuel Carvalho da Silva, 2002-2007) e “Governos Constitucionais” (I – XI).
- Descrição das actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional produzidas entre 1978 e 1989. Encontram-se disponíveis para pesquisa, no sítio *web* do CAD, as descrições das actas elaboradas entre 4 de Janeiro de 1978 e 9 de Agosto de 1983.
- Arquivo de história oral: transcrição e descrição das entrevistas cedidas por Delfim Mendes e José Machado, no âmbito da edição do livro *CGTP-IN: 43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens (1970-2013)*.
- Concretização do projecto “Contributo para a preservação, organização e valorização da memória sindical ibero-americana”, financiado pelo Programa ADAI (Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos). O projecto decorreu entre 2012 e 2013 e contemplou o tratamento de parte do arquivo fotográfico e de parte da documentação textual em arquivo histórico, nomeadamente aquela que se constitui como testemunho das relações da CGTP-IN com as suas congéneres ibero-americanas, a emigração portuguesa neste âmbito e as manifestações de solidariedade entre o movimento sindical unitário português e os trabalhadores e suas organizações representativas no espaço ibero-americano. A descrição da documentação tratada pode ser pesquisada e consultada (no caso das fotografias) no sítio *web* do Centro de Arquivo e Documentação.
- Concretização do projecto “Colecção de fotografia Armindo Cardoso: preservação e descrição, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH – Eixo 10) / QREN. O projecto decorreu entre Outubro de 2014 e Março de 2015, tendo-se preservado, descrito e digitalizado 1500 negativos oriundos desta colecção, que tem como datas extremas: 1975-1979. As imagens estão disponíveis para pesquisa e consulta no sítio *web* do CAD.
- Assinalou-se o Dia Mundial do Livro, a 23 de Abril de 2012, com a organização de uma feira do livro, no *hall* de entrada da CGTP-IN, em Lisboa.
- Intervenção na 43.<sup>a</sup> Conferência Anual da IALHI (*International Association of Labour History Institutions*), realizada em 21 de Setembro de 2012, na Fundação Mário Soares, Lisboa, com a comunicação intitulada *O projecto de preservação, organização e valorização do acervo documental da CGTP-IN (2009-2011)*.
- Intervenção em duas sessões da acção de formação sobre a História do Movimento Sindical promovida pelo Instituto Bento de Jesus Caraça, com a comunicação intitulada *O Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN: funções, fundos documentais, ferramentas de acesso (2012)*.

- Intervenção no congresso “Arquivos e património da sociedade civil: resgatar a memória da acção colectiva em Portugal”, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa, realizado entre 16 e 17 de Janeiro de 2015, em Lisboa, com a comunicação intitulada *O arquivo da CGTP-IN: tratamento, fundos, ferramentas de acesso*.
- Intervenção no seminário *AtoM: work in progress*, promovido pelo Grupo de Trabalho AtoM da Rede de Arquivos do Algarve, em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e a BAD, realizado em 14 de Março de 2015, na Biblioteca Municipal Lídia Jorge, em Albufeira, com a comunicação intitulada *ICA-AtoM na CGTP-IN: uma ferramenta para a descrição documental*.
- Organização da sessão “ICA-AtoM: uma ferramenta para a descrição documental”, que teve lugar no auditório da CGTP-IN, em Lisboa, a 10 de Abril de 2014, aberta ao público em geral.
- Participação no “Encontro DigiT FUP / *Workshop* Tratamentos de fotografia e filmes em Acetato de Celulose”, que decorreu nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2014, no Arquivo Histórico Ultramarino. O *workshop* foi organizado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Atendimento e apoio a consultas de utilizadores internos e externos.
- Resposta a solicitações de apoio/esclarecimento relativas à aplicação ICA-AtoM, usada pelo CAD, desde 2011, para a descrição da documentação de arquivo. Foram recebidas solicitações: da *Fundación José Unanue* de CCOO de Euskadi; do *Servicio de Archivos de la Federación Catalana de Monjas Benedictinas de Catalunya*; do *Arxiu Històric* de CCOO de Catalunya; da Biblioteca de Ciências da Comunicação da Universidade do Porto; da empresa “Guia – Arquivos”, Ponta Delgada, Açores; da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; do Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico; da Biblioteca da Universidade de Aveiro; de alunos de mestrado do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; do Arquivo do Município de Albufeira; do Núcleo Museológico do Hot Club de Portugal; do Archives and Records Management – United Nations; do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS); do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva.
- Resposta a solicitações de apoio/esclarecimento relativas à aplicação *Koha*, usada pelo CAD, desde 2011, para a descrição da documentação de biblioteca. Recebeu-se uma solicitação da Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, em Março de 2015.
- A pedido da Biblioteca e Arquivo da Voz do Operário e de um grupo de alunos da licenciatura em História Moderna e Contemporânea do ISCTE, fez-se uma apresentação do trabalho desenvolvido pelo CAD e a organização do arquivo da CGTP-IN, respectivamente, em Fevereiro e em Outubro de 2015.
- A pedido do Arquivo Municipal do Barreiro, fez-se, em Janeiro de 2015, uma apresentação do arquivo de história oral da CGTP-IN, sua constituição e organização.

#### **Doações documentais à CGTP-IN**

- De Elsa Figueiredo, em 2012, uma colecção de recortes de imprensa, comunicados de vários sindicatos e boletins sindicais, mas, sobretudo, do sector bancário, cujas datas extremas medeiam entre as décadas de 1940 e 1990.
- Da União dos Sindicatos de Santarém, em 2014, uma doação composta por cartazes, fotografias e vídeos, em formato digital, relativas ao período de 2009 a 2014.

## **6. ACTIVIDADE INTERNACIONAL**

A actividade internacional desenvolvida no último quadriénio deu concretização às orientações e prioridades traçadas pelo 12º Congresso da CGTP-IN, tendo sido assegurada a intervenção e a participação da Central em inúmeros espaços sindicais, a qual permitiu aprofundar as relações sindicais, o conhecimento mútuo e a solidariedade dos trabalhadores portugueses com as acções e lutas de milhões de trabalhadores de todo o mundo. A CGTP-IN respondeu à maioria dos convites recebidos, promoveu iniciativas e realizou um grande número de contactos, que se traduziram na consolidação da acção internacional da Central.

Aprofundou-se, nestes quatro anos, a actividade de solidariedade e luta pela paz, realizando-se diversas iniciativas de denúncia e de combate às crescentes agressões contra os trabalhadores e os povos, à soberania e independência nacionais, bem como às ameaças decorrentes da escalada na militarização das relações internacionais, com todos os perigos que esta situação comporta.

### **6.1. Confederação Europeia dos Sindicatos (CES)**

No período que decorreu desde o XII Congresso, colocaram-se enormes desafios ao movimento sindical europeu, em resultado do agravamento da crise capitalista e das suas violentas consequências para os trabalhadores e os povos. Uma ofensiva sem precedentes – que se tornou particularmente grave em países alvo de intervenções externas da “tróica”, como a Irlanda, a Grécia, Chipre e Portugal – crise que alastrou, em graus diversificados, a outros países da UE.

Neste contexto, a CGTP-IN procurou, no quadro da CES e do movimento sindical europeu, dar um contributo específico à luz da análise e reflexão próprias, dos seus princípios e do seu projecto sindical, para o desenvolvimento de uma perspectiva firme e coerente de intervenção e luta contra as políticas de exploração e empobrecimento e por uma política soberana e de esquerda para Portugal e por uma outra Europa, ao serviço dos trabalhadores e dos povos.

Em termos orgânicos, a Central reforçou a sua participação e intervenção nos órgãos estatutários da CES – Congresso, Comité de Direcção e Comité Executivo – tal como nos vários Comités e Grupos de Trabalho permanentes e temáticos. A Central também participou em reuniões informais do chamado “Grupo Latino” dos membros da CES. Participou em diversas acções de formação e outros eventos do Instituto da CES – o Instituto Sindical Europeu (ETUI).

Participámos no 13º Congresso da CES, realizado em Paris, em Setembro/Outubro de 2015 e no seu Comité Preparatório. Antes do Congresso, a Central contribuiu com uma análise própria dos 2 principais documentos do Congresso: o “Plano de Acção” e “O Futuro da CES”, expressando posicionamentos de fundo e de princípio, críticos e alternativos, sobre os desafios do movimento sindical europeu, face ao rumo neoliberal e federalista da UE.

A CGTP-IN participou em 2 acções e concentrações de âmbito europeu, promovidas pela CES em 2012 e 2013, em Bruxelas, bem como em 2 Conferências de Alto Nível da CES, em Madrid e Atenas, respectivamente. Em 2012, a Secretária – geral da CES visitou a CGTP-IN. Em 2013, a Central participou na Conferência de Meio Mandato da CES, em Dublin. Em 2015, no quadro da preparação do Congresso, o Secretário-geral designado da CES visitou a CGTP-IN. Mereceu particular destaque a Jornada Europeia de Greves e Lutas de 14 de Novembro de 2014, em que se inseriu a Greve Geral convocada pela CGTP-IN.

Participámos ainda em inúmeras reuniões temáticas, nomeadamente, sobre: a crise; economia, crescimento e emprego; negociação colectiva e salários; desenvolvimento sustentável; energia e mudança climática; empregos verdes; higiene, segurança e saúde no

trabalho; protecção social; política de reestruturações e deslocalizações; formação ao longo da vida; formação sindical; legislação e política social; normalização; migrações, inclusão e luta anti-racista; participação dos trabalhadores; comércio e globalização; coesão económica e social; fundos estruturais; diálogo social a nível europeu; assédio e violência no trabalho; directivas europeias; serviços públicos; trabalho digno; litigação; NETLEX - rede de juristas; destacamento de trabalhadores; igualdade de género; imprensa e comunicação; responsabilidade social das empresas; pobreza e desigualdade; deficiência. Manteve a sua participação em estruturas específicas, designadamente, na CES/Jovem, no Comité de Mulheres, na FERPA (reformados) e no EUROCADRES (organização de quadros) e, ainda, no Comité de Coordenação do Fórum Sindical Euromediterrânico (EUROMED).

Manteve-se a actividade nos Comités Sindicais Inter-Regionais, de âmbito transfronteiriço, garantida essencialmente pelas Uniões, e nos Comités de Empresa Europeus, através das Federações.

Reforçaram-se ou retomaram-se relações bilaterais de cooperação com centrais sindicais filiadas na CES, a partir da presença da CGTP-IN nos respectivos Congressos ou outras iniciativas e em contactos multilaterais por ocasião de reuniões estatutárias ou temáticas da CES. Realce para o Encontro Sindical Ibérico, em Madrid, em Março de 2015.

## **6.2. Movimento Sindical Europeu**

A CGTP-IN manteve as relações com Centrais Sindicais não filiadas na CES, com destaque para a PEO de Chipre, a CIG da Galiza, a LAB do País Basco, a Confederação Intersindical de Espanha, a FTUB da Bielorrússia e a LABA da Letónia. Registaram-se, ainda, intercâmbios com agrupamentos sindicais como a PAME da Grécia ou a USB de Itália.

## **6.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)**

Durante o quadriénio, realizaram-se o 6º Congresso (Maputo, Julho de 2012) e o 7º Congresso (Lisboa, Outubro de 2014, no qual a CGTP-IN assumiu a Secretaria Executiva, até ao 8º Congresso de 2016). Realizaram-se, ao longo dos quatro anos, várias reuniões da Comissão Executiva e da Direcção Executiva desta Comunidade Sindical, designadamente antecedendo os 2 Congressos e durante as conferências anuais da OIT em Genebra. Participámos em diversos congressos de Centrais da CSPLP (PALOP e Brasil) e recebemos uma delegação da UNTA-CS de Angola. Desenvolvemos cooperação técnica com a UNTA-CS de Angola e com a UNTC-CS de Cabo Verde. Foi assinado um protocolo de cooperação técnica com a ONTSTP de São Tomé e Príncipe. Estas actividades de cooperação foram desenvolvidas através de parcerias com o INOVINTER e o IBJC. Merece destaque a campanha de solidariedade da Central com os trabalhadores e o povo da Ilha do Fogo, vítimas de uma erupção vulcânica.

Participámos em 2 Fóruns da Cooperação Portuguesa e num Fórum da Sociedade Civil da CPLP. Recebemos três grupos de sindicalistas da CSPLP, em cooperação com a OIT. A CGTP-IN desenvolveu um Projecto de Formação para quadros sindicais nacionais sobre Cooperação para o Desenvolvimento e os Objectivos do Milénio da ONU.

## **6.4. África**

A CGTP-IN manteve contactos com várias organizações sindicais de África e participou, em 2014, em Argel, no Congresso da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA), a Confederação Regional do Continente. Em 2012 e 2015, esteve presente nos dois Congressos realizados pela central sindical da África do Sul, a COSATU.

## **6.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED)**

O Norte de África e o Médio Oriente têm sido palco de preocupantes conflitos, mas também de alterações políticas que colocaram novos desafios neste espaço sindical. A CGTP-IN deu, assim, atenção acrescida à cooperação e solidariedade com os trabalhadores e povos desta região, tendo participado em várias reuniões sindicais Euro – Mediterrânicas.

Mantivemos contactos com a Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA) e com os movimentos sindicais da Palestina, Síria, Líbano, Iraque, Egipto, Tunísia, Jordânia, Argélia, Marrocos, Turquia e com a central sindical *sahraui*, UGTSARIO.

## **6.6. Espaço Latino-Americano**

A CGTP-IN esteve presente em diversos Congressos e actividades das Centrais Sindicais do Brasil, designadamente da CUT, CTB e UGT, tendo também recebido em Portugal delegações destas organizações.

Participámos também em Congressos Sindicais da CTA da Argentina, do PIT/CNT do Uruguai, tendo recebido visitas da CTC de Cuba, da FMLN de El Salvador e do PIT/CNT do Uruguai. Participámos, anualmente, nas comemorações do 1º de Maio da CTC de Cuba.

Também é de relevar a participação da Central em três Encontros Sindicais “Nossa América” e em actividades regionais ou sectoriais no espaço latino-americano.

A CGTP-IN esteve ainda presente, tal como a Espanha, em Cimeiras Ibero-Americanas, antecedidas de “Cimeiras Sindicais/Interlocutores Sociais” deste espaço geográfico.

## **6.7. Outros Espaços Sindicais**

A CGTP-IN manteve relações com a Federação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU), visitando a ACFTU da China, em 2014, e recebendo uma delegação sindical chinesa. Participámos em três reuniões do Fórum Sindical Internacional de Pequim sobre os Sindicatos e a Globalização. A CGTP-IN visitou a VGCL do Vietname, em 2015, e a ZENROREN, do Japão, em 2014, tendo recebido duas visitas desta Central, em 2014, bem como recebeu as visitas da PLF do Paquistão e da KFTU da Coreia do Sul.

Participámos, em 2014, no Congresso da CSN do Quebec (Canadá).

Nos EUA, participámos, em Chicago, em 2012, no Congresso Sindical “Labor Notes”, com a participação de sindicatos dos EUA e de sindicatos de vinte países de vários continentes.

## **6.8. Movimento Sindical Mundial**

A CGTP-IN procurou incrementar a unidade na acção com o movimento sindical internacional com e sem filiação internacional. Associou-se, assim, aos Dias Internacionais de Luta promovidos pela FSM e às Jornadas Mundiais da CSI, tendo participado em várias iniciativas regionais, sectoriais ou temáticas, promovidas por ambas as centrais mundiais.

A Central participou, como observadora, em Maio de 2014, no 3.º Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI), em Berlim.

A CGTP-IN participou na Conferência Mundial da FSM sobre o “Emprego Digno”, realizada em Palmela, Portugal, em Outubro de 2014 e na celebração dos 70 anos da FSM, em Outubro de 2015, em São Paulo, no Brasil.

## **6.9. Solidariedade Internacional e Paz**

A luta pela Paz ganhou uma importância acrescida nos últimos 4 anos, perante o agravamento do belicismo, das tensões, ingerências, bloqueios, ocupações e conflitos e da violação da soberania de muitos países, sobretudo no Médio Oriente e no Norte de África, mas também com o reforço da NATO e a crescente militarização da UE.



Desenvolvemos diversas acções próprias, ou em convergência com outras organizações, em particular o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), o Movimento pela Paz na Palestina e no Médio Oriente (MPPM) e o Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

A CGTP-IN deu particular prioridade à solidariedade com os trabalhadores e o povo da Palestina, promovendo diversas iniciativas: realizou duas acções de formação sindical na Palestina; assinalou as invasões de Gaza e outras agressões ao povo Palestino; organizou, em 2012, em Lisboa, uma Conferência Sindical Intergeracional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Palestina, com a presença de sindicatos de vários continentes; em 2014, realizou uma Semana de Solidariedade Sindical, com a presença em Portugal de uma delegação da GUPW, a central sindical palestina.

Em 2015, a CGTP-IN participou, em Damasco, numa Conferência de Solidariedade com os Trabalhadores e Povo Sírios. Realce, também, para a solidariedade com os trabalhadores e povo do Sahara Ocidental e com a sua central sindical, a UGTSARIO, com as participações da Central em 4 Conferências Europeias de Solidariedade (EUCOCO).

A CGTP-IN organizou, em 2013, em Lisboa, um encontro de solidariedade com a CTC e os trabalhadores e o povo cubano, vítimas do criminoso bloqueio económico, e integrou o vasto movimento público que reclamou pela libertação dos 5 patriotas cubanos presos nos EUA, exigência que foi entretanto conseguida. Participámos ainda em várias acções e iniciativas de protesto e denúncia, também com posições e comunicados próprios, sobre acções imperialistas contra a Líbia, Síria, Iraque, Irão, Afeganistão/Paquistão, Honduras, ou atentados terroristas como na Tunísia, em França, Turquia ou Líbano.

Em Setembro e Outubro de 2015, a CGTP-IN participou na denúncia e repúdio pelas manobras militares da NATO, em Portugal e Espanha. Destaque ainda para a participação da Central na Conferência Mundial contra a Bomba Atómica e de Hidrogénio, na cidade de Hiroshima, Japão, em 2014.

A CGTP-IN participou, muito activamente, em diversas iniciativas na Europa e no Mediterrâneo, sobre a tragédia humanitária que atinge milhões de refugiados, que fogem da pobreza, da guerra e da morte, causadas pelos violentos conflitos que assolam a região. A CGTP-IN realizou em Lisboa, em Junho de 2015, uma Tribuna Pública em solidariedade com os refugiados e, em Setembro, um Debate Público sobre esta problemática.

## **6.10. Globalização e Movimentos Sociais**

A CGTP-IN interveio em diversas iniciativas sobre temáticas relacionadas com o processo de globalização. Destaca-se nesta área a participação da CGTP-IN no Fórum Social Mundial de Túnis, em Maio de 2013. A Central participou em iniciativas e eventos, em Portugal e na Europa, de denúncia do TTIP – Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento.

## **6.11. Actividades Comunitárias**

No plano institucional, a Central participou nas auscultações a cada parceiro social, prévias à realização da generalidade dos Conselhos Europeus, promovidas pelo governo e em encontros e reuniões diversas com delegações de instituições da UE que visitaram Portugal.

A Central mantém dois representantes no Comité Económico e Social Europeu (CESE), que participam em vários grupos de trabalho e na emissão de pareceres temáticos. Em Dezembro de 2013, a CGTP-IN fez uma visita de trabalho ao Grupo de Trabalhadores do CESE.

A Central participou nas reuniões regulares de Agências Especializadas da EU, onde também mantém representantes, com destaque para a Agência de Bilbao (Saúde e Segurança no Trabalho), Fundação de Dublin (Emprego e Condições de Trabalho) e CEDEFOP (Formação Profissional), bem como em Comités Consultivos e Paritários.

A CGTP-IN participou em várias reuniões do Comité Político do Diálogo Social, no Comité do Mercado de Trabalho do Diálogo Social, no Grupo de Trabalho Educação/Formação, Fundo Social Europeu, Livre Circulação, entre outras.

A Central participou em reuniões do Fórum Social Europa/TUNE do Parlamento Europeu e em reuniões da Conferência Social Conjunta (Centrais Sindicais e Movimentos Sociais da Europa).

## **6.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT)**

A CGTP-IN participou nas sessões anuais da Conferência Internacional do Trabalho, assegurando (ora com delegado efectivo, ora com suplente) a representação dos trabalhadores portugueses.

Para além das participações nas sessões plenárias e comissões específicas das Conferências anuais, a CGTP-IN interveio activamente na discussão das grandes temáticas dos últimos anos que, face à crise do sistema, se centraram no Pacto Mundial para o Emprego, aprovado na OIT, e na defesa e promoção do trabalho digno e, na Conferência de 2015, na apresentação pela OIT, do “Futuro do Trabalho”, debate a desenvolver até ao 100º Aniversário da OIT, em 2019.

Destaque para a queixa apresentada pela Central, à OIT, em 2013, contra as medidas adoptadas pelo governo de Portugal, relativas a violações de direito de organização e negociação colectiva, organização de condições de trabalho na função pública, liberdade sindical e salário mínimo.

Em Julho de 2015, a CGTP-IN participou na Academia sobre Economia Social e Solidária, organizada pela OIT na África do Sul.

Recebemos em Portugal, em cooperação com a OIT, vários grupos de formandos sindicais de países da CSPLP, tendo mantido uma ligação regular ao seu Gabinete em Portugal. Participámos designadamente, em 2015, na reunião dos directores europeus da OIT, realizada em Lisboa.

A CGTP-IN elaborou, com regularidade, pareceres e respostas a inquéritos e solicitações da OIT e do Governo Português, em preparação das Conferências e para reuniões técnicas ou temáticas.

## **6.13. Migrações**

### **6.13.1. Imigração**

No mandato, aprofundaram-se, na UE, orientações anti-sociais, designadamente directivas, que põem em causa direitos dos trabalhadores migrantes, sejam eles originários dos estados-membros ou de países terceiros. Sob o espectro da “crise”, tenta-se encontrar nos migrantes, e mais recentemente, nos refugiados, os primeiros e mais “fáceis” “bodes expiatórios da actual situação, em lugar de os considerar como verdadeiramente aquilo que são: vítimas de políticas totalmente erradas. A CGTP-IN prosseguiu, em Portugal e na Europa, o seu combate a estas políticas.

Num quadro de aprofundamento da crise, particularmente grave em Portugal, reduziu-se a dimensão da comunidade imigrante no nosso País.

Em Portugal, interviemos sobre a situação e legislação relativa aos imigrantes e na Europa dando combate a estes desenvolvimentos negativos.

Prosseguiram as participações da CGTP-IN na comissão específica da CES (Migrações e Luta Anti-Racista).

A nível nacional, a Central manteve a sua intervenção nos organismos oficiais que integra: CICDR (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial) e CM (Conselho para as Migrações).

Para além de iniciativas sindicais de mobilização, sindicalização e organização dos trabalhadores imigrantes, realizaram-se reuniões com dirigentes, delegados e activistas sindicais ligados à imigração e acções no nosso país contra o racismo e xenofobia, muitas vezes em articulação com outros movimentos, ONG's, igrejas e associações de imigrantes.

### 6.13.2. Emigração

No contexto da crise, aumentou o número de portugueses que emigrou (perto de 500 mil nos últimos 4 anos). Estes novos fluxos emigratórios têm uma característica nova: a enorme diversidade profissional destes emigrantes.

A CGTP-IN manteve contacto com os Conselheiros das Comunidades Portuguesas, com o movimento associativo na emigração e com sindicatos dos países de acolhimento.

Prosseguiu a nossa participação nos Comitês Consultivos da UE sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e sobre Livre Circulação de Trabalhadores no espaço europeu.

Participámos em iniciativas diversas sobre migrações no Reino Unido, em França, em Itália, na Suíça, na Moldávia, na Hungria e no Luxemburgo.

Em 2014 foi renovado o acordo de cooperação entre a CGTP-IN e o TUC do Reino Unido e foi realizado o primeiro acordo de cooperação com o sindicato UNIA, filiado na USS/Suíça. Destaca-se que, no Reino Unido, em 2015, participámos na Festa da Comunidade Portuguesa em Londres e lançámos um projecto de formação (CGTP-IN/TUC/OPZZ) em apoio aos imigrantes portugueses e polacos no Reino Unido. Realizámos 3 Encontros Sindicais sobre Migrações, com a OGB-L do Luxemburgo, dirigidos às comunidades lusófonas e ao combate ao dumping social. Realizaram-se também várias iniciativas com os sindicatos Suíços (UNIA e USS) e ECAP, em apoio aos imigrantes nesse país.

## 7. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS

### 7.1. A Organização de Base

#### 7.1.1. Sindicalização

Apesar das condições difíceis e mesmo violentas para os trabalhadores e a organização sindical, impostas pela brutal ofensiva de exploração e empobrecimento, foi possível, no quadro de uma forte acção reivindicativa e de luta intensa, a partir dos locais de trabalho, alcançar importantes resultados, também, no que se refere à sindicalização.

A Campanha “*Valorizar o Trabalho, Trabalhar com Direitos*”, desenvolvida entre finais de 2014 e o primeiro trimestre de 2015, tendo no seu centro os locais de trabalho, divulgando, valorizando e agindo em defesa dos direitos laborais e sociais - onde se incluía o direito à sindicalização e à organização sindical – constituiu, também, uma alavanca para, no quadro da acção sindical integrada, reforçar a sindicalização e a organização de base.

Registando-se, no momento, dados ainda parciais e que não abrangem parte substancial dos Sindicatos do universo do Movimento Sindical Unitário, é possível contabilizar já mais **101.149 novas sindicalizações**, significando que a meta apontada pelo XII Congresso (**100.000** novas sindicalizações) foi ultrapassada, o que é um facto da maior relevância no contexto adverso, de retrocesso económico e social, de destruição de postos de trabalho e acrescida insegurança no emprego em que decorreu o mandato.

No âmbito das novas sindicalizações, **57.433 (56,8%)** são mulheres e **15.523 (15,3%)** são jovens no escalão etário até 30 anos, conforme consta no **Quadro I**, sendo que, do total, existem **3.165** novas sindicalizações que os Sindicatos não desagregaram.

### 7.1.2. Delegados Sindicais

Até ao momento, e igualmente com dados parciais, regista-se já, na eleição e reeleição de delegados sindicais, o número de **11.892 novos mandatos**, o que evidencia uma evolução positiva e uma significativa renovação da organização de base dos Sindicatos, superando a meta para o quadriénio (**10.000 novos mandatos**).

Dos **11.892** novos mandatos de delegados sindicais, pode constatar-se, no **Quadro I**, que **7.304** são mulheres (**61,4%**) e **531 (4,5 %)** são jovens até 30 anos. É de salientar o crescimento do número de mulheres com responsabilidades sindicais ao nível da base, ultrapassando a percentagem alcançada no mandato anterior. Já no que se refere ao rejuvenescimento da rede de delegados sindicais, no escalão etário até aos 30 anos os resultados são inferiores, reflectindo, designadamente, a incipiente criação de emprego e a elevada emigração de jovens.

É, assim, necessário continuar a impulsionar o reforço da organização de base, com a crescente renovação, rejuvenescimento, alargamento, acompanhamento e responsabilização da rede de delegados sindicais no cumprimento de objectivos e metas, condições essenciais para que os Sindicatos estejam representados nos locais de trabalho e intervenham, quotidianamente, em maior número de empresas e serviços, na resposta aos problemas concretos e às aspirações dos trabalhadores, dinamizando a luta, aumentando a sindicalização e fortalecendo toda a estrutura sindical.

### 7.1.3. Representantes para a SST

Se bem que o Código do Trabalho tenha dificultado a eleição de representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - pela carga burocrática que impõe aos processos eleitorais – e sendo verdade que, alguns Sindicatos, não dão, ainda, suficiente atenção a este trabalho, desaproveitando potencialidades de eleição e intervenção organizada de mais representantes, a verdade é que os resultados apurados são claramente positivos (**1.657 novos mandatos**), ultrapassando a meta definida (**1.000 novos mandatos**).

Acresce que o número de processos eleitorais concluídos e de trabalhadores eleitos (**Quadro I – 1.657 novos mandatos**), apurado de acordo com os dados fornecidos pelos Sindicatos, se encontra subestimado, não traduzindo com rigor a realidade, uma vez que foram efectuadas eleições e eleitos representantes que não foram registados centralmente, devido a não ter sido prestada a necessária informação.

Tal progresso não dispensa, antes deve impulsionar, um ainda maior apuramento do trabalho de direcção, dinamizando a intervenção sindical planificada e direccionada para empresas e serviços prioritários, tendo como objectivo a eleição de mais representantes para a SST, a formação específica dos eleitos, o seu acompanhamento e a melhoria da sua intervenção.

**QUADRO I – Sindicalização apurada entre Janeiro de 2012 e Dezembro de 2015  
(dados parciais) \***

SECTORES	SINDICALIZAÇÃO				DELEGADOS SINDICAIS				SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO			
	Novas Entradas / Readmissões				H	M	J	Total	H	M	J	Total
	H	M	J	Total								
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.405	14.778	1.438	22.183	1.248	2.325	96	3.596	449	146	7	595
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TABACOS	3.701	9.118	2.395	12.838	349	489	125	838	61	23	1	84
BANCA E SEGUROS	272	457	165	1.040	247	161	15	408	0	0	0	0
COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	5.453	13.190	4.262	18.643	198	353	81	551	9	16	0	25
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	1.078	805	486	3.520	148	37	6	185	2	0	0	2
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO	2.428	310	172	3.773	146	13	9	164	38	0	0	38
DIVERSOS	76	97	0	173	0	1	0	1	0	0	0	0
MAR	333	139	51	472	5	1	0	6	0	0	0	0
METALURGIA, QUÍMICA, IND. ELÉTRICAS, FARMACÊUTICA, CELULOSE, PAPEL, GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS	10.538	3.148	2.649	13.686	762	176	65	938	760	133	120	893
PESCA	115	13	12	128	0	1	0	1	0	0	0	0
PROFESSORES	2.204	7.165	712	9.369	1.076	3.352	42	4.428	0	0	0	0
QUADROS TÉCNICOS	12	35	18	47	0	0	0	0	0	0	0	0
SAÚDE	498	2.498	1.340	2.996	104	275	56	379	0	0	0	0
TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	1.039	4.814	787	5.944	41	97	9	138	5	15	0	20
TRANSPORTES	5.329	866	1.036	6.337	236	23	27	259	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>40.481</b>	<b>57.433</b>	<b>15.523</b>	<b>101.149</b>	<b>4.560</b>	<b>7.304</b>	<b>531</b>	<b>11.892</b>	<b>1.324</b>	<b>333</b>	<b>128</b>	<b>1.657</b>

*\*O Quadro I regista resultados parciais por ausência de resposta de alguns Sindicatos. Acresce que os números referentes a homens, mulheres e jovens apresentam discrepâncias relativamente ao total, porque alguns Sindicatos não indicam os números desagregados, somando estes casos 3.165 novas sindicalizações. O mesmo se passa em relação aos delegados sindicais (28 delegados).*

#### 7.1.4. Comissões de Trabalhadores

Ainda que não sendo organizações sindicais, as Comissões de Trabalhadores (CT's) são estruturas de base e, na sua maioria, cooperam com as organizações do Movimento Sindical Unitário, num quadro de respeito pela autonomia própria de cada uma das estruturas.

A CGTP-IN tem o registo de **1.492** CT's de empresas dos sectores privado e empresarial do Estado com estatutos publicados, ainda que nem todas estejam activas. No decorrer do mandato, foram publicados **60** novos estatutos e **197** alterações a estatutos de CT's. Foi também publicada, nos quatro anos, a identificação dos membros que compõem **268** CT's, representando **2.068** membros, dos quais **410 (19,9%)** são mulheres.

Num levantamento relativo à eleição das CT's, até **Dezembro** de 2015, em **38** empresas, representando **35.521** trabalhadores, votaram **18.221 (51,3%)** do total dos trabalhadores. Destes, **12.144 (66,5%)** votaram em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e **4.623 (25,4%)** votaram noutras listas.

A cooperação entre o Movimento Sindical e as CT's e a convergência e complementaridade de acção de ambas as estruturas é uma linha de trabalho a prosseguir, na defesa dos direitos e dos interesses de classe dos trabalhadores.

#### 7.2. Eleições em Sindicatos

Entre Janeiro de 2012 e **Dezembro** de 2015, realizaram-se **127** actos eleitorais em Sindicatos do MSU, tendo sido eleitos **3.979** dirigentes, dos quais **1.427 (35,9%)** são mulheres e **94 (2,4%)** são jovens.

Foram recolhidos e tratados dados relativos às eleições em **80** Sindicatos, nos quais votaram **137.040** trabalhadores, do total de **423.822** inscritos nos cadernos eleitorais. Destes, votaram nas listas identificadas com a CGTP-IN **123.996** trabalhadores, o que corresponde a **90,5%** dos eleitores que exerceram o seu direito de voto.

No estudo efectuado, verificou-se que, em **60** Sindicatos, existem **2.433** dirigentes (publicados em BTE), **918** são mulheres e **86** são jovens. A média etária geral é de **46,3** anos, sendo a dos homens de **46,5** anos, a das mulheres de **44,2** anos e a dos jovens com menos de **30** anos, de **28,5** anos.

Assim, no universo de Sindicatos do MSU, regista-se um total de **5.647** dirigentes, sendo **2.093 (37,1%)** mulheres e **115 (2 %)** jovens do escalão etário até 30 anos.

#### 7.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical

##### 7.3.1. Sindicatos

No período decorrido entre o último Congresso e Dezembro de 2015, verificaram-se alterações em diversos Sindicatos. A reestruturação sindical teve continuidade através da consolidação de processos iniciados em mandatos anteriores e da integração de Sindicatos e avançou-se, ainda, na descentralização, com a criação de novas casas sindicais (designadamente, em Leiria, Viseu e Guarda) e a abertura de novos processos, em desenvolvimento (Castelo Branco e outros).

Actualmente, referenciamos **129** Sindicatos activos, **81** dos quais são filiados, **20** não filiados mas que cooperam de forma regular com a CGTP-IN e os restantes **28** Sindicatos não filiados, que cooperam de forma pontual.

No mandato, foram estabelecidos **2** novos protocolos de cooperação: com o Sindicato dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e com o Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino.

Pedi adesão à CGTP-IN o Sindicato dos Professores no Estrangeiro e extinguiram-se **4** Sindicatos, **2** dos quais eram filiados na CGTP-IN:

- Sindicato dos Pescadores do Distrito de Coimbra
- Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Curtumes e Ofícios Correlativos do Distrito de Santarém (integração no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul)
- Sindicato dos Profissionais do penteado, Arte e Beleza – SINDPAB
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro

Refira-se, ainda, o cancelamento dos estatutos de organizações já extintas na prática (várias por integração noutras estruturas) e que já não constavam da lista do universo do MSU:

- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de São Miguel e Santa Maria
- Sindicato dos Trabalhadores das Delegações do Instituto de Comércio Externo no Estrangeiro
- Sindicato da Indústria de Fósforos de Portugal
- Sindicato dos Estivadores, Lingadores e Conferentes do Porto de Viana do Castelo
- Sindicato da Indústria do Calçado Manual ou Mecânico, Correeiros, Albardeiros, Tamanqueiros, Pouseiros e Afins dos Distritos de Viseu, Vila Real, Guarda e Castelo Branco
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Leiria
- Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Algarve
- Sindicato da Agricultura do Distrito da Guarda
- Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal
- União Local dos Sindicatos de Águeda
- União dos Sindicatos de S. João da Madeira
- União dos Sindicatos do Concelho de Almada
- União dos Sindicatos de Vila Franca de Xira
- União dos Sindicatos do Barreiro e Moita
- União Sindical Concelhia de Penafiel
- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul

Constituíram-se, ao longo do mandato, **20** Sindicatos, na sua maioria de identidade indefinida. Destes, actualmente, apenas coopera com a CGTP-IN o Sindicato dos Trabalhadores da Arqueologia – STARQ.

Relativamente ao âmbito geográfico, os Sindicatos do MSU, repartem-se da seguinte forma:

- 57 têm âmbito nacional
- 41 têm âmbito pluridistrital
- 13 têm âmbito distrital;
- 13 têm âmbito regional;
- 1 tem âmbito ao concelho;
- 2 têm âmbito ao estrangeiro;
- 2 têm âmbito às Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Quanto ao âmbito pessoal dos Sindicatos:

- 39 têm âmbito profissional
- 84 têm âmbito sectorial vertical
- 3 têm, simultaneamente, âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 3 têm âmbito profissional, numa parte, e vertical, noutra.

Durante o mandato, alteraram os seus estatutos (rectificações / denominação / âmbito / nulidade ou outros motivos) **63** Sindicatos, **12** Uniões Distritais e 2 locais e **9** Federações do MSU.

Alteraram estatutos, entre outros, os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte
- Sindicato dos Médicos do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculo - STE
- Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – SINTTAV
- Sindicato dos Funcionários Judiciais
- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa - STML
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro
- Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas - SIESI
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário - SNTSF
- Sindicato dos Médicos da Zona Centro - SMZC
- Sindicato dos Professores no Estrangeiro - SPE
- Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia - STAE



- Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia (SINPROFARM)
- Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA)
- Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado, Estofos, Cordoaria, Lavandarias e Afins do Centro (ex: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro)
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro
- Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte
- Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional
- Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins (ex: Sindicato dos Operários das Indústrias de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra)
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - SEP
- Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria
- Sindicato dos Médicos da Zona Sul
- Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores – SABCES
- Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria
- Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante
- Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Confecção e Têxtil da Região do Norte
- Associação Nacional de Dentistas
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho – CESMINHO
- Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (ex: Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde)
- Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve
- Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas – STFPSSRA (ex: Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores)
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul
- STEEM – Sindicato dos Trabalhadores do Sector da Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica da Região Autónoma da Madeira
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da Região Autónoma da Madeira
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul
- Sindicato dos Músicos, dos Profissionais de Espectáculo e do Audiovisual – CENA
- CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal
- Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado - STRN

- Sindicato dos Trabalhadores da Arqueologia – STARQ
- Sindicato dos Empregados de Escritório, Comércio e Serviços da Horta
- Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços da Horta
- Sindicato dos Professores da Zona Sul – SPZS
- Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca - SIMAMEVIP
- STRUN – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte
- Sindicato dos Profissionais de Lacticínios, Alimentação, Agricultura, Escritórios, Comércio, Serviços, Transportes Rodoviários, Metalomecânica, Metalurgia, Construção Civil e Madeiras (ex: Sindicato dos Profissionais de Lacticínios)
- Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária – ASFIC/PJ
- STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins
- Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - SPGL
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas - STIAC
- Sindicato dos Magistrados do Ministério Público
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro
- Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social - STSSSS
- Associação Sindical dos Profissionais da Polícia de Segurança Pública – ASPP/PSP
- Sindicato dos Trabalhadores Cíveis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa, STEFFA's
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Cerâmica, Cimentos e Similares, Madeiras, Mármore e Pedreiras de Viana do Castelo e Norte – SCMPVCN (ex: Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo)
- Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários
- STCCMCS - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas (ex: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Sul e Regiões Autónomas)

Alteraram estatutos, as seguintes Federações:

- FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços
- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS
- FESAHT – Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal
- Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro - FEVICCOM
- Federação Nacional dos Médicos - FNAM
- Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca

- FIEQUIMETAL - Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas
- FENPROF – Federação Nacional dos Professores
- FESETE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal

Alteraram estatutos, as seguintes Uniões Distritais e Regionais:

- União dos Sindicatos de Vila Real
- União dos Sindicatos de Aveiro
- União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo
- União dos Sindicatos de Viana do Castelo
- União dos Sindicatos do Algarve
- União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira
- União dos Sindicatos da Horta
- União dos Sindicatos de Setúbal
- União dos Sindicatos de Lisboa
- União dos Sindicatos de Bragança
- União dos Sindicatos de Coimbra
- União dos Sindicatos do Norte Alentejano

E duas Uniões Locais:

- União Sindical de Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral de Monte Agraço – USTCLMS (ex: União Sindical de Torres Vedras/CGTP-IN)
- União dos Sindicatos da Figueira da Foz – USFF / CGTP-IN

### **7.3.2. Uniões de Sindicatos**

As Uniões Distritais e Regionais, estruturas intermédias da CGTP-IN, são vinte e duas (**22**). Durante o mandato, registaram-se **22** Congressos / Plenários Eleitorais em **22** Uniões Distritais e Regionais.

Nos órgãos estatutários máximos destas estruturas intermédias foram eleitos **538** dirigentes, dos quais **177 (32,9%)** são mulheres e **27 (5,0%)** são jovens. A média etária geral apurada é de **47** anos, sendo a dos homens de **46,9** anos, a das mulheres de **46,4** e a dos jovens de **27,4** anos.

Das **4** Uniões Locais existentes, reuniram, durante o mandato, **2** em Plenários Eleitorais, tendo sido eleitos **32** dirigentes, dos quais **7 (21,9%)** são mulheres.

### **7.3.3. Federações de Sindicatos**

As Federações, também estruturas intermédias da CGTP-IN, são **10**. Durante o mandato, registaram-se **9** Congressos / Plenários Eleitorais em **9** Federações, tendo sido eleitos **352** dirigentes, dos quais **109 (29,3%)** são mulheres e **8 (2,3%)** são jovens. A média etária geral apurada em 7 das 9 federações é de **49,2** anos, sendo a dos homens de **50,9** anos, a das mulheres de **45,9** e a dos jovens de **28,5** anos.

## 7.4. As Organizações Específicas

### 7.4.1. Interjovem/CGTP-IN

A Interjovem/CGTP-IN, durante o mandato, dinamizou várias iniciativas e campanhas nacionais, articuladas com os sindicatos, a partir dos locais de trabalho, em defesa e na promoção dos direitos dos jovens trabalhadores.

Tendo como eixo central as conclusões da 7ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN, sob o lema “Mais organização - Mais luta - Mais sindicato!”, impulsionou-se a discussão sobre os problemas específicos e a acção a desenvolver e a necessidade de uma forte dinâmica dos dirigentes e delegados sindicais, em torno de uma campanha de sindicalização dirigida aos jovens trabalhadores.

Nos últimos quatro anos, os jovens trabalhadores foram particularmente afectados pela política de direita, com expressão na generalização dos vínculos precários, nos baixos salários, na desregulação de direitos, no desemprego, na emigração. Tal situação, impôs a elevação do patamar de reivindicação, acção e luta do Movimento Sindical Unitário e dos trabalhadores, procurando inverte-la no dia-a-dia, de modo a resolver problemas, reforçar os sindicatos e a organização.

A Interjovem/CGTP-IN esteve presente, como organização da juventude trabalhadora, nas acções e iniciativas nacionais marcadas pela CGTP-IN, afirmando a combatividade e a determinação da juventude em lutar por um futuro melhor.

Editámos vários comunicados e outros materiais próprios, dirigidos aos jovens trabalhadores, que levaram ao contacto, esclarecimento e mobilização nas empresas e locais de trabalho.

Demos, também, um contributo relevante na construção das três greves gerais que realizámos durante este mandato.

Assinalámos, todos os anos, o dia Nacional da Juventude como um dia de luta, com a realização de uma manifestação nacional em Lisboa em torno dos problemas que afectam os jovens trabalhadores mas também com os resultados alcançados, afirmando que lutar vale a pena e que a luta tem contado com a participação de milhares de jovens trabalhadores.

A *Marcha pelo Trabalho com Direitos*, realizada em Janeiro de 2012, que teve expressão em vários distritos, foi uma importante iniciativa de denúncia da taxa elevada de desemprego jovem, dando visibilidade à situação vivida em cada região do país e às reivindicações dos trabalhadores. Exigiu a valorização da capacidade e potencialidades dos jovens, o trabalho com direitos e o combate ao desemprego.

Realizámos, a 14 Julho de 2012, um “*PIC-NIC contra a Precariedade e o desemprego*”, construído com a participação de organizações juvenis identificadas com a defesa do trabalho digno e com direitos, que contou com a participação de muitos jovens trabalhadores e potenciou a divulgação dos princípios e objectivos do Movimento Sindical de classe junto dos jovens.

Criámos uma linha própria, dirigida aos jovens trabalhadores, para as comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril e afirmação do 1º Maio. Com o lema “*Não Largo Abril, Maio é nosso!*”, levámos aos locais de trabalho a actualidade dos direitos presentes na Constituição de Abril e a necessidade de lutarmos cada vez mais para que ela se cumpra.

Integrámo-nos na Plataforma 40x25, em conjunto com várias organizações que partilham os valores presentes na Constituição da República e pugnam pela sua defesa.

Realizámos, em 2015, no âmbito da preparação do dia Nacional da Juventude, uma semana de luta, com várias acções nos locais de trabalho por todo o país, em defesa do direito ao trabalho contra a precariedade e a exploração, que culminou com uma manifestação nacional, em Lisboa, no dia 28 de Março.

Iniciámos e mantém-se a campanha “*Alerta! Aqui há trabalho precário*”, a partir dos sindicatos e dos locais de trabalho, com o objectivo de denunciar e combater o recurso ilegal e abusivo, por parte das empresas e serviços, aos vínculos precários, exigindo a passagem ao quadro dos trabalhadores a preencherem postos de trabalho permanentes.

Apesar das dificuldades impostas pelo patronato e pelos governos, a participação dos jovens foi assinalável nas várias acções de luta realizadas contra o retrocesso económico e social e pela mudança necessária, por uma política de esquerda e soberana.

No mandato, foram dados passos importantes na dinamização do trabalho das comissões de jovens dos sindicatos, uniões e federações e, nomeadamente, na edição regular de propaganda dirigida aos jovens dos sectores. No entanto, ainda persistem dificuldades de criação de estruturas jovens e a fraca participação de alguns dirigentes nacionais, criando entraves à actividade regular da Interjovem/CGTP-IN.

Progressivamente, devem ser dados passos no sentido do reforço da participação de jovens nas direcções sindicais, na sua responsabilização e participação activa no trabalho da Interjovem/CGTP-IN e dos Sindicatos.

#### **7.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN**

A actividade desenvolvida pela Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH/CGTP-IN, com articulação regular com outros Departamentos e com as restantes organizações específicas da CGTP-IN, com representantes na sua Direcção Nacional, centrou-se na efectivação das decisões congressuais da CGTP-IN e das conferências da CIMH, numa **visão integrada da intervenção sindical específica**, no quadro da acção político-sindical global e das intensas lutas desenvolvidas.

No presente quadriénio, ao nível do **funcionamento dos órgãos**, realizaram-se 19 reuniões do Secretariado e 23 reuniões da Direcção Nacional da CIMH, para além da preparação e realização da 6ª Conferência sobre Igualdade entre Mulheres e Homens, em 4 de Junho de 2013, em Lisboa, com cerca de 300 delegadas/os e convidados/as.

Para assegurar a ligação do trabalho central da CIMH aos locais de trabalho, através das/os representantes dos Sindicatos, Federações e Uniões, após a 6ª Conferência, foi discutido, aprovado e actualizado, ao longo do mandato, o **Plano de Trabalho sobre Acção Sindical Integrada na Vertente da Igualdade (ASIVI)**, com identificação de locais de trabalho estratégicos e definição de metas (sindicalização de mais mulheres trabalhadoras, reforço da rede de delegadas sindicais e das representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho, acção reivindicativa específica e integrada nos cadernos reivindicativos, informação e formação sindical específica), com avaliação regular do seu grau de execução e valorização de resultados obtidos.

A par do desenvolvimento deste Plano de Trabalho, houve uma aposta colectiva na **constituição e funcionamento regular das Comissões de Igualdade**, nos Sindicatos, Federações e Uniões, com desenvolvimentos positivos.

Organizaram-se dois **debates internos** em 2013 e 2014, em conjunto com os Departamentos de Segurança e Saúde do Trabalho e de Formação Sindical e com o IBJC, sobre as linhas de trabalho de combate ao assédio moral nos locais de trabalho e sobre a identificação e combate às discriminações directas e indirectas.

Realizaram-se diversas reuniões específicas com o Departamento de Cultura e Tempos Livres, bem como do Grupo de Trabalho do livro **“CGTP-IN – 43 anos a construir a Igualdade entre Mulheres e Homens – 1970-2013”** que teve a sua primeira apresentação pública em Setembro de 2014, em Lisboa, na CGTP-IN, seguindo-se no mesmo ano, outras apresentações organizadas ao nível distrital e sectorial, em conjunto com a CIMH: em Évora (1/10), Castelo Branco e Covilhã (3/10), Leiria (10/10), Porto (24/10), Viseu (27/11), Coimbra (9/12), Viana do Castelo (16/12) e Braga (18/12). E no ano seguinte, em 2015, em Aveiro (22/1), Setúbal (31/1) e em Ponta Delgada (3/12).

Foram editados três **Boletins sobre Igualdade** dirigidos aos activistas sindicais, com carácter informativo e formativo sobre esta área de intervenção específica e iniciada a difusão e actualização regular do **novo sítio “Igualdade”**, na página *web* da CGTP-IN, para além do espaço já existente (CIMH). Foi também incentivada e melhorada a informação sindical específica nesta área, ao nível dos **comunicados, boletins e páginas web de diversos Sindicatos, Federações e Uniões**.

No ano 2014 (Ano Europeu da Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar), em Lisboa, no dia 10 de Dezembro, realizou-se uma **Concentração-Tribuna Pública, sob o lema “Direito a trabalhar com vida pessoal e familiar”**, em conjunto com a Interjovem e a Inter-Reformados, em torno das questões da qualidade do emprego, dos horários de trabalho e da conciliação, com a participação de cerca de 350 delegadas/os, dirigentes sindicais, jovens, reformadas/os e trabalhadoras/es de diversos sectores e regiões, que relataram casos concretos e reais e aprovaram um conjunto de reivindicações e propostas para a intervenção sindical aos vários níveis.

Foram assinaladas diversas datas e ocasiões específicas, com iniciativas diversas, dos locais de trabalho às acções de rua:

- No **Dia Internacional da Mulher (8 de Março), em 2012**, sob o lema “Valorizar os salários – Dignificar os horários – Efectivar direitos – Promover a Igualdade!”, com plenários, debates, desfiles e marchas, em vários distritos e a edição de um Folheto central.
- Na **Semana da Igualdade (4 a 8 de Março), em 2013**, sob o lema “Em luta pela Mudança – Igualdade! Confiança!”, com iniciativas diversas nos sectores e regiões, com incidência prioritária nos locais de trabalho e nas acções de rua, enquadrada no quadro preparatório da 6ª Conferência sobre Igualdade. Edição de um folheto central e de um *mp3* para carros de som. Privilegiadas as iniciativas em torno das conquistas de Abril sobre os salários, o salário mínimo nacional, os horários de trabalho e a conciliação entre o trabalho e a família, a Saúde, a Segurança Social e a Educação.
- Em **2014, na Semana da Igualdade (3 a 8 de Março)**, sob o lema “Emprego de Qualidade – Direitos – Igualdade”, com iniciativas diversas nos sectores e regiões, com incidência prioritária nos locais de trabalho e nas acções de rua, em torno da divulgação de direitos constitucionais na área da igualdade e dos direitos de parentalidade, incluídos também no folheto central.
- Em **2015, na Semana da Igualdade (2 a 8 de Março)**, sob o lema “Efectivar a Igualdade – Com Emprego de Qualidade”, com uma programação nacional, dos locais de trabalho à rua, desenvolveram-se acções em torno da defesa do emprego seguro e com direitos, o aumento geral dos salários e a igualdade salarial, a protecção social para todas as mulheres e homens desempregados, as 35 horas semanais sem redução salarial, a reposição da universalidade do abono de família e a contratação colectiva como fonte de

direitos e de progresso social. Foi ainda editado um folheto central e divulgado um estudo da CGTP-IN “*Uma em cada quatro mulheres está desempregada ou subocupada*”.

- Foram também assinalados, anualmente, o **Dia Nacional da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens** e o respectivo Dia Europeu, entre Fevereiro e Março, em datas diferentes, porque diferente e maior é a desigualdade salarial em Portugal comparativamente com a média dos países da União Europeia. Estas posições públicas da CIMH/CGTP-IN têm vindo a retratar, à luz da realidade portuguesa, as causas e responsáveis pelas discriminações existentes, bem como a divulgar e valorizar as reivindicações sindicais no âmbito dos salários e da contratação colectiva.
- Também tem sido assinalado, em 25 de Novembro de cada ano, o **Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres**, numa visão global, que integra não só a violência doméstica mas também outras formas de violência, como o assédio moral e sexual, a prostituição, o tráfico de seres humanos, entre outras.

No âmbito do **desenvolvimento de Projectos**, próprios e em parceria, destacaram-se os seguintes:

- No âmbito do POPH, o **projecto “Organizar e Efectivar os Direitos por uma Vida Melhor”**, que contou com a realização de 6 oficinas sobre Igualdade e Parentalidade e a participação de um total de 98 activistas sindicais (56 mulheres e 42 homens) e com 6 oficinas sectoriais (Banca, Alimentação e Hotelaria, Comércio, Indústrias Transformadoras, Transportes e Têxtil), abrangendo 204 representantes sindicais. Foi editada uma Brochura sobre o Estudo realizado e um Guia Orientador sobre organização do Tempo de Trabalho. O Seminário de encerramento do Projecto realizou-se em Abril de 2013, na CGTP-IN.
- No âmbito do POPH, a CIMH integrou o **Grupo de Trabalho Coordenador do Projecto sobre a “Criação de uma ferramenta informática para análise da realidade sócio-laboral de empresa, a partir dos Relatórios Únicos**.
- Ainda no âmbito do POPH, a CIMH promoveu a **Campanha “Romper com o Assédio – Emprego com Direitos”** (combate ao assédio/tortura psicológica no trabalho, direccionada para os locais de trabalho), que integrou três acções de sensibilização, em Lisboa, Coimbra e Porto, englobando mais de 60 activistas sindicais e editou três documentos sobre a temática: Folheto (dirigido às/aos trabalhadoras/es), Guia de Acção Sindical (para activistas sindicais) e Cartaz (para afixação nos locais de trabalho).
- No quadro das Pequenas Subvenções de Apoio às ONG (Organizações Não Governamentais), no âmbito da CIG, em 2015, a 3ª edição do Guia “**Direitos de Parentalidade – Conciliação do Trabalho com a família e a vida pessoal**”, dirigido a activistas sindicais e a trabalhadores/as.
- Em 2014, a CIMH/CGTP-IN integrou a **parceria do Projecto transnacional “Bridging the Gender Pay Gap” (Eliminação das desigualdades salariais entre mulheres e homens)**, que terminará em 2016, promovido pelo INEK-PEO (Chipre) e pelo INE-GSEE (Grécia), tendo como destinatários os trabalhadores e trabalhadoras da indústria hoteleira do Chipre. O Projecto prevê a publicação de diversos Relatórios e estudos sobre a temática em relação a cada um dos países e a divulgação de *newsletter* regulares que, depois de traduzidas, têm vindo a ser divulgadas através da página da CGTP-IN e de boletins informativos sindicais. O primeiro Seminário formativo deste Projecto, após o seu lançamento, em Atenas, em Setembro de 2014, realizou-se em Lisboa, na sede da CGTP-IN, entre 6 e 8 de Outubro de 2015, com a participação das equipas de trabalho das três centrais sindicais envolvidas e uma perita convidada, do Escritório da OIT em Lisboa.
- Neste quadriénio, desenvolveram-se **sinergias e parcerias pontuais em projectos de outras organizações**, como a Associação O Ninho (Projecto “Dar Voz ao Silêncio”, sobre

a prostituição), com a APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (Projecto Briseida sobre “Tráfico de Seres Humanos”), com uma equipa do ISEG (integração no Conselho Consultivo do projecto “Igualdade de Género nas empresas”), entre outras.

Ao nível da **formação sindical na área da Igualdade**, no desenvolvimento do trabalho conjugado com o IBJC e o Departamento de Formação Sindical da CGTP-IN, ao longo do mandato, realizaram-se 2 acções de formação de professores/as, em 2012, em Coimbra e em Viseu, e em 2014, mais 2 acções, no mesmo sector, abrangendo 34 quadros sindicais (24 mulheres e 10 homens).

Em 2015, em cooperação com o Departamento de Formação Sindical e com o ETUI (Instituto Sindical Europeu), realizou-se um **Seminário formativo sobre “Assédio moral: identificação, ferramentas e práticas sindicais”**, com a participação de cerca de 30 activistas de diversas organizações sindicais europeias.

A CIMH/CGTP-IN participou regularmente nas **reuniões da comissão tripartida da CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego**, que se têm vindo a realizar em número crescente como reflexo do aumento de recusas patronais na atribuição de horários flexíveis, de despedimentos individuais e colectivos envolvendo grávidas, puérperas e lactantes, bem como de trabalhadores no gozo de licença parental e de diversos conflitos nos locais de trabalho. Foram 24 reuniões em 2012, 25 em 2013, 26 em 2014 e 27 reuniões em 2015, ultrapassando-se a média de duas reuniões mensais, sendo reconhecido o papel interventivo e responsável da CGTP-IN na discussão e conclusão de cada um dos processos que são sujeitos a apreciação e votação das partes representadas na CITE (confederações sindicais, confederações patronais e representantes de Ministérios). Para além destas reuniões normais, verificou-se a participação em diversas reuniões específicas, no âmbito da CITE: do Grupo de Trabalho sobre Assédio Moral e Sexual nos Locais de Trabalho, da Comissão de Acompanhamento do Júri do prémio “Igualdade é Qualidade” (PIQ); do Grupo de Trabalho sobre a Apreciação da legalidade de Cláusulas dos IRCT publicados em matéria de Igualdade e Direitos de Parentalidade; do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social das empresas (RSO) e em 2015, nas três reuniões sobre a Campanha entre a CITE e a ACT sobre a “Igualdade de Género no Trabalho”, nas vertentes da Igualdade entre Mulheres e Homens, do Assédio Moral e Sexual e dos Direitos de Parentalidade.

Também se verificou a participação regular da CIMH/CGTP-IN nas reuniões do **Conselho Consultivo da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, em média, 4 a 5 reuniões anuais, em torno do acompanhamento dos Planos Nacionais de Igualdade, nas suas diversas vertentes.

A CGTP-IN, através da CIMH, participou anualmente, em Outubro, nas reuniões do **Comité de Mulheres da CES – Confederação Europeia de Sindicatos**, com intervenção e divulgação do trabalho realizado em Portugal nesta área sindical específica, enquadrada na acção geral da CGTP-IN.

De entre as **participações exteriores da CIMH/CGTP-IN**, com intervenções públicas, no presente mandato, destacam-se as seguintes, em 2012:

- Conferência do Instituto Europeu para a Igualdade – EIGE;
- Reunião do Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), sobre *Igualdade de Género*;
- Audição na Subcomissão de Igualdade, da Assembleia da República, sobre *Igualdade e Emprego*;
- Conferência Internacional sobre *Igualdade*, promovida pela CITE;



- Conferência tripartida sobre *Desigualdades Salariais entre Mulheres e Homens na UE*, no Chipre;
- Colóquio sobre *Trabalho Sexual*, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Em 2013:

- Seminário *Falar claramente sobre Violência de Género*, da Associação O Ninho;
- Audição do GUE/NGL – Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica, no Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa, sobre *Mulheres portadoras de deficiência*;
- Sessão sobre *Assédio no local de trabalho: conhecer, prevenir, combater*, da CITE;
- Colóquio sobre *Demografia, Natalidade e Repovoamento de Lisboa* – painel sobre *Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal*, da Assembleia Municipal de Lisboa;
- Debate sobre *O papel das organizações de mulheres face às políticas de austeridade*, do MDM – Movimento Democrático de Mulheres;
- Seminário de encerramento do projecto sobre *Tráfico de Seres Humanos – Romper silêncios – propor caminhos*, do MDM;
- Audição do GUE/NGL, no Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa, sobre *Trabalho Doméstico*.

Em 2014:

- Seminário internacional *Eles e elas no emprego e no trabalho – questões de justiça e de saúde*, da FPCEUP (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto) em cooperação com o ETUI.
- Audições da Subcomissão de Igualdade, da AR, sobre *Igualdade de Género em tempos de crise* e sobre *Aprofundar a protecção das crianças, das famílias e promover a natalidade*.

Em 2015:

- Conferência *Igualdade e Cidadania*, promovida pela Subcomissão de Igualdade, da Assembleia da República;
- Conferência Internacional *Mulheres, Saúde e trabalho*, organizada pelo ETUI/CES, em Bruxelas;
- Seminário sobre a *Convenção de Istambul e a prevenção e combate ao assédio sexual*, da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta;
- Debate sobre os *40 anos do Ano Internacional da Mulher*, do MDM;
- Sessão sobre *Revalorizar o Trabalho para promover a Igualdade: uma prática no sector da restauração e bebidas em Portugal*, no Escritório da OIT, em Berlim;
- Seminário internacional *Empoderamento das mulheres nos Sindicatos da CPLP – (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) – experiências por país*, em Cabo Verde.

### **7.4.3. Inter-Reformados/CGTP-IN**

Nos últimos anos, as políticas de exploração e empobrecimento e as tentativas de desmantelamento dos serviços públicos que corporizam as funções sociais do Estado, praticadas pelo governo do PSD/CDS, favoreceram os grandes grupos económicos,

prejudicando os trabalhadores, os reformados, aposentados e pensionistas e a população portuguesa menos favorecida, em geral.

**Entre 2010 e 2015**, as pensões foram congeladas, com excepção, apenas, das pensões de valor inferior a 262€, que abrangem cerca de 400 mil pensionistas da Segurança Social e da CGA, num total de 3.500.000 pensionistas. Cerca de 3.100.000 reformados e aposentados (88,6% do total) têm as suas pensões congeladas desde 2010, o que representou um corte nos seus rendimentos, estimado pelo próprio governo, em 3.140 milhões €. Para além disso, uma parte importante deles ainda teve de pagar a chamada Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que representou um corte nos seus rendimentos estimado em 842 milhões € e sofreu o confisco do subsídio de férias e de Natal em 2012, que representou outro corte de 1.200 milhões € nos seus rendimentos. Os reformados e pensionistas foram esbulhados em mais de 5 mil milhões de euros. Entre Dez. 2010 e Dez. 2014, o número de idosos a receber um complemento solidário de idoso diminuiu em 63.505.

Na sequência das orientações aprovadas na 7ª Conferência, e sobre a necessidade de organização dos reformados e aposentados, realizaram-se reuniões com Uniões e Federações de Sindicatos com vista à criação de comissões de reformados. Foi editado um cartazete dirigido aos trabalhadores reformados e aos que se irão reformar, apelando à sua manutenção dentro dos respectivos sindicatos e organizados em comissões. Desse trabalho, resultou a criação das comissões distritais de Leiria e do Algarve. De registar também a formação da Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, do Departamento de Aposentados da FENPROF e da Comissão de Reformados do SINTAB. Dinamizou-se, igualmente, a Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria do Sul. Foi criada, uma delegação em Braga, da Comissão de Reformados do SITE Norte e o núcleo da Comissão de Reformados – Inter-Reformados/CGTP-IN do distrito de Évora, na União de Sindicatos.

A IR/CGTP-IN tem procurado sensibilizar as estruturas do MSU para a importância da organização dos trabalhadores reformados que, voluntariamente, contribuem para o trabalho sindical. Os reformados têm dado grande contributo para todas as lutas da CGTP-IN com a sua presença e também na preparação e mobilização das acções de luta.

**Em 2012**, a IR/CGTP-IN participou: em campanhas cívicas, como a da luta dos reformados dos lanifícios pela manutenção dos medicamentos gratuitos na reforma, conforme acordado, após terem descontado 1% dos seus salários durante a vida activa; em colóquios e debates no âmbito do *“Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade Intergeracional”*; com realização de diversas tribunas públicas subordinadas a temas como a acção social, transportes e saúde; na concentração *“Os reformados não querem ser os bombos da festa”*, frente à Assembleia da República, com entrega de petição ao primeiro-ministro e grupos parlamentares sobre a reposição do direito a melhores pensões e melhor saúde.

Em 27 de Dezembro, realizou-se o 7º Encontro Distrital da IR de Setúbal, com eleição de nova Direcção.

**Em 2013**, realizou-se a 7ª Conferência da IR/CGTP-IN, tendo a IR/CGTP-IN participado: no 11º Congresso da FESETE e no 1º Encontro de Aposentados da Administração Pública; na audição parlamentar sobre violência sobre idosos; na encenação de um tribunal popular de reformados para condenar o governo pelas políticas desenvolvidas contra a população; em reuniões da Associação de Inquilinos Lisbonenses, exigindo a revogação da Lei do Arrendamento Urbano.

**Em 2014**, a IR/CGTP-IN participou: no canto das *“Janeiras de Protesto”* junto da residência oficial do primeiro-ministro; na concentração frente ao Centro Nacional de Pensões e Caixa Geral de Aposentações *“Contra os roubos nas pensões de reforma, contra o empobrecimento – Demissão do governo – Eleições antecipadas”*; na audição na Comissão

Parlamentar de Segurança Social e Trabalho sobre a integração no Conselho Económico e Social de representantes dos pensionistas; no congresso de fundação da UIS da FSM de Pensionistas e Jubilados, em Barcelona; na acção pública enquadrada no “Ano Europeu da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar”, sob o lema “Direito a trabalhar com vida pessoal e familiar”.

**Em 2015**, a IR/CGTP-IN participou no encontro/debate “*Afirmar e valorizar o trabalho e os direitos constitucionais, defender e reforçar as funções sociais do Estado*”, promovido pela CGTP-IN; no almoço comemorativo do 25 de Abril, organizado pela IR Lisboa; num Encontro Sindical entre CGTP-IN e DGB; no Piquenício do MURPI, em Benavente; na 13ª Convenção do Partido Ecologista Os Verdes na Conferência “*Envelhecimento Ativo e Intergeneracionalidade nos Jogos Tradicionais*”, a convite da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; no 7º Encontro da IR/Lisboa, no auditório do STAL em Lisboa.

Em 14 de Julho, no âmbito do seu 25º aniversário, a IR/CGTP-IN promoveu um debate sobre a organização de reformados/aposentados com o lema “*ORGANIZAÇÃO, ACÇÃO E LUTA PARA CUMPRIR ABRIL*”, que reuniu 20 organizações do MSU, 3 Direcções Distritais da IR e 1 Comissão Distrital de Reformados do Algarve, verificando-se a presença efectiva de 81 elementos, 54 homens e 27 mulheres, 24 dos quais da Direcção Nacional da Inter-Reformados Nacional.

A IR/CGTP-IN participou, ainda:

- 17 de Setembro - Dia de luta e convívio “25º Aniversário da Inter-Reformados”, em Covilhã, promovido pela Direcção Distrital de Inter-Reformados de Castelo Branco, com a presença de 150 reformados e convidados num debate sobre “Segurança Social”;
- 4 de Novembro - Encontro “Sobre a Organização”, levado a efeito pela Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria Sul;
- 17 de Novembro - 25º Aniversário da Inter-Reformados/CGTP-IN, na Casa do Alentejo em Lisboa com intervenções de Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP-IN, coordenadores de Sindicatos e USL e Comissões de reformados da I.R. -Almoço e animação cultural;
- 21 de Novembro - Comemoração do 25º Aniversário da IR, promovido pela Comissão de Reformados do SITE-NORTE, na Casa Sindical do Porto, com animação cultural de reformados do Sindicato, tendo como convidados a União de Freguesias do Centro Histórico do Porto;
- 24 de Novembro - Iniciativa para comemorar o 25º Aniversário da IR e apresentar a composição do Núcleo dessa organização intermédia da CGTP-IN para os Reformados e Aposentados, no Distrito de Évora, com almoço convívio e animação cultural.

A Folha Informativa da IR/CGTP-IN foi publicada, ao longo do mandato, com a periodicidade prevista, tendo sido objecto de divulgação pelas Uniões, Federações e Sindicatos, além da sua divulgação pelas Comissões e Departamentos de Reformados e Aposentados.

No mandato, a Inter-Reformados/CGTP-IN (IR/CGTP-IN) participou no Congresso e Comissão Executiva da FERPA (Federação Europeia de Reformados e Pessoas Idosas) e também no Congresso das Comisiones Obreras (CC.OO.) de Espanha.

A IR/CGTP-IN reuniu todos os seus órgãos regularmente, com grande participação dos seus membros.

## 7.5. A Gestão Financeira e os Contratos-Programa

A situação económica, ao nível central, pautou-se pela contenção dos gastos, sem afectar a actividade sindical, tendo sido uma preocupação permanente, ao longo do mandato, garantir, no mínimo, o seu equilíbrio com o volume de rendimentos auferidos. Para este objectivo, contribuiu, dentro das limitações provenientes do contexto em que vivemos, o rigor implementado no controlo da quotização recebida e a receber.

A quotização recebida em 2011 atingiu 2.426.841 euros, prevendo-se que, em 2015, se venha a cifrar em 1.845.313 euros, o que representa um decréscimo, neste período, de cerca de 24 %.

A partir do exercício económico de 2012, a CGTP-IN foi obrigada, pela primeira vez, a dispor de contabilidade organizada para a totalidade da sua actividade.

Assim, para que as quantias relatadas sejam comparáveis, os dados que se seguem são apresentados com os valores registados em 2012 - primeiro ano do mandato e em que foi aplicada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março - e, não incluindo, por esse motivo, o ano de 2011.

Em 2012, os rendimentos provenientes de quotização totalizavam 2.142.593 euros, representando cerca de 63% dos rendimentos totais. Em 2014, esta tipologia de rendimentos totalizou 1.952.424 euros, representando cerca de 56% dos rendimentos totais.

No que se refere aos gastos, já em anos transactos, a Central havia instituído uma política de contenção e racionalização de despesas, que foi reavaliada e fortemente reforçada pelo órgão de gestão no actual mandato, dando lugar à definição de um plano ambicioso, com indicadores, objectivos concretos e medidas precisas. Foi neste contexto que se assistiu a uma redução de gastos em diversas rubricas.

No ano de 2012, as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes) totalizaram 2.663.299 euros. Em 2014, os mesmos gastos totalizaram 2.553.343 euros.

É ainda de salientar que a verba destinada às Uniões Distritais tem sofrido um decréscimo crescente ao longo dos últimos anos. Em 2012, foram registados gastos no montante de 588.000 euros, em 2014 de 514.392 euros, estando, para 2015, orçamentados 475.548 euros, o que equivale a um decréscimo, nesta tipologia de despesas, de cerca de 19 %, entre os anos de 2012 e 2015.

Quanto à posição financeira da Central, da análise comparativa das principais rubricas dos balanços de 2012 e 2014, são de realçar os seguintes aspectos:

- O total do Activo era de 7.919.510 euros em 2012, sendo de 11.073.116 euros no final de 2014;
- Os Fundos Patrimoniais aumentaram, no mesmo período, cerca de 4.768.401 euros, apresentando-se, em 2012, com 4.189.060 euros, e, em 2014, com 8.957.461 euros;
- O Passivo, por seu lado, registou, no mesmo período, uma diminuição de 1.614.794 euros, passando de 3.730.450 euros, em 2012, para 2.115.656 euros, em 2014. Esta componente representava, em 2012, cerca de 47% do Activo, enquanto no final de 2014 esta relação se situou nos 19%.

Alerta-se, em termos de análise dos comparativos entre as rubricas dos diferentes anos em apreço que os prédios (terrenos e edifícios) foram reavaliados, em 2013, por uma entidade externa, de que resultou a contabilização de um excedente de revalorização de 4.626.130 euros e de perdas por imparidade em activos fixos tangíveis (gastos do exercício) de 38.629 euros.

Relativamente ao **Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação** - constituído em Julho de 2000, e que, em termos regulamentares, pode ser utilizado pelas estruturas sindicais filiadas no caso de insuficiência económica e no âmbito de processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira – prevê-se que se registem em entradas, desde a sua criação até final de Dezembro de 2015, cerca de 968.230 euros.

No âmbito do respectivo regulamento, foram assinados vários protocolos, que se traduziram em transferências a fundo perdido, nomeadamente participações para processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira e aquisição de instalações para instalação de casas sindicais. Prevê-se que o saldo do Fundo, em 31 de Dezembro de 2015, venha a ser de 45.786 euros.

Relativamente aos **Contratos-Programa**, foram celebrados 28 contratos, referentes a 22 sindicatos. Estando consagrados nos Estatutos da CGTP-IN desde o seu 8º Congresso, continuam a revelar-se uma medida transparente e responsabilizadora dos sindicatos, relativamente à definição e concretização de objectivos de reforço da acção reivindicativa, da sindicalização, da organização de base e da reestruturação, bem como do dever de quotização.

Neste âmbito, salienta-se que a discussão dos contratos-programa e dos compromissos neles assumidos determinou o aumento do número de sindicatos a estabelecer metas concretas quanto à sindicalização, eleição de delegados sindicais e de representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho, bem como medidas de contenção de despesas e de reestruturação sindical, administrativa e financeira e, ainda, do número de sindicatos que registaram evolução da sua situação, em ordem à regularização da quotização perante a CGTP-IN e as estruturas intermédias.

## **8. A FORMAÇÃO SINDICAL**

### **8.1. Apoio à Estrutura**

Os últimos quatro anos foram marcados por inúmeros acontecimentos: sociais, políticos, económicos e financeiros. Estes acontecimentos desencadearam a luta dos trabalhadores contra a brutal ofensiva de que foram alvo de forma constante.

Essas lutas condicionaram a execução de acções de formação. Os créditos de horas para trabalho sindical foram quase sempre utilizados na preparação de acções e intervenções directas nos locais de trabalho, limitando a participação em cursos de formação. Ainda assim, e tendo presente o contexto acima referido, foram realizadas muitas acções, organizadas e realizadas directamente pelos Sindicatos, Federações e Uniões Sindicais, que reforçaram a importância da formação sindical para a capacitação dos quadros, na sua intervenção nos locais de trabalho, munindo-os de conhecimentos para poderem dar respostas adequadas aos problemas dos trabalhadores e para desenvolverem formação aos vários níveis.

A CGTP-IN, através do Departamento de Formação Sindical, apoiou a estrutura, aos vários níveis, quer colaborando nas acções promovidas pelos sindicatos quer organizando outras acções.

No mandato, registamos variadas actividades, quer de acção directa, quer em colaboração com outros departamentos ou organizações.

O Departamento reuniu-se 41 vezes, entre 15 de Março de 2012 e 30 de Novembro de 2015. Devido a várias dificuldades e vicissitudes, não foi criada a Comissão Específica de Formação Sindical (CEFS), lacuna que deve ser resolvida imediatamente após o XIII Congresso.

Foram realizadas reuniões com as Uniões dos Sindicatos de Braga, Viseu, Leiria, Porto, Vila Real, Aveiro, Bragança, Coimbra, Leiria e Viana do Castelo.

Durante os quatro anos em que decorreu o mandato, o Departamento de formação:

Realizou uma acção de formação com a União de Évora, por sua solicitação;

Em colaboração com a FENPROF, através da CIMH, realizou quatro cursos de formação de professores – Coimbra, Aveiro, Almada e Viseu;

Colaborou na dinamização de uma acção de formação, organizada pela FECTRANS (na STCP) e em várias acções organizadas pela FIEQUIMETAL;

Por solicitação do STFP SA – Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, realizou uma acção de formação pedagógica de formadores sindicais (35 horas).

Em representação da CGTP-IN, participou numa acção de formação da ASPP.

Realizou ainda:

Uma Acção no Sindicato dos Professores da Zona Sul, com um total de 21 participantes (10 homens e 11 mulheres);

Duas Acções no Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, com um total de 24 participantes (16 homens e 8 mulheres);

Uma Acção no Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, com um total de 15 participantes (todos eles, homens);

Uma acção no Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, com um total de 14 participantes (9 homens e 5 mulheres).

## **8.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação**

No início do mandato, foi realizada uma Reunião do Departamento de Formação Sindical com os responsáveis ou representantes de outros Departamentos, com o objectivo de se fazer um balanço/avaliação do trabalho realizado no mandato anterior, com vista a recolher e acolher propostas de actividades futuras.

Foi realizada uma análise dos conteúdos formativos, tendo em vista a sua actualização. Para este efeito, constituiu-se um grupo de trabalho com um duplo objectivo: actualizar os conteúdos da oferta formativa relativa a “Planificação Individual e Colectiva” e, conseqüentemente, testar a respectiva acção de formação. Foi também solicitado aos departamentos que se dedicaram à produção de materiais desta índole que os indicassem ao departamento de formação.

Em 2013 e 2014, procedeu-se a um levantamento de necessidades de formação junto das Uniões, Federações e Sindicatos Nacionais, tendo em vista a actualização da bolsa de formadores, bem como a dinamização da actividade formativa. Paralelamente ao recurso a inquérito para a realização deste diagnóstico, realizaram-se reuniões com a estrutura. Quer

num ano, quer no outro, as respostas ao inquérito utilizado para a realização do diagnóstico foram muito reduzidas.

### 8.3. Formação Pedagógica de Formadores

Em colaboração com o IBJC, foi realizado um curso certificado de formação pedagógica inicial de formadores, destinado a dirigentes sindicais da Fiequimetal e outros sectores (entre 9 de Março e 27 de Junho de 2012).

Realizou-se mais outro Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, que teve o seu início em 2014 e a sua conclusão no primeiro trimestre de 2015, reforçando com mais 10 elementos a respectiva “bolsa” de formadores.

Realizou-se, também, um curso de Reciclagem e Actualização de Formadores, em 2015.

### 8.4. Actividade de projectos e cooperação interna, nacional e internacional

No que diz respeito ao desenvolvimento de projectos e à colaboração com outras entidades e departamentos da CGTP-IN, salienta-se:

- **Projecto Organizar e Efectivar os Direitos para uma Vida Melhor**, promovido pela CIMH. Este projecto terminou em 2012 e teve as seguintes etapas de desenvolvimento:

- 6 Oficinas sobre Igualdade e Parentalidade; 6 grupos de reflexão de apresentação do estudo sobre o impacto da organização do tempo de trabalho na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e os efeitos na saúde dos/as trabalhadores/as, abrangendo os sectores envolvidos no projecto, edição de uma brochura do estudo; um Guia orientador sobre organização do tempo de trabalho.

- **“Social security in Europe: the national legislation and the application of European Council Regulations”**, de iniciativa da OPZZ (Polónia). Contou com a participação de 4 formandos (indicados pela CGTP-IN), numa acção de formação para formadores das iniciativas pedagógicas desenvolvidas (três formandos e um formador), em Varsóvia.

No âmbito deste projecto, realizámos um Seminário Nacional, no Porto, e editámos uma brochura com o estudo comparativo entre os sistemas de segurança social de três países (Polónia, Portugal e Bulgária). A Conferência final do projecto decorreu em Lisboa, em Novembro de 2012.

- **“Catalizatori pentru formare Profesionala”**, constituído por uma parceria transnacional que agregou três países: Roménia (BNS), Alemanha (ISOB, KOMPERA e IG BCE) e Portugal (CGTP-IN, UGT e ISCTE), terminou em Agosto de 2013. O departamento esteve presente numa reunião de parceria e em duas conferências de disseminação. Da actividade desenvolvida, destacou-se a participação do departamento em 2 acções de formação, na organização de uma visita de estudo e na elaboração de um guia de boas práticas.

- **“ Bridging the Gender Pay Gap ”** (Eliminação do gap salarial entre mulheres e homens), colaboração no apoio técnico ao Projecto, promovido pelo Chipre (INEK-PEO), em parceria com a Grécia e Portugal, através da CIMH/CGTP-IN, iniciado em Setembro de 2014.

- **POPH (EIXO 10 – Assistência Técnica)**. Neste âmbito, o departamento de Formação Sindical teve uma acção directa no desenvolvimento de projectos:

- Através da participação em equipas técnicas, com vista ao desenvolvimento de uma **plataforma informática que permitisse a utilização do Relatório Único na actividade sindical**, assim como na actualização de malas pedagógicas. Este projecto terminou em Junho de 2014;
- Em colaboração com a CIMH/CGTP-IN, teve uma acção directa na elaboração de **materiais pedagógicos e acções de sensibilização sobre assédio moral** (3 acções, com um total de 63 formandos, de entre os quais, 11 homens e 62 mulheres).

- **EURÍDICE - Prevenção e Intervenção nas Dependências em Meio Laboral**, colaboração no apoio técnico e na participação de grupos de trabalho sobre consumo de substâncias em meio laboral (organizados pelo SICAD), com o Departamento de Políticas Sociais.

#### **Ainda no âmbito da colaboração com outros departamentos e organizações, regista-se:**

- Apoio técnico na construção de conteúdos e na manutenção e actualização regular do sítio Igualdade, na página web da CGTP-IN;
- Reuniões com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, para desenvolvimento de materiais pedagógicos e preparação de uma oferta formativa nesta área;
- Uma **Acção de sensibilização sobre assédio moral**, em colaboração com a CIMH, no Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, com um total de 20 participantes, de entre os quais, 10 mulheres;
- Apoio técnico na elaboração de várias candidaturas ao Programa POISE, no âmbito do Portugal 2020.

#### **IBJC**

Realizaram-se, em colaboração com o IBJC, acções de formação com a FECTRANS, STML, União dos Sindicatos de Leiria e União dos Sindicatos de Évora, no ano de 2013 e com o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes e a Fiequimetal, em 2014.

#### **NOVINTER**

No âmbito da cooperação com o Inovinter iniciou-se um trabalho de parceria, em articulação com o ETUI, com o objectivo de testar uma nova oferta formativa sobre o trabalho em projectos. Ainda no âmbito desta cooperação, realizaram-se duas acções de formação de âmbito europeu. Foi ainda divulgado, junto do MSU, um questionário do NOVINTER sobre necessidades formativas.

#### **CIF/OIT**

Integrado num programa de formação sindical Inter-regional sobre segurança social, a CGTP-IN, em colaboração com o Inovinter, organizou uma semana de formação, tendo como destinatários, 14 sindicalistas da CPLP.

#### **ETUI**

No plano de cooperação com o ETUI (Instituto Sindical Europeu), a participação da CGTP-IN ao longo dos quatro anos materializou-se nas seguintes acções:



- Co-organização dos cursos “Mobilidade/migração no mercado de trabalho europeu”, realizado em Sesimbra (participação de 1 formador e 4 formandos);
- Divulgação das ofertas formativas anuais do ETUI pelo MSU;
- Participação na Conferência Europeia sobre Formação Sindical, Zagreb (2012);
- Participação no Seminário “Gestão de Projectos Europeus e Linhas de Financiamento para a Formação e outras actividades Sindicais” e nos cursos “Formação de formadores para trabalho em projectos” (para, posteriormente, haver um efeito multiplicador do mesmo) e “Como comunicar efectivamente nos dias de hoje” (co-organizado pela OIT-ACTRAV);
- Elaboração, em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, de uma proposta de formação a integrar a oferta formativa do ETUI (2013);
- Co-organização, com o Inovinter, e com a participação de um formador e 4 formandos do curso “Eficiência de Recursos: como promover um desenvolvimento sustentável”, realizado em Portugal;
- Participação na Conferência Europeia sobre Formação Sindical, Madrid (2013);
- Participação num Seminário “Gestão de Projectos Europeus e Linhas de Financiamento para a Formação e outras actividades Sindicais” e num curso de “Formação de Euroformadores”;
- Elaboração da candidatura que integrou a oferta formativa do ETUI, em 2014;
- Acção de formação, em parceria com o ETUI e o STTK (Central Sindical Finlandesa), com a participação de um formador e quatro formandos;
- Contributo nos processos de tradução e revisão do manual “Trabalho em Projectos”;
- Reunião com o director do ETUI (Instituto Sindical Europeu), na CGTP-IN, tendo em vista o reforço da cooperação;
- Realização de três acções, em colaboração com o STEC e a FIEQUIMETAL, sobre “Austeridade, Direitos e Democracia”, com o apoio do ETUI;
- Participação no Dia da Formação e na Conferência Anual de Formação do ETUI, Sofia - 2014;
- Elaboração de duas candidaturas a integrar a oferta formativa do ETUI: uma sobre a temática do Assédio Moral, que integrou a oferta formativa de 2015; outra sobre Contratação Colectiva, que integrará a oferta de 2016, cuja acção se realizará em Itália;
- Participação no curso “ Diálogo Social e Contratação Colectiva, alterações ao código de trabalho e direitos fundamentais”, resultante de uma colaboração entre o ETUI e a ACTRAV-ILO, Turim – 2015;
- Participação na Conferência Europeia sobre Formação Sindical, Berlim – 2015;
- Co-organização, com a participação de um formador e 4 formandos no curso “ Assédio Moral: Identificação, ferramentas e práticas sindicais”.

## **9. INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS**

A comunicação sindical é cada vez mais um instrumento indispensável da organização, da unidade, da luta pela dignificação dos trabalhadores, quer seja dirigida para a faixa de dirigentes, delegados e activistas sindicais (interior da organização) quer seja dirigida a um universo maior, trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados e, população em geral (exterior da organização), com âmbitos diversos nacionais, sectoriais ou regionais.

Durante este mandato a Área da Informação, Propaganda Sindical e Comunicação Social procurou adaptar-se a uma nova realidade - mudança de conselheiros membros da direcção da CGTP-IN, nomeadamente, a de Secretário-geral, bem como, às dificuldades financeiras sentidas nas nossas organizações sindicais que, em certa medida, influenciariam o planeamento e as metodologias de trabalho tradicionalmente adoptadas.

Foram identificados desafios e delineados objectivos capazes de reforçar a mobilização e o envolvimento dos trabalhadores e da população em geral: Mais informação e Mais difusão com Menos reprodutibilidade.

Difundir com maior nitidez e regularidade a actividade sindical; – Combater os bloqueios e distorções da mensagem; – Criar as nossas principais fontes de comunicação; – Aproximar mais a Central e o movimento sindical unitário dos trabalhadores e da sociedade.

O contexto político, económico e social, agravado pela política de direita conduzida pelo Governo PSD/CDS continuou a ser dramático para a maior parte dos trabalhadores e suas famílias. E a nossa comunicação acentuou esforços em esclarecer mais e melhor, sobre as propostas e alternativas que apresentamos (referências muito concretas ao aumento geral dos salários e do SMN), a desmontar a campanha ideológica e a preparar a resistência e a luta contra as propostas do Governo e do patronato que aprofundaram a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores e da população.

### **9.1. Informação e Propaganda Sindical**

A primeira tarefa foi avaliar a situação de partida e perspectivar as necessidades e prioridades que a acção sindical iria colocar na fase de resistência e de aguda luta de massas que se perspectivava ir viver.

Nesta linha feita a avaliação teve-se como primeira tarefa abrir e ligar a informação e propaganda sindical à estrutura sindical, através da criação de grupos de trabalho e de reuniões e debates especializados, formação e cooperação;

A segunda foi criar canais de comunicação eficazes inter-estrutura sindical através dos quais passou a fluir a informação da central para estrutura e desta para a central e para a sociedade;

A terceira linha foi criar rotinas e dispor dos meios técnicos de domínio e conhecimentos para concretizar as decisões aos vários níveis de modo a agir de forma orquestrada, com mensagens adaptadas aos vários níveis;

A quarta linha superar a entropia e os receios em usar massivamente as tecnologias de informação como suporte de divulgação da informação e propaganda sindical aos destinatários finais, trabalhadores e população.

De acordo com estas prioridades executivas superou-se rapidamente o isolamento do DIP e passou a ter-se acesso directo, em tempo real, à informação e propaganda emitida pelas organizações da CGTP-IN. Criaram-se assim as condições necessárias para transformar o Sítio da CGTP, em espaço que reflecte e divulga a vida e as lutas dos trabalhadores e passou-se paulatinamente a usar as redes sociais para divulgar a informação e propaganda e dar combate às posições patronais e governamentais.

Estes resultados impulsionaram novas necessidades, obrigando ao repensar da Página da CGTP-IN e à compreensão de que era útil ter páginas nas diversas organizações, simples e articuladas com a da CGTP-IN, preferencialmente com *layout* e apoio técnico comum e com custos reduzidos.

A CGTP-IN passou progressivamente a estar nas redes sociais, e à excepção de situações pontuais sempre com elevada adesão positiva.

Assistiu-se a um reactivar significativo da edição de propaganda por muitos sindicatos e federações sobre os problemas e lutas específicas dos sectores e paralelamente foi feito um enorme esforço de sensibilização para uso dos placares sindicais nos locais de trabalho para fazer chegar informação aos trabalhadores e afirmar aí a presença do “sindicato”.

O DIP produziu a informação e propaganda própria da CGTP-IN, que foi muita, e fê-la chegar à estrutura e apoiou às organizações na produção e divulgação da sua própria informação.

- Produziram-se **52 Manifestos / Tarjetas**, com edição de 335 300 exemplares (total referente a lutas e reivindicações gerais), incluindo 34.500 exemplares distribuídos pela Interjovem;
- Produziram-se **24 Cartazes**, com edição de 78.500 exemplares (total referente a lutas e reivindicações gerais), incluindo 5.100 exemplares distribuídos pela Interjovem;
- Produziram-se **15 Cartazes**, com edição de 79.200 exemplares (total referente a lutas e reivindicações gerais), incluindo 2.150 exemplares distribuídos pela Interjovem e, também, 1.500 exemplares distribuídos pela Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens;
- Produziram-se **5 Folhetos**, com edição de 207.350 exemplares (total referente a lutas e reivindicações gerais), incluindo 78.000 exemplares distribuídos pela Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens;
- Produziram-se **9 Autocolantes**, com edição de 134.000 exemplares (total referente a lutas e reivindicações gerais), incluindo 14.500 exemplares distribuídos pela Interjovem.

### **Formação especializada para dirigentes, delegados e activistas sindicais:**

O desenvolvimento de conteúdos e materiais de informação e propaganda sindical, atingiram um volume deveras significativo. Tivemos um mandato muito intenso, organizaram-se acções de luta memoráveis, tais como as Greves Gerais de 22 de Março e 14 de Novembro de 2012 e, 27 de Junho de 2013; a Marcha contra o Desemprego que percorreu o país de norte a sul; a Manifestação de 29 de Setembro de 2012 que encheu o Terreiro do Paço; as Marchas por Abril – na ponte 25 de Abril, em Lisboa, e, Ponte do Infante, no Porto; os quarenta anos do 25 de Abril de 1974 e, também, do primeiro, 1º de Maio em liberdade, foram referência constante nos materiais produzidos e tiveram forte influência estratégica na construção da mensagem “Valores e Direitos de Abril no futuro de Portugal”. Doravante é sob este conceito de afirmação dos valores de Abril que surgem os lemas “Contra a exploração e o empobrecimento” e “Lutar para mudar de política e de Governo”.

A promoção, divulgação de lutas e acções de rua, encontros, debates, marchas, comemorações, petições e tribunas públicas, o apoio e esclarecimento de dirigentes, delegados, activistas sindicais, trabalhadores, em particular, e, população, em geral, passou pela:

- Concepção, execução, reprodução e distribuição de materiais de propaganda, nomeadamente cartazes, cartazes, tarjetas, autocolantes, pendões e faixas – para as diferentes frentes de acção e organizações específicas (Geral, Interjovem, Inter-reformados e CIMH).
- Produção de 25 Tempos de Antena de Televisão (*segundo estimativa da GFK, a*

*audiência média de cada Tempo de Antena situa-se entre os 700.000 e os 800.000 mil telespectadores), sendo que um deles, em 2012, foi respeitante aos habituais 10 minutos cedidos pela RTP, no âmbito das comemorações do 1º de Maio (nos anos seguintes, o Departamento de Programas Institucionais da RTP, já com nova direcção, anulou, com base na ausência de enquadramento jurídico, essa cedência que foi resultado de uma solicitação conjunta da CGTP-IN com a UGT para tal efeito, realizada há mais de 25 anos), e, ainda, a produção de 20 Tempos de Antena de Rádio.*

Relativamente à preparação e estruturação de novos projectos, bem como a implementação de novas ferramentas de trabalho:

- Criou-se uma linha de recepção e gestão de informação (através do e-mail [informacao@cgtp.pt](mailto:informacao@cgtp.pt)), para melhor articulação e conhecimento da actividade sindical nacional e o posterior tratamento informativo.
- Formaram-se grupos de trabalho especializados para a reflexão e debate de questões relacionadas com a IPS, designadamente a comunicação escrita e oral e a comunicação digital, cujos membros foram os dirigentes com responsabilidade nessas áreas de trabalho.

Realizou-se um Encontro Nacional sobre Informação e Propaganda Sindical onde foram apresentadas reflexões sobre a comunicação sindical escrita, oral e audiovisual, bem como as novas tecnologias de informação e comunicação, com particular destaque à comunicação digital e a utilidade e eficácia das bases de dados.

Concebeu-se a “Nota Informativa”, um boletim digital com periodicidade semanal, cujo objectivo visou informar todo o MSU da acção desenvolvida pela Central e pelo MSU.

Preparou-se e realizou-se, em cooperação com IBJC, formação para quadros sindicais e trabalhadores sindicais sobre informação e propaganda escrita e oral (25horas), e sobre comunicação digital (25horas) em Lisboa e no Porto. Participaram nesta formação 42 formandos e o trabalho desenvolvido resultou na construção das páginas de internet, em plataforma *wordpress*, da União de Sindicatos de Santarém, Évora, Coimbra e Bragança, dos sindicatos SINTAB; Hotelaria, Restauração, Turismo e Similares do Sul; SITE Centro Norte e SITE Sul. Posteriormente a FEVICOM e a FESAHT também recorreram a este plano formativo.

Concluiu-se a renovação do sítio da CGTP-IN. (actualização da plataforma Joomla 1.5 para 2.5) implicou adaptação técnica do sítio institucional para uma visualização uniformizada em *Tablet e Smartphone*.

Criou-se um espaço dedicado à acção sindical do MSU, intitulado “Acção e Luta” cuja função de dinamizar e disseminar a actividade e a intervenção sindical do MSU foi muito bem acolhida quer pela estrutura sindical, quer pelos trabalhadores. O espaço “Acção e Luta” foi conquistando, durante o mandato, notoriedade junto dos órgãos de comunicação social passando inclusivamente a ser um espaço privilegiado de consulta de jornalistas e agências noticiosas.

O renovado sítio institucional da CGTP-IN ([cgtp.pt](http://cgtp.pt)) teve um aumento significativo de visitas, contabilizando, em 2015, uma média de sete mil visitas por semana - boa parte delas advindas do nosso espaço, entretanto, criado no *facebook*.

Fomentou-se significativamente a participação da CGTP-IN nas redes sociais, especificamente no *facebook* e no *youtube* para os quais se desenvolveram conteúdos gráficos e audiovisuais.

A utilização das redes sociais, especialmente, do Facebook foi uma aposta positiva que resultou num exponencial incremento de seguidores (+ de 16.500) e, também, o melhoramento da difusão da nossa informação. No canal de Youtube foram publicados aproximadamente 300 vídeos (entre conferências de imprensa; recortes de imprensa; reacções da CGTP-IN; lutas sectoriais; tempos de antena; vídeos de propaganda e outros...).

Foram criados sítios digitais específicos para tratar matérias relacionadas com a Greve Geral (Março e Novembro) e a Marcha Contra o Desemprego (Outubro).

No sítio da central foram ainda dedicados módulos para a inserção de petições *online* cuja dinâmica criada, também, contribuiu para o aumento da visibilidade do nosso site.

Avançou-se com a gestão, dos três espaços/sítios temáticos “sítio dos direitos”, “segurança e saúde no trabalho” e “igualdade” (no âmbito do POPH) cuja inserção de conteúdos foi positivamente assegurada por nós.

Monitorizou-se a produção/composição gráfica dos *dossiers* de trabalho “Manual de Organização, Acção e Gestão Sindical; e “Guia Integrado para a acção sindical”.

No âmbito do apoio às Manifestações e outras iniciativas de luta, destacamos, nomeadamente, o contributo militante dos dirigentes e trabalhadores da USL na produção de trabalhos de sonorização para a mobilização dos trabalhadores e da população, a nível nacional.

## **9.2. Comunicação social**

O relacionamento com os órgãos de comunicação social e a construção de uma imagem favorável para a opinião pública constitui um elemento essencial e indispensável na organização e acção sindical. Tem um papel decisivo no combate à ideologia em curso, que procura adormecer consciências e condicionar o pensamento livre, bem como travar o protesto e a luta consequente e organizada dos trabalhadores e de outras camadas da população. O Departamento de Comunicação Social em interacção com os demais departamentos procedeu à redacção e emissão de comunicados e notas, exprimindo as posições de diferentes matérias e áreas de trabalho.

Informou e apresentou propostas acerca das grandes questões sindicais aos responsáveis dos órgãos de comunicação social, em tempo adequado e oportuno, através de conferências de imprensa e de outros encontros específicos com os órgãos de comunicação social.

Promoveu reuniões com directores de vários órgãos de comunicação social realçando as propostas da central que visavam o desenvolvimento económico e social dos trabalhadores e do país.

Apresentou, no âmbito de um projecto do POPH, o “Estudo sobre a Comunicação Sindical da CGTP-IN”, no dia 4 de Junho de 2012, na Casa da Imprensa, em Lisboa, elaborado pelos Professores Doutores José Rebelo e Rui Brites, estudo editado em livro e disponibilizado no sítio da CGTP-IN. Também inserido no mesmo projecto, foram realizados encontros em Braga e Santarém para a disseminação do Estudo que contaram com a participação dos autores.

Realizou, no Porto e em Lisboa, duas Acções Formativas com sessões de trabalho distintas, uma sob o tema “A Comunicação Sindical” - enquadrada no “Estudo sobre a Comunicação Sindical da CGTP-IN” e que contou com a participação dos autores do livro, a outra acerca do tema “A importância do Atendimento” e “A Imagem Institucional” sob a orientação do Professor Avelino Pinto e dos técnicos do DIF/CGTP-IN.

Gravou, editou e alojou na plataforma digital youtube, as conferências de imprensa da CGTP-IN permitindo, aos órgãos de comunicação social, trabalhadores e população em geral, o acesso à informação em bruto.

Selecionou para partilha, via correio electrónico, pela estrutura sindical e membros do Conselho Nacional, a actualidade noticiosa de TV, Rádio e Imprensa através do serviço de *clipping*.

Criou um grupo de trabalho composto por dirigentes e técnicos das estruturas sindicais que acompanham a área da comunicação social - para reflectir sobre as insuficiências da comunicação sindical e o tratamento dado pelos media à acção e lutas sindicais, e, identificar soluções para as corrigir.

Produziu um guião de boas práticas para difundir com maior eficácia a actividade sindical, projecto desenvolvido no âmbito do POPH.

Com a colaboração do CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, concretizou o plano de formação “Qualificar para capacitar”, no âmbito do POPH, que visou o reforço de competências dos membros da CECO, no campo da comunicação e interacção com os *média*.

Assegurou a representação da CGTP-IN no Conselho de Opinião da RTP, SA. e nos demais fóruns, em defesa de um serviço público de rádio e televisão assegurado por uma empresa pública que garanta informação rigorosa, isenta, plural e objectiva; um serviço público que contribua para o aprofundamento e consolidação da democracia nas suas múltiplas vertentes.

Participou activamente na defesa do serviço público de rádio e de televisão aquando dos planos de reestruturação delineados pelo Governo, que em interacção com outros agentes/interlocutores da sociedade portuguesa, fez com que fosse possível travar o apetite voraz e ímpeto privatizador da RTP.

Promoveu reuniões de trabalho da CGTP-IN com sindicatos/organizações representativas dos trabalhadores da RTP (rádio e televisão) e da agência Lusa. Apoiou diversas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores de vários Órgãos de Comunicação Social, nomeadamente, a luta dos trabalhadores do Diário de Notícias.

Tomou posição e mostrou solidariedade para com os trabalhadores da emissora pública grega ERT, cujo Governo grego encerrou, pondo em causa o emprego de mais de 2000 funcionários.

Realizou, em Junho de 2015, o II Colóquio “O Poder da Comunicação – Informação ou Manipulação?”, no qual participaram os Professores e Jornalistas Fernando Correia, Fernando Valdez, José Rebelo, João Ramos de Almeida, Mário Figueiredo e Rosária Rato, onde resultou a análise crítica de profissionais da área, sobre o estado de situação dos media, bem como a relação destes com as estruturas sindicais.

### **9.3. Relações Públicas**

Uma das imagens da Central passa pelo processo de atendimento público, independentemente da forma em que o mesmo se realiza. Telefone, correio, correio electrónico ou presencial.

Durante o mandato foi garantido o atendimento qualificado das pessoas e organizações na sua relação com a Central, num quadro de coordenação com os restantes departamentos e sindicatos, com o objectivo que o atendimento satisfaça quem nos procura e de modo a

preservar a boa imagem da CGTP-IN; iniciou-se, ainda, a recepção a entidades representantes de organizações externas, com o intuito de as encaminhar para o evento agendado.

Promoveu o encontro sobre “Comunicação sindical” boas práticas para um bom atendimento, com a colaboração do Professor Doutor Avelino Pinto e da Professora Doutora Susana Bento destinada, sobretudo, a trabalhadores sindicais.

## **10. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO**

### **10.1. Plenário de Sindicatos**

O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessões ordinárias para aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, quer em sessões extraordinárias, perfazendo um total de 12 sessões.

Nas reuniões realizadas, registou-se, em média, a presença de 70 associações sindicais, contando-se, entre estas, os sindicatos não filiados que, nos termos estatutários, apenas não participam nas deliberações sobre as contas e relatórios, bem como os orçamentos e planos gerais de actividade e, ainda, as federações, uniões e as organizações específicas (Interjovem, Inter-Reformados e Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens).

As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 505 delegados. O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na sessão de 10-05-12 e elegeu o Conselho Fiscalizador, na sessão de 05-07-2012.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, o Plenário de Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical e aprovou um importante conjunto de resoluções e moções com vista a definir, em cada momento, quer as grandes orientações político-sindicais, quer os objectivos reivindicativos da CGTP-IN. O Plenário de Sindicatos teve ainda um papel importante na definição e concretização das grandes lutas que tiveram lugar neste mandato.

O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o conhecimento da realidade sócio-laboral do país, constituiu-se como um espaço privilegiado de debate sindical e um elemento aglutinador da análise e das respostas a dar aos problemas específicos dos trabalhadores, contribuindo, dessa forma, para o reforço da capacidade de acção e coesão de todo o movimento sindical. De destacar, ainda, a promoção de várias iniciativas para debate de questões temáticas com interesse para a acção sindical, algumas das quais contaram com a participação de especialistas de reconhecida competência nas matérias tratadas.

O Plenário de Sindicatos cumpriu com eficácia o seu papel de órgão máximo entre congressos.

### **10.2. Conselho Fiscalizador**

O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos, na reunião de 05-07-2012, ficou constituído pelas seguintes associações sindicais: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local – STAL; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Sul e Regiões Autónomas; Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações – SNTCT; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – SEP; Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte - STFPSN; Sindicato

dos Trabalhadores Industrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro e Norte – SITE CN; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - SPGL.

O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade e eficácia as suas competências estatutárias.

### **10.3. Conselho Nacional**

O Conselho Nacional, eleito pelo 12º Congresso, tomou posse em 27-01-2012 e na sua primeira reunião, realizada nesse mesmo dia, aprovou por maioria o seu Regulamento de Funcionamento e elegeu a sua Comissão Executiva, o Secretariado e o Secretário-Geral.

Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um total de 34 reuniões, registando-se uma participação média de 94 conselheiros.

A CECO propôs a participação do dirigente sindical Nélio Freitas Sousa, do Sindicato dos Professores da Madeira, nas reuniões do Conselho Nacional, sem direito a voto, a partir de 22-04-2013, situação prevista no art.º 8 do Regulamento de Funcionamento do Conselho Nacional, que foi aceite. Em 16-12-2015, por proposta da CECO, Francisco Oliveira, Coordenador do Sindicato dos Professores da Madeira, por substituição do anterior Coordenador, passou a participar nas reuniões do Conselho Nacional. O Conselho Nacional decidiu, ainda, por votação secreta, em 30-06-15, a eleição de Vivalda Silva para a CECO, em substituição de Maria Conceição Rodrigues.

Durante este mandato deixaram de fazer parte do Conselho Nacional, o conselheiro José Álvaro de Abreu Silva, por falecimento (23-12-14); a conselheira Maria Conceição Rodrigues dos Santos, por demissão relacionada com assuntos pessoais (23-02-2015).

Dando cumprimento aos princípios programáticos da central, o Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências estatutárias, assegurando uma eficaz e participada acção de direcção e coordenação da actividade sindical, de acordo com as orientações definidas pelos órgãos competentes. Reuniu, em média, 8 vezes ao ano, para analisar a situação político-sindical e definir as acções a desenvolver. Deliberou sobre as posições a assumir pela CGTP-IN, face às principais questões sindicais e aprovou as linhas de orientação a apresentar ao Plenário de Sindicatos, assim como a política reivindicativa, a proposta de política fiscal e as petições relativas às Funções Sociais do Estado; à revogação dos cortes nas pensões; à criação de mais e melhor emprego e à atribuição do subsídio social de desemprego aos desempregados sem protecção social; que, no seu conjunto, recolheram mais de 180 mil assinaturas; Definiu os objectivos programáticos, programou e concretizou, nomeadamente as comemorações do 1º de Maio e os aniversários da CGTP-IN. O Conselho Nacional desempenhou ainda um papel determinante na definição da estratégia político-sindical de combate ao memorando da tróica, ao Governo do PSD-CDS e à política de direita, bem como nas inúmeras lutas desenvolvidas, designadamente as Greves Gerais de 22 de Março, 14 de Novembro de 2012 (luta que coincidiu com a realização de greves gerais em Espanha e outros países da Europa) e de 27 de Junho de 2013, bem como nas grandes manifestações e outras acções de massas que ocorreram durante o mandato. O Conselho Nacional aprovou e impulsionou também um grande conjunto de iniciativas que decorreram no plano nacional, a nível regional e sectorial.

Regista-se, assim, um balanço extremamente positivo, em termos gerais, do exercício do mandato.

### **10.4. Secretariado do Conselho Nacional**

O Secretariado do Conselho Nacional, eleito em 27.01,2012, ficou constituído pelo Secretário-Geral Arménio Carlos, pelos membros da Comissão Executiva Deolinda Carvalho



Machado, Fernando José Machado Gomes, Joaquim Filipe Coelhas Dionísio, José Augusto Oliveira e Maria Graciete Martins da Cruz.

O Secretariado aprovou as normas do seu funcionamento em 01-02-2012 e aprovou os Objectivos e a distribuição das Responsabilidades e Tarefas Especificas pelos membros do Secretariado.

O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-se um importante instrumento de execução da gestão corrente da CGTP-IN e da situação financeira da Central.

Com regularidade, o Secretariado deu andamento às diversas solicitações provenientes de organismos públicos e privados, no sentido de assegurar a representação e participação da CGTP-IN em diversos eventos de natureza diversa.

O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções cometidas pelo Conselho Nacional.

### **10.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional**

A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita em 27-01-2012, ficou constituída pelos seguintes dirigentes: Adelino Silva Nunes Pereira, Américo Monteiro Oliveira, Ana Joaquina Gomes Avoila, Armando da Costa Farias, Arménio Horácio Alves Carlos, Augusto Coelho Praça, Carlos João Teodoro Tomás, Carlos Manuel Alves Trindade, Deolinda Carvalho Machado, Fernando Jorge Amoreira Fernandes, Fernando José Machado Gomes, Isabel Cristina Lopes Tavares, João Fernando Freitas Torres, Joaquim Daniel Pereira Rodrigues, Joaquim Filipe Coelhas Dionísio, Joaquim Manuel Silva Brito Mesquita, José Augusto Tavares Oliveira, José Carlos Correia Martins, José Joaquim de Miranda Correia, José Manuel Rodrigues Oliveira, Libério Violante Domingues, Luís Manuel Barreto Leitão, Manuel Francisco Guerreiro, Maria da Conceição Rodrigues dos Santos, Maria de Fátima Marques Messias, Maria Graciete Martins da Cruz, Maria Luísa Marques Pinto Baptista, Mário Oliveira Nogueira e Rogério Paulo Amoroso da Silva. Por demissão dos órgãos Executivos da CGTP-IN, da conselheira Maria Conceição Rodrigues dos Santos (23-02-2015), foi eleita para a Comissão Executiva da CGTP-IN Vivalda Rodrigues Henriques Silva, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da Direcção do STAD.

A Comissão Executiva propôs ao Conselho Nacional a eleição de Arménio Carlos para o cargo de Secretário-Geral.

Na sua reunião de 12-03-2012, a Comissão Executiva aprovou, em definitivo, o seu Regulamento de Funcionamento, definindo as funções de cada um dos seus membros, as áreas e departamentos de acção sindical e a estrutura de acompanhamento da actividade ao nível das regiões e sectores.

Ao longo do seu mandato, a Comissão Executiva reuniu com regularidade quinzenal, em sessões ordinárias, e extraordinariamente por 8 vezes, perfazendo um total de 107 reuniões. A Comissão Executiva garantiu o cumprimento e execução das tarefas que lhe estavam ou foram cometidas, em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos, assegurou a direcção político-sindical permanente da Confederação, a direcção das áreas e frentes de trabalho constituídas e a coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores.

A CECO deu sequência às grandes orientações aprovadas no XII Congresso e delineou a estratégia sindical a apresentar ao Plenário de Sindicatos e ao Conselho Nacional e que foi

relevante para a resposta que foi dada aos problemas dos trabalhadores, ao combate contra a política de direita, à colocação do PSD-CDS em minoria, à queda do seu Governo e à alteração da relação de forças na Assembleia da República.

No quadro das suas funções, assegurou a representação da CGTP-IN nos múltiplos contactos institucionais e outros decorrentes da actividade sindical. Do mesmo modo, garantiu a intervenção da Central no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social, actividade que exigiu uma participação constante, qualificada e determinada na defesa das posições sindicais, face ao significado das questões em debate e ao contexto político vivido. Assegurou, igualmente, a intervenção da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos de participação sindical, quer nacionais, quer comunitários, directamente ou por via dos representantes para eles designados, acompanhando a sua actividade.

Por intermédio dos seus membros e, por vezes também, de membros do Conselho Nacional, participou em inúmeras iniciativas (conferências, seminários, colóquios, debates), promovidas, quer por entidades oficiais, quer privadas, para que a Confederação foi convidada, bem como uma ampla intervenção e presença na actividade e realizações sindicais no plano internacional, dando concretização à postura de solidariedade internacionalista que a Central assume e que, de entre outras, se destaca a Campanha de Solidariedade com o povo da Ilha do Fogo (Cabo Verde).

A Comissão Executiva teve uma actividade intensa e procurou eficácia no tratamento e resolução dos problemas inerentes às suas funções, na articulação do debate ao nível das áreas de acção sindical e no próprio seio destas, no acompanhamento e controle de execução das decisões tomadas, no acompanhamento dos sectores e regiões não representados na CECO, bem como no acompanhamento dos representantes sindicais, nos órgãos e organismos de participação sindical.

O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se eficaz.

#### **10.5.1. Secretário-Geral**

O Secretário-Geral, eleito pelo Conselho Nacional em 27-01-2012, exerceu as competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a coordenação e articulação da actividade dos órgãos da Central, promovendo a representação da CGTP-IN, no plano nacional, a nível europeu e internacional garantindo a execução das orientações e decisões tomadas e o andamento dos assuntos carecidos de resolução imediata.

No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central, integrou inúmeras acções de protesto e luta dos trabalhadores, ao nível de empresas, sectores de actividade e a nível nacional, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

A sua participação em múltiplas e variadas iniciativas promovidas por entidades oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais e movimentos sociais, bem como os convites da comunicação social para intervir em debates comprovam o prestígio da CGTP-IN e o reconhecimento da importância da sua actividade na sociedade.

#### **10.6. Apreciação geral**

Num quadro de grande exigência, perante uma brutal ofensiva aos trabalhadores, os órgãos da central cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram atribuídas, muito contribuindo o apoio inestimável de todos aqueles que participaram nas actividades da CGTP-IN.

O rejuvenescimento nos diferentes níveis da organização contribui para reforçar dinâmicas de acção e capacidade de iniciativa, mobilização, luta e proposta, ao mesmo tempo que se fortaleceu e consolidou os elementos essenciais da central – um sindicalismo de classe e massas, alicerçado nos princípios da unidade, democracia, independência e solidariedade.

Aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical, nacionais e comunitários, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos que, habitualmente, colaboram com a CGTP-IN, bem como aos funcionários da Central, os órgãos de direcção da CGTP-IN enaltecem e agradecem o empenho e a disponibilidade da sua participação, e a elevada qualidade dos seus contributos, para o desenvolvimento da acção sindical.

A acção desenvolvida pela CGTP-IN comprovou a validade e perenidade do sindicalismo de classe e de massas que preconizamos, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta de que a intervenção global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, um elemento fundamental para combater a política de exploração e empobrecimento e um contributo valioso e decisivo para a queda do Governo PSD-CDS, num quadro em que a nova situação política nos convoca a todos para concretizar a esperança e lutar pela mudança necessária, rompendo com a política de direita e abrir caminho para uma nova política de Esquerda e Soberana.

## 11. ANEXOS

### 11.1. Lutas realizadas no período do Mandato

2012

#### Empresas

Abrigada – Companhia Nacional de Refractários, SA

Albra – Indústria de Alumínio, Lda.

Ancor – Flexibles Neocel – Embalagens, Lda.

ANA, SA

ANAM, SA

António da Silva Dores, SA

APS – Administração do Porto de Sines

Arbocer – Serviços Agro-Industriais, SA

ASF – Sociedade de Serviços de Vigilância e Alarmes, Lda.

Associação Música Educação e Cultura

Assunto em Questão – Unipessoal, Lda.

ATF – About the Future

Automar – Comércio de Automóveis, Lda.

BA Vidro, SA

Barraqueiros Transporte, SA

Bartolomeu & Teresa – Actividades Turísticas, Lda.

Bomcorte – Empresa de Confecções, Lda.

Bosch Car Multimédia Portugal, SA

Bulhosa Livreiros – Sociedade Comércio Livreiro, SA

Caima – Indústria de Celulose, SA

Cares, Companhia de Seguros, SA

Carpex – Comercial de Calçado, Lda.

Carristur, Inov. Transp. Urb. Reg., S.U. Lda.

Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE

Cespa Portugal, SA

Cifial – Centro Industrial de Ferragens, Lda.

Climex – Controlo de Ambiente, SA

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Compelmada Internacional, Construção e Manutenção Industriais, SA

Conforlimpa Tejo – Multiserviços, SA

Contibérica – Transportes, SA

Continental Mabor – Industria de Pneus, SA

CP – Comboios de Portugal, EPE

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA  
CTT – Correios de Portugal, SA  
Dan Cake Portugal, SA  
Dia Portugal – Supermercados, Sociedade Unipessoal, Lda.  
Dura Automotive Portuguesa, Lda.  
Eborae Mvsica – Associação / Conservatório  
EDP – Gestão da Produção de Energia, SA  
EDP Estudos e Consultoria, SA  
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, SA  
Electro Campo, Lda.  
Ema21 – Engenharia e Manutenção Industrial Séc. XXI, Lda.  
EMEF, Empresa de Manutenção e Equipamentos Ferroviário, SA  
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA  
Esabe – Limpiezas Integrales, SL  
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA  
Estoril-Sol (III) – Turismo, Animação e Jogo, SA  
Eurest Portugal, Soc. Europeia Restauração, Lda.  
Euroluguer – Transporte de Aluguer de Equipamentos, Lda.  
Euromex – Facility Services, Lda.  
Europa&C Kraft Viana, SA  
Euroresinas Indústrias Químicas, SA  
Fábrica de Papel e Cartão da Zarrinha, SA  
Fábrica de Cerâmica Valadares, SA  
Fábrica de Tecidos da Cruz da Pedra, Lda.  
Facime – Fabrico e Comércio de Material Electrónico, SA  
FDO – Construções, SA  
FDO – Serviços Partilhados, Unipessoal, Lda.  
Fehst Componentes, Lda.  
Fenix Cleaning – Auditoria e Salubridade, Lda.  
Finelines Trading, Serviços e Sistemas, Lda.  
Fisipe – Fibras Sintéticas de Portugal, SA  
Fitor – Companhia. Portuguesa de Têxteis, SA  
Flexilabor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.  
Fortunato O. Frederico & Ca., Lda.  
FPS – Fábrica Portuguesa de Segmentos, Lda.  
Francisco Manuel Gomes Cabral, Lda.  
Fulgoralto, Unipessoal, Lda.  
Gallovidro, SA

General Cable Cel-Cat, Energia e Telecomunicações, SA  
Granimundo – Sociedade de Transformação de Granitos, SA  
Grupo Caixa Geral de Depósitos  
Grupo Galp Energia  
GSET – Global Serviços e Engenharia Total, Lda.  
Hamacab, Lda.  
Headbox – Operação e Controlo Industrial, SA  
Hospital Particular de Lisboa, SA  
Ilma – Indústria de Lacticínios da Madeira, Lda.  
Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA  
Isporeco – Serviços de Limpeza e Produção Industrial, Lda.  
Janz – Contagem e Gestão e Fluidos, SA  
Joaquim Teixeira Brás, SA  
Jobasi – Acessórios Eléctricos e Bronzes, SA  
José Almeida Transportes, Lda.  
Kemet Electronics Portugal, SA  
LBC - Tanquiopor, SA  
Lisnave – Estaleiros Navais, SA  
Lisnaveyards – Naval Services, Lda.  
Loginversa – Transporte, Recolha e Tratamento de Embalagens, SA  
Lojas Francas de Portugal, SA  
Losomecânica Canicense, SA  
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA  
Lusosider – Aços Planos, SA  
Manpower Portuguesa, SA  
Manpowergroup Solutions Unipessoal, Lda.  
Marbrito – Indústrias Reunidas de Mármore, SA  
Marmoz – Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda.  
Megasis – Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, SA  
Meira & Pimentel - Confecções, Lda.  
Metropolitano de Lisboa, EP  
Mirandela – Artes Gráficas, SA  
Moveaveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, EM  
MPIB, Lda.  
N & N Confecções, Lda.  
Nave Portugal, EPE Navegação Aérea de Portugal  
Navotel – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, SA  
Number One Limpezas Técnicas e Profissionais, Lda.

Nutriláxia, SA  
O&M Serviços – Operação e Manutenção Industrial, SA  
Oceanos - Associação de Solidariedade Social  
Peres – Soctip, Indústrias Gráficas, SA  
Petrogal / Grupo Galp Energia  
Pichelaria Cávado, SA  
Pinto & Bentes, SA  
Polinfor – Instalações Especiais Electrónicas, Lda.  
Port Ambiente – Tratamento Resíduos Industriais, SA  
Portucel, SA  
Portugália – Companhia Portuguesa Transportes Aéreos, SA  
Portway – Handling de Portugal, SA  
Postavis – Actividades Turísticas e Imobiliárias, SA  
Postejo – Pré-Fabricados de Cimento, SA  
Produtos Químicos Sinorgan, Portugal, SA  
Provimi Ibéria, SA  
Público - Comunicação Social, SA  
Publiregiões, Lda.  
RTS – Pré Fabricados de Betão, Lda.  
Radal – Indústria de Frigoríficos, Lda.  
Rádio e Televisão de Portugal, SA  
Radio Popular Electrodomésticos, SA  
Randstad II – Prestação de Serviços, Lda.  
Randstad Recursos Humanos  
Rebocalis – Rebocagem e Assistência Marítima  
Reditus II – Telecomunicações, SA  
REN Atlântico, Terminal de GNL, SA  
Robert Bosch Travões, SA  
Rodoviária de Lisboa, SA  
Rodoviária do Alentejo, SA  
Rodoviária do Tejo, SA  
Royal Label – Têxteis Unipessoal, Lda.  
Rumoflex – Engenharia e Ambiente, SA  
Saint-Gobain Mondego, SA  
Saint-Gobain Sekurit Portugal, SA  
Santa Casa da Misericórdia de Chaves  
Santos Barosa – Vidros, SA  
Sata Air Açores, SA

Sata Gestão de Aeródromos, SA  
Sata Internacional, SA  
Scotturb – Transportes Urbanos, Lda.  
SEAE – Iluminação, Lda.  
Seda Ibérica – Embalagens, SA  
Sinduflex, Sistemas Industriais Flexíveis, Lda.  
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA  
Sociedade Figueira Praia, SA  
Sodexo Portugal  
Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, SA  
Solverde, Sociedade de Investimentos Turístico da Costa Verde, SA  
Sotranco Embalagem de Vidro, SA  
Sovena Portugal, Consumer Goods, SA  
SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais  
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SA  
Tegopi – Indústria Metalomecânica, Lda.  
Tempo Team Serviços, Lda.  
Tracar – Transportes de Carga e Comércio, SA  
Transportes Beira Rio, SA  
Transportes Flor da Ria, SA  
Transportes Jaulino, Lda.  
Transportes Silva Marques, Lda.  
Transtejo Transportes Tejo, SA  
TST – Transportes Sul do Tejo, SA  
UCS – Unidade de Cuidados de Saúde, SA  
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE  
Uniself, Empresa de Restauração, SA  
Vanpro Assentos, Lda.  
Varzim Sol – Turismo, Jogo Animação, SA  
Violas & Filhos, Lda.  
Virar do Avesso – Confeccções, Lda.  
Vista Alegre Atlantis, SA  
Visteon Portuguesa, Lda.

### **Sectores / Administração Pública**

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

### **Lutas Gerais**



- **26 de Janeiro – Manifestação Nacional de Professores**
- **18 de Janeiro - Concentração de activistas sindicais junto à AR**, em que terminou o prazo para a entrega de pareceres sobre a proposta de lei n.º 36/XII que estabelece o aumento dos períodos normais de trabalho sem acréscimo de retribuição
- **16 a 25 de Janeiro - “Marcha da juventude pelo emprego e contra a precariedade”**
- **11 de Fevereiro - Manifestação/Concentração Nacional: “Não à exploração, às desigualdades e ao empobrecimento - outra política é possível e necessária”**
- **8 de Março – Dia Internacional da Mulher**

### **22 DE MARÇO: GREVE GERAL CONVOCADA PELA CGTP-IN**

- **28 de Março – Dia Nacional da Juventude**
- **31 de Março – Manifestação Nacional dos jovens trabalhadores**
- **20 de Abril – Manifestação / Concentração dos trabalhadores da Administração Pública** frente ao Ministério da Educação
- **25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todas as regiões do país**
- **1 de Maio: Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país**
- **9 de Maio - Concentração de dirigentes, delegados sindicais, activistas e outras camadas da população** de Lisboa e Setúbal, na Assembleia da República, quando da votação da proposta de lei n.º 46/XII (revisão do Código do Trabalho)
- **17 de Maio - Concentração no Ministério da Segurança Social;** *“Pela defesa do sistema Público, Universal e Solidário da Segurança Social”*
- **23 de Maio – Tribuna Pública frente ao Ministério da Educação**, sobre o *“Ensino Superior e Investigação”*
- **9 a 16 de Junho - Manifestação no Porto e em Lisboa:** *“Pela defesa do emprego, salários, direitos, serviços públicos e pela mudança de política”*
- **22 Junho – Manifestação Nacional dos trabalhadores da Administração Pública**, com Concentração na residência oficial do primeiro-ministro
- **11 e 12 de Julho – Greve Nacional dos Médicos**
- **12 de Julho – Manifestação Nacional de Professores:** *“Pela defesa da Escola Pública”*
- **27 de Julho – Vigília dos professores** frente ao Ministério da Educação: *“Combate ao desemprego e à precariedade”*
- **29 de Setembro - Concentração no Terreiro do Paço:** *“Contra o roubo dos salários e das pensões; contra a ruína das famílias e a destruição do país”*
- **1 de Outubro – Aniversário da CGTP-IN: Desfiles, concentrações e outras acções, em todas as regiões do país**

- **4 de Outubro - Concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais** *“Contra as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo”*
- **5 a 13 de Outubro - Marcha Nacional:** *“Contra o Desemprego – Trabalho com Direitos, Portugal com futuro”*
- **31 de Outubro - Manifestação Nacional dos trabalhadores da Administração Pública,** com Concentração na Assembleia da República

### **14 DE NOVEMBRO: GREVE GERAL CONVOCADA PELA CGTP-IN**

- **8 e 15 de Dezembro: Manifestação no Porto e Lisboa:** *“Contra o programa de agressão e a política de direita, Por uma Nova Política, Pela Defesa das Funções Sociais do Estado, Pela Democracia e Defesa das Liberdades, Por um Portugal Desenvolvido e Soberano!”*

## **2013**

### **Empresas**

Abrigada – Companhia Nacional de Refractários, SA  
 ACP – Serviços de Assistência, Lda.  
 Ambiente e Jardim, SA  
 António F. Camello & Cia., Ltda.  
 Antonio Nunes & Nunes – Industria de Confecções, Lda.  
 António Silva Cruz E Filhos, Lda.  
 Associação de Socorros Mútuos S. Francisco de Assis de Anta  
 Atlantic Ferries – Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, SA  
 Auto Viação Espinho, Lda.  
 Auto Viação Grijó, Lda.  
 Auto-Estradas Norte Litoral – Sociedade Concessionária - AENL, SA  
 Bosch Car Multimédia Portugal, SA  
 British Council – Representação Permanente em Portugal  
 Carnes do Continente – Industria e Distribuição de Carnes, SA  
 Carris bus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA  
 Carristur – Transportes Urbanos, Lda.  
 CEM – Companhia Editora do Minho, SA  
 Centro Social Infantil da Cruz de Pau  
 CNB/Camac – Companhia Nacional de Borrachas, SA  
 Cofinca – Comércio e Indústria de Confecções, SA  
 Companhia Carris de Ferro de Lisboa  
 Concierge Services, SA  
 Confecção Meireles Alves, Unipessoal, Lda.

Conforlimpa Tejo – Multiserviços, SA  
Construção Civil Gouveia, Lda.  
CP – Comboios de Portugal, EPE  
CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA  
CT Cobert Telhas, SA  
CTT – Correios de Portugal, SA  
Dan Cake Portugal, SA  
Delphi Automotive Systems - Portugal, SA  
Dia Portugal – Supermercados, Sociedade Unipessoal, Lda.  
E.I.S. – Europe Inflight Services Portugal  
Easyjet Airlines Limited  
EDP – Gestão da Produção de Energia, SA  
Electro Lugares, Tábua, Lda.  
EMEF, Empresa de Manutenção e Equipamentos Ferroviário, SA  
Essex Portugal, Unipessoal, Lda.  
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA  
Estoril-Sol (III) – Turismo, Animação e Jogo, SA  
Eurest Portugal – Sociedade Europeia Restauração, Lda.  
Fábio Dias & Irmão, Lda.  
Fábrica de Papel e Cartão da Zarrinha, SA  
Fábrica de Calçado Campeão Português, SA  
Fehst Componentes, Lda.  
Fisipe – Fibras Sintéticas de Portugal, SA  
FPS – Fábrica Portuguesa de Segmentos, Lda.  
Frilobo – Carqueijo & Lobo, Lda.  
Fundição de Dois Portos, SA  
Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA  
SPDH / Groundforce Portugal  
Groz Beckert Portuguesa, Lda.  
Grupo TAP  
GSET – Global Serviços e Engenharia Total, Lda.  
Hoteis Tivoli, SA  
Iberol – Sociedade Ibérica de Biocombustíveis e Oleaginosas, SA  
Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA  
Inapal Plásticos, SA  
Isporeco – Serviços de Limpeza e Produção Industrial, Lda.  
Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA  
J. Cardoso, SA

Joaquim Teixeira Brás, SA  
Kemet Electronics Portugal, SA  
Lourilimpeza, Limpezas da Lourinhã Unipessoal, Lda.  
Mahotas Panificadora, Lda.  
Manpowergroup Portugal – Empresa de Trabalho Temporário, SA  
Manpowergroup Solutions Unipessoal, Lda.  
Manuel Machado & C<sup>a</sup>., Lda.  
Metalúrgica Ideal do Mondego, SA  
Metropolitano de Lisboa, EP  
Minas da Panasqueira - Sojitz Beralt Tin and Wolfram Portugal, SA  
Modelo Continente Hipermercados, SA  
Montechoro – Empresa Investimentos Turísticos, SA  
Motometer Portuguesa, Unipessoal, Lda.  
Moveaveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, EM  
Moviflor – Comércio de Mobiliário, SA  
Multiflow, Produtos de Higiene e Limpeza, SA  
Nobrecer – Companhia de Serviços Unipessoal, Lda.  
Pilotos de Barras e Portos do Algarve  
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, SA  
Portalex Alumínio, SA  
Postavis – Actividades Turísticas e Imobiliárias, SA  
Postejo – Pré-Fabricados de Cimento, SA  
Praia Mar – Empreendimentos Hoteleiros, SA  
Preh Portugal, Lda.  
Printer Portuguesa, SA  
Produtos Químicos Sinorgan, Portugal, SA  
RTS – Pré-fabricados de Betão, Lda.  
Randstad Recursos Humanos-Empresa de Trabalho Temporário, SA  
Rauschert Portuguesa, SA  
Rebocalis – Rebocagem e Assistência Marítima  
Neolux - Reclamos Luminosos, Lda.  
Reditus II – Telecomunicações, SA  
REFER, Rede Ferroviária Nacional, EPE  
Renoldy – Produção e Comércio de Leite e Produtos Lácteos, SA  
Rodoviária de Lisboa, SA  
Rodoviária do Tejo, SA  
SOS - Mobile – Assistência e Reparação de Telemóveis, Lda.  
Sata Air Açores, SA

Scotturb – Transportes Urbanos, Lda.  
SCS – Sistemas Complementares de Saúde, SA  
Securitas – Serviços e Tecnologia de Segurança, SA  
Serviços Municipalizadas de Transportes Colectivos do Barreiro  
SGPS - Saint Gobain Sekurit Portugal, SA  
Silicália Portugal – Industria e Comércio de Aglomerados de Pedra, SA  
Sinduflex – Sistemas Industriais Flexíveis, Lda.  
Sistavac – Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, SA  
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA  
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA  
Solnave – Restaurantes e Alimentação, SA  
Solverde, Casinos e Hotéis, SA  
Somincor – Sociedade Mineira Neves Corvo, SA  
Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, SA  
Soplacas – Sociedade Placas de Betão, SA  
Sorel Comercial Automóveis, SA  
SPDH – Serviços Portugueses de Handling, SA  
SPDH - Groundforce Portugal  
Stand Moderno, SA  
SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais  
Tabaqueira, SA  
Teatro Nacional de S. Carlos  
Tempo Team Serviços, Lda.  
Thyssenkrupp, Elevadores, SA  
Tracar – Transportes de Carga e Comércio, SA  
Transportes Silva Marques, Lda.  
Transtejo Transportes Tejo, SA  
TST – Transportes Sul do Tejo, SA  
União de Transportes dos Carvalhos, Lda.  
Unicer, Bebidas, SA  
Unideco – Industria e Comércio de Confeções, Lda.  
Unileite – União das Cooperativas de Lactínicos e Produtores, CRL  
Uniself, SA  
Vadeca Ambiente, SA  
Valorsul, V.T.R.S.U. Regiões Lisboa e do Oeste  
Varzim Sol – Turismo, Jogo, Animação, SA  
Velan – Válvulas Industriais, Lda.  
Visteon, Climate Portugal, Lda.

Vivalisa, Limpeza Industrial e Serviços do Ambiente, Lda.

### **Sectores / Administração Pública**

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

### **Lutas Gerais**

- **26 de Janeiro – Manifestação Nacional de Professores**
- **16 de Fevereiro - Grande Jornada Nacional de Acção e Luta:** *“Contra a Exploração e o Empobrecimento. Trabalho com Direitos! Saúde, Educação e Segurança Social para Todos”*
- **18 a 22 de Fevereiro – Semana de luta e de luto dos professores**
- **27 de Fevereiro a 9 de Março - Semana de luta em defesa do Sector Empresarial do Estado:** *“Em defesa do Sector Empresarial do Estado, contra a ofensiva aos Serviços Públicos e a intenção de privatização das empresas que os garantem”*
- **Em Fevereiro e Março - Acção Geral de Protesto, Proposta e Luta,** com greves, paralisações, concentrações e manifestações em todo o país
- **8 de Março – Dia Internacional da Mulher**
- **13 de Março - Acção Nacional, com um desfile até ao Ministério da Economia:** *“Pela revogação das normas que restringem a emissão das Portarias de Extensão”*
- **15 de Março – Manifestação Nacional dos trabalhadores da Administração Pública,** com Concentração no Ministério das Finanças
- **28 de Março – Dia Nacional da Juventude:** Manifestação Jovens Trabalhadores
- **9 a 13 de Abril – Semana de Acção e Luta dos Professores:** *“Tolerância Zero para com o Governo e as suas políticas”*
- **6 a 13 de Abril - Marcha Nacional:** *“Contra o Empobrecimento – Mudar de Política e de Governo; Pelo Emprego – Salários – Direitos – Serviços Públicos – Funções Sociais do Estado”*
- **13 de Abril - Manifestação Nacional,** com concentração na Assembleia da República
- **25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todos as regiões do país**
- **1 de Maio: Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país**
- **21 a 28 de Maio – Caravana dos professores, em todos os distritos:** *“Pela defesa da Escola Pública”*
- **25 de Maio – Concentração em Belém, frente à Presidência da República:** *“Todos a Belém: Contra a Exploração e o Empobrecimento – Mudar de Política, Governo Rua”*
- **7 a 25 Junho – Greve dos professores às avaliações**

- **15 de Junho – Manifestação Nacional dos Professores**
- **17 de Junho – Greve Geral dos Professores**
- **24 de Junho – Concentração de professores frente ao Ministério da Educação:** *“Por negociações justas e transparentes”*

### **27 DE JUNHO - GREVE GERAL CONVOCADA PELA CGTP-IN**

- **6 de Julho - Desfile / Concentração em Belém**, para exigir do Presidente da República a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas
- **1 de Outubro - Aniversário da CGTP-IN: Desfiles, concentrações e outras acções, em todas as regiões do país**
- **19 de Outubro - Marchas Por Abril:** *“Contra a Exploração e o Empobrecimento – Salários – Emprego – Saúde – Segurança Social – Educação”*
- **8 de Novembro – Greve Geral na Administração Pública** (convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública)
- **8 de Novembro – Greve Nacional dos Médicos**
- **1 e 26 de Novembro - Concentração na Assembleia da República:** *“Contra o OE/2014 que rouba os trabalhadores e ao povo e coloca em causa a Soberania Nacional*
- **5 de Dezembro – Manifestação Nacional de Professores:** *“Contra a Prova de Avaliação – PACC)*
- **16 a 20 de Dezembro - Semana de luta:** *“Pelo aumento dos salários e do Salário Mínimo Nacional, Pelo emprego com direitos, pela protecção social para todos os desempregados”*
- **18 de Dezembro – Greve Nacional dos Professores contra a PACC**
- **19 de Dezembro - Concentração/vigília junto à Presidência da República**

## **2014**

### **Empresas**

Abrigada – Companhia Nacional de Refractários, SA  
 Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA  
 Ambiente e Jardim, SA  
 Amtrol – Alfa Metalomecânica, SA  
 ANA, SA  
 Antonio Nunes & Nunes – Industria de Confecção, Lda.  
 APPACDM  
 ASA – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.  
 Avipronto – Produtos Alimentares, SA  
 Bosch Car Multimédia Portugal, SA

BP Portugal – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA  
Brisa – Auto-Estradas, SA  
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA  
Carristur - Inov Transp. Urb. Reg., S.U. Lda.  
Casal - Fábrica de Calçado, Lda.  
CEM - Companhia Editora do Minho, SA  
Cerdomus – Indústrias Cerâmicas, SA  
Clean Services – Limpezas Domésticas  
CNB/Camac – Companhia Nacional de Borrachas, SA  
Companhia Carris de Ferro de Lisboa  
Conforlimpa Tejo – Multiserviços, SA  
Continental-Lemmerz Portugal, Lda.  
Correia Chaves & Loureiro, Lda.  
CP – Comboios de Portugal, EPE  
CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, SA  
CSP – Componentes Semicondutores de Portugal, Lda.  
CT – Cobert Telhas, SA  
CTT – Correios de Portugal, SA  
Delphi Automotive Systems - Portugal, SA  
DHL Express Portugal, Lda.  
Dura Automotive Portuguesa, Lda.  
EDP  
El Corte Inglés – Grandes Armazéns, SA  
EMEF – Empresa de Manutenção e Equipamento Ferroviário, SA  
Eurest Port Soc. Europeia Rest. Lda.  
Euromex - Facility Services, Lda.  
European Seafood Investimento Portugal, SA  
Exide, Technologies, Lda.  
Expotel – Exploração e Administração Hoteleira, Lda.  
Fábrica de Papel e Cartão da Zarrinha, SA  
Fehst, Componentes, Lda.  
Fénix, Cleaning, Lda.  
Fermentopão, Pão Alentejano, Lda.  
Fico Cables – Fabricação de Acessórios e Equipamentos Industriais, Lda.  
Fima – Produtos Alimentares, SA  
Frauenthal Automotive Azambuja, Unipessoal, Lda.  
Fundação INATEL  
GDF Suez Energia e Serviços Portugal



Cel-Cat Portugal - General Cable, Energía e Telecomunicações, SA  
Gertal – Companhia Geral de Alimentação e Restaurantes, SA  
SPDH - Groundforce Portugal  
Grupo Controlinveste  
GSET – Global Serviços e Engenharia Total, Lda.  
Hospital da Arrábida - Gaia, SA  
Hotelmar – Industria Hoteleira, Lda.  
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, SA  
Iria Hoteis – Hotelaria e Turismo, Lda.  
Isporeco – Serviços de Limpeza e Produção Industrial, Lda.  
ISS Facility Services – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.  
Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA  
Kemet Electronics Portugal, SA  
Kosangas Portugal – Aparelhos para Gás, Unipessoal, Lda.  
LBC Tanquipor, SA  
Léguas Gulosas Unipessoal, Lda.  
LIDL & Cia – Lojas Alimentares  
Lourilimpeza, Limpezas da Lourinhã, Unipessoal, Lda.  
Metropolitano de Lisboa, EP  
Minas da Panasqueira - Sojitz Beralt Tin and Wolfram Portugal, SA  
MNAC – Electricidade Industrial, Lda.  
Modelo Continente, Hipermercados, SA  
Moisés Correia de Oliveira – Gestão, Inovação e Transportes, Lda.  
Moritex – Moniz Ferreira e Santos, Lda.  
Moviflor – Comércio de Mobiliário, SA  
Navegação Aérea de Portugal - NAVE Portugal, EPE  
Nobrecer – Companhia de Serviços, Unipessoal, Lda.  
Nobrecer – Food Service, Lda.  
Optipassagem – Obras Públicas e Trabalhos Agrícolas, Lda.  
Padaria Nacional de Guimarães, Lda,  
Parmalat Portugal, Produtos Alimentares, Lda.  
Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, SA  
Portuscale Cruises – Cruise Management, Unipessoal, Lda.  
Portway – Handling de Portugal, SA  
Postejo – Pré-Fabricados de Cimento, SA  
Prégaia – Préfabricados, Lda.  
Printer Portuguesa, SA  
Rádio e Televisão de Portugal, SA

REFER, Engineering, SA  
REFER, Rede Ferroviária Nacional, EPE  
Refrige – Sociedade Industrial de Refrigerantes, SA  
Restflight – Serviços de Catering, Unipessoal, Lda.  
Rodoviária do Tejo, SA  
Saint-Gobain Sekurit Portugal, SA  
SMP - Samvardhana Motherson Peguform, Auto Technology Portugal, SA  
Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia  
Scotturb – Transportes Urbanos, Lda.  
Serlima Clean, Serviços de Limpeza, SA  
Transportes Colectivos do Barreiro  
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto  
Oliatlântico, Sociedade Hoteleira, SA  
Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, SA  
Solidal – Condutores Eléctricos, SA  
Solnave – Restaurantes e Alimentação, SA  
Solverde – Casinos e Hotéis, SA  
Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, SA  
STEF Portugal, Logística e Transporte, Lda.  
SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais  
Sun House – Gestão Hoteleira, SA  
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SA  
Thyssenkrupp Elevadores, SA  
Tracar – Transportes de Carga e Comércio, SA  
Transportes Silva Marques, Lda.  
Transtejo Transportes Tejo, SA  
TST – Transportes Sul do Tejo, SA  
União de Transportes dos Carvalhos, Lda.  
Unicer, Bebidas, SA  
Unilever, Jerónimo Martins, Lda.  
Olá – Produção de Gelados e outros Produtos Alimentícios, SA  
Unitrato – Unidades Turístico Hoteleiras, SA  
Vadeca Ambiente, SA  
Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Lisboa e Oeste)  
Via Verde Portugal – Gestão Sistemas Electrónicos Cobrança  
Vitrohm Portuguesa – Unipessoal, Lda.  
Yazaki Saltano, de Ovar, PE Lda.  
**Sectores / Administração Pública**

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

## **Lutas Gerais**

- **1 de Fevereiro - Dia Nacional de Luta:** *“Contra a exploração e o empobrecimento, pela defesa das Funções Sociais do Estado e dos serviços públicos, pela demissão do Governo, pela convocação de eleições antecipadas”*
- **4 de Fevereiro – Acção Nacional de Luta dos Professores**
- **13 de Fevereiro – Concentração de professores frente ao Ministério da educação**
- **27 de Fevereiro – Marcha para São Bento:** *“Contra a violação dos direitos fundamentais; Pelo emprego, salários, saúde, educação e protecção social”*
- **8 a 15 de Março - Semana Nacional de Protesto e Luta:** *“Pela exigência de resposta às reivindicações dos trabalhadores”*
- **8 de Março – Dia Internacional da Mulher**
- **14 de Março – Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública** (convocada pelos Sindicatos da Frente Comum)
- **28 de Março – Dia Nacional da Juventude: Manifestação Jovens Trabalhadores**
- **8 de Abril - Concentração junto do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:** *“Mais Salários, Mais Contratação Colectiva, 35 Horas de Trabalho”*
- **25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todas as regiões do país**
- **1 de Maio: Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país**
- **4 a 10 de Maio – Semana de Acção Global dos Professores:** *“Pela Educação”*
- **26 a 31 de Maio - Semana de Luta:** *“Contra os bloqueios à contratação colectiva e pelo aumento dos salários; Acabar com a política de direita – Governo Rua! – Por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana”*
- **14 de Junho – Grande Manifestação Nacional – Porto**
- **17 de Junho – Greve dos professores (aos exames nacionais)**
- **21 de Junho – Grande Manifestação Nacional - Lisboa**
- **8 E 9 de Julho – Greve Nacional dos Médicos**
- **10 de Julho - Manifestação / Concentração na Assembleia da República:** *“Contra o roubo dos direitos, salários e pensões; exigir a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas; a ruptura com a política de direita, por uma política de Esquerda e Soberana”*
- **24 de Julho – Concentração de professores frente ao Ministério da educação:** *“Contra o encerramento de escolas”*
- **1 de Outubro – Aniversário da CGTP-IN: Desfiles, concentrações e outras acções,**

em todas as regiões do país

- **5 de Outubro – Marcha Nacional do Dia Mundial dos Professores (com entrega de livros à população)**
- **24 de Outubro – Greve Geral dos trabalhadores da Administração Pública** (convocada pelos Sindicatos da Frente Comum)
- **31 de Outubro – Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, com concentração frente à Assembleia da república** (convocada pelos Sindicatos da Frente Comum)
- **1 de Novembro a 31 de Dezembro – Greves no sector da saúde**, contra o trabalho prestado fora do horário de trabalho
- **13 de Novembro - Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta**, centrada nos locais de trabalho do sector público, privado e empresarial do Estado
- **21 a 25 de Novembro - Marcha Nacional, com concentração na Assembleia da república**, coincidindo com a parte final da discussão e votação do OE para 2015
- **4 de Dezembro – Greve dos trabalhadores do Instituto da Segurança Social**
- **10 de Dezembro - Iniciativa Pública em 10 de Dezembro, de âmbito nacional: “Sobre a Conciliação/Horários de Trabalho, em torno da qualidade do emprego e dos horários de trabalho que possibilitem a efectiva conciliação trabalho/família”**
- **19 de Dezembro – Greve Nacional dos professores** (contra a PACC)
- **22 de Dezembro – Concentração de professores frente à residência oficial do primeiro-ministro**: para entrega de petição contra a municipalização das escolas

2015

## **Empresas**

Abrigada – Companhia Nacional de Refractários, SA

ANA - Aeroportos de Portugal

Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos, de Braga

Alirações - Rações para Animais, S.A.

Administração Regional de Saúde do Algarve

Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Administração Regional de Saúde da Região do Alentejo

Arsenal do Alfeite

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Atlantic-Ferries - empresa fluvial do grupo SONAE / Setúbal

Automóveis Citroen (empresa do Grupo PSA)

BA Vidro, SA

Bosch - Braga

BOSCH - Multimédia Portugal

Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA  
Carristur – Inovação, Transportes Urbanos Regionais, Lda.  
Chronopost - Alfena / Porto  
CNB/Camac – Companhia Nacional de Borracha  
Companhia Carris de Ferro de Lisboa  
Corinthia Hotel  
Cottongarde, Unipessoal, Lda  
COVIBUS – (Santarém)  
CP – Comboios de Portugal, EPE  
CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, SA  
CRM, Unipessoal, Lda  
Efacec - Material Eléctrico e Electrónico  
EMEF – Manutenção e Equipamento Ferroviário / Barreiro  
EMEF – Manutenção e Equipamento Ferroviário / Entroncamento  
Escola Hoteleira nos Piornais e no Funchal  
Escola Beira Agueira - Mortágua  
Estradas de Portugal, SA  
Eurest - Hospital Litoral Alentejano  
Eurest - Hospital St<sup>a</sup> Maria  
Euroresinas – Industrias Químicas, SA  
Eurospuma, SA  
Fábrica de travões do Grupo CBI (antiga Robert Bosch) - Alferrarede  
Forcarga Transportes, SA (Grijó e Vila Nova de Gaia)  
Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA  
Groundforce Cargas  
Grupo Efacec  
Guardas Prisionais  
Hipermercados e supermercados  
Hotel da Estação (Braga)  
Hotel Imperial  
Hotel Mercure – Braga  
Hotel / Restaurante Praia Mar (Carcavelos)  
Hotel Ritz  
Hotel Roma  
Hotel Sheraton  
Hotel Vila Galé – Paço Arcos  
Huber - Tricot Confeccões, Lda  
INEM

IPO – Porto  
ISS – Docentes do Instituto de Segurança Social  
Itau - Hospital S. Bernardo/Setúbal  
Jado Ibéria  
Laboratório Militar  
LBC Tanquipor, SA  
Lisnave Yards  
Litográfica do Sul – Vila Real de Stº António  
Logística da Sonae – Maia  
Logística do Continente (Sonae) na Maia  
Manutenção Militar  
Marriott Hotel  
Metro do Porto  
Metropolitano Lisboa  
Museus, palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos  
Naveprinter – Industria Gráfica do Norte  
Oficinas do Metropolitano de Lisboa.  
Oficinas da EMEF  
Panrico – Mem Martins  
Patinter Portuguesa, Automóveis Transportadores, SA  
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA  
Pimenta & Campos, Lda (Pastelaria S. José)  
Porto de Lisboa (Estivadores)  
Portugal Telecom – (*call centers* de empresas de trabalho temporário)  
Portway - Aeroporto de Faro  
Preh Portugal - Trofa  
Prestibel – Empresa de Segurança, SA  
Profissionais da Polícia – ASPP/PSP, SPP/PSP, SIAP e SVCP  
Refeitórios da AutoEuropa  
Refeitório da TAP – ITAU  
Refeitórios do Ensino Superior  
Refeitórios escolares  
Renault Cacia  
Restflight Serviços de Catering  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)  
Santo António Vilas Golf (Budens)  
Scotturb – Transportes Urbanos, LDA.  
SPDH – Handling de Portugal

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto  
Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, SA  
Solnave – Restaurantes e Alimentação, SA  
Sublime - Conforto Unipessoal, SA  
TAP Portugal  
Transportes Nogueira, SA – Vila Nova de Famalicão  
Transtejo Transportes Tejo, SA  
TST – Transportes Sul do Tejo, SA  
Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Lisboa e Oeste)  
Vigilância e segurança privada (Securitas e outras empresas associadas na AESIRF)

### **Sectores / Administração Pública**

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

### **Lutas Gerais**

- **30 de Janeiro – Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública**, com concentração frente ao Ministério das Finanças: *“Pela reposição das 35 horas semanais”*
- **20 de Fevereiro – Greve dos Trabalhadores não docentes dos estabelecimentos de educação e ensino da Rede Pública**
- **7 de Março - Jornada Nacional de Luta:** *“Romper com a política de direita! Construir uma alternativa de Esquerda e Soberana!* (Salários – Emprego – Direitos – 35 Horas Semanais – Educação – Saúde – Segurança Social – Serviços Públicos)
- **8 de Março – Dia Internacional da Mulher**
- **13 de Março – Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública** (convocada pelos Sindicatos da Frente Comum)
- **23 a 28 de Março - Marcha Nacional:** *“Juventude em Marcha – Trabalho com direitos! Contra a precariedade e a exploração”*; Grande Concentração na Assembleia da República com os seguintes objectivos: protestar, denunciar e combater um novo pacote de medidas anti-laborais e anti-sociais, defender as Funções Sociais do Estado, combater a política de exploração e o empobrecimento
- **28 de Março – Dia Nacional da Juventude – Manifestação Jovens Trabalhadores**
- **7 de Abril a 30 de Junho - Greve aos exames do processo “Cambridge”**
- **18 de Abril, 16 e 18 de Maio – Greve dos Trabalhadores dos Museus, Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos**
- **25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todas as regiões do país**
- **1 de Maio: Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país**

- **15 de Maio – Greve Nacional do sector da Saúde**
- **9 de Junho – Desfile e Concentração no Largo do Camões do Sector da Cultura:**  
*“Pelo Manifesto da Cultura”*
- **20 de Junho - Manifestação Nacional de Professores**
- **26 de Junho – Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública**
- **1 de Outubro – Aniversário da CGTP-IN: Desfiles, concentrações e outras acções, em todas as regiões do país**
- **10 de Novembro – Concentração na Assembleia da República:** quando teve lugar a votação das moções que rejeitaram o programa do Governo minoritário do PSD/CDS-PP e, conseqüentemente, a sua derrota e demissão!
- **28 de Novembro – Acções de Luta Nacional:** Concentrações em Lisboa, Porto e Braga para exigir o cumprimento da Constituição e a vontade de mudança manifestada nas eleições legislativas

## 2016

### Empresas

CP – Comboios de Portugal, EPE (Portalegre)  
 CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, SA  
 Eurocer – Indústrias de Sanitários, SA  
 General Electric (trabalhadores de empresas empreiteiras: Argowelde, Rainbow, Equation e Industrial Modern)  
 Herdmar – Fábrica de cutelarias  
 Hospital de Évora (Enfermeiros)  
 Hotel Marriott  
 IP – Infraestruturas de Portugal  
 IMVEN – Ambiente, Construção Civil e Obras Públicas  
 Limpersado – Limpeza, Máquinas e Transportes, SA  
 Mafil – Fábrica de Cutelarias  
 Parmalat Portugal – Produtos Alimentares  
 Petrogal, Petróleos de Portugal, SA  
 Seda Ibérica, Embalagens, SA  
 STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto  
 Somincor – Sociedade Mineira de Neves Corvo  
 Tempo Team – Empresa de trabalho temporário  
 Têxtil Serralã

### Lutas Gerais

- **29 de Janeiro – Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública:** *“Pela imediata reposição das 35 horas semanais de trabalho”*
- **17 de Fevereiro – Tribuna Pública, em Lisboa,** pela defesa do serviço público de transportes e modernização da linha de Cascais.